

PODER EXECUTIVO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA



Relatório de Gestão

2021

Elaborado pela gerência de Contabilidade e Tributário/ Operações Contábeis/Demonstrações Contábeis e Relatórios [CONTRIB/CONT/REL]

Rio de Janeiro, maio/2022

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS.....	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	6
➤ Quem Somos.....	8
Visão e Propósito	8
➤ Onde estamos	9
Exploração e produção no Brasil.....	9
Refino, Transporte e Comercialização	10
Internacional	11
➤ Modelo de Negócios	11
➤ Geração de Valor.....	13
Retorno aos acionistas e sociedade	14
➤ Principais normas direcionadoras de nossa atuação	19
Regulação.....	19
➤ Estrutura organizacional e de governança.....	20
Estrutura organizacional	20
➤ Clientes e Ambiente externo	23
Ambiente Externo - Questões Políticas e Econômicas.....	23
➤ Capital Social e Participações Societárias	25
➤ Gestão de riscos	27
Identificação, Avaliação e Tratamento dos Riscos	28
GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA e ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	31
➤ Planejamento estratégico	31
Principais ações por segmento estratégico	33
➤ Alocação de Recursos.....	36
Principais programas, projetos e iniciativas.....	37
Cenário de Incertezas.....	43
➤ Governança Corporativa	48
Indicadores de governança	51
Processo de seleção e nomeação	52
Gestão do Desempenho da Alta Administração	52
Ética nos Negócios e Combate à Corrupção	54
Código de Conduta Ética	54

Política de <i>Compliance</i>	55
Guia de Conduta Ética para Fornecedores da Petrobras	55
Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção	55
Diretoria de Governança e Conformidade	55
Cultura de Integridade	56
Prevenção de Conflito de Interesses.....	57
Ouvidoria-Geral, Canal de Denúncia e Portal da Transparência.....	60
Medidas Disciplinares	63
RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO	66
Principais indicadores	67
➤ Principais resultados por áreas de atuação	69
Destaques em exploração e produção.....	69
Desenvolvimento da produção	76
Destaques em Refino e Gás Natural	78
Avaliação e monitoramento das metas	81
➤ Desempenho das áreas corporativas.....	84
Pessoas e Competências	84
Gestão Patrimonial e Infraestrutura	97
Instalações Operacionais e Obras	98
Licitação e Contratos.....	100
Tecnologia da Informação.....	105
Segurança da Informação	108
Transformação Digital	109
Gestão de Custos.....	110
Compromissos de Sustentabilidade.....	110
Gestão Orçamentária e Financeira	111
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS e CONTÁBEIS.....	119
Destaques 2021.....	120
Análise Financeira e Patrimonial.....	125

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Sobre o relatório de gestão Petrobras – 2021

O Relatório de gestão busca atender à Instrução Normativa – TCU nº 84, de 22 de abril de 2020 e tem como objetivo, apresentar através de documentos, informações e demonstrativos de natureza: contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial uma visão clara da estratégia, governança de gestão dos responsáveis e do desempenho alcançado durante o exercício de 2021.

Este relatório foi elaborado com base no conteúdo e estrutura de apresentação dos relatórios anuais aprovados pelo Conselho de Administração e divulgados pela companhia, referentes ao exercício de 2021, acrescidos de informações complementares, quando aplicáveis, visando o atendimento aos conteúdos exigidos na Decisão Normativa –TCU 187, de 9 de setembro de 2020.

Dessa forma, asseguramos a integridade das informações prestadas no relatório de gestão.

RELATÓRIOS ANUAIS

Desde 2019, a configuração dos relatórios anuais passou a ser composta apenas por relatórios exigidos pelos órgãos reguladores do mercado de capitais (Brasil e EUA) e pela Lei 13.303 (Form-20F, Formulário de Referência, Relatório da Administração e Sustentabilidade). Assim, o Form 20-F passou a exercer o papel de Relatório Anual da Companhia, em substituição ao Relato Integrado.

Os relatórios mencionados encontram-se disponíveis no site de Relações com Investidores:

[Relatórios Anuais - Petrobras \(investidorpetrobras.com.br\)](http://investidorpetrobras.com.br)

Materialidade

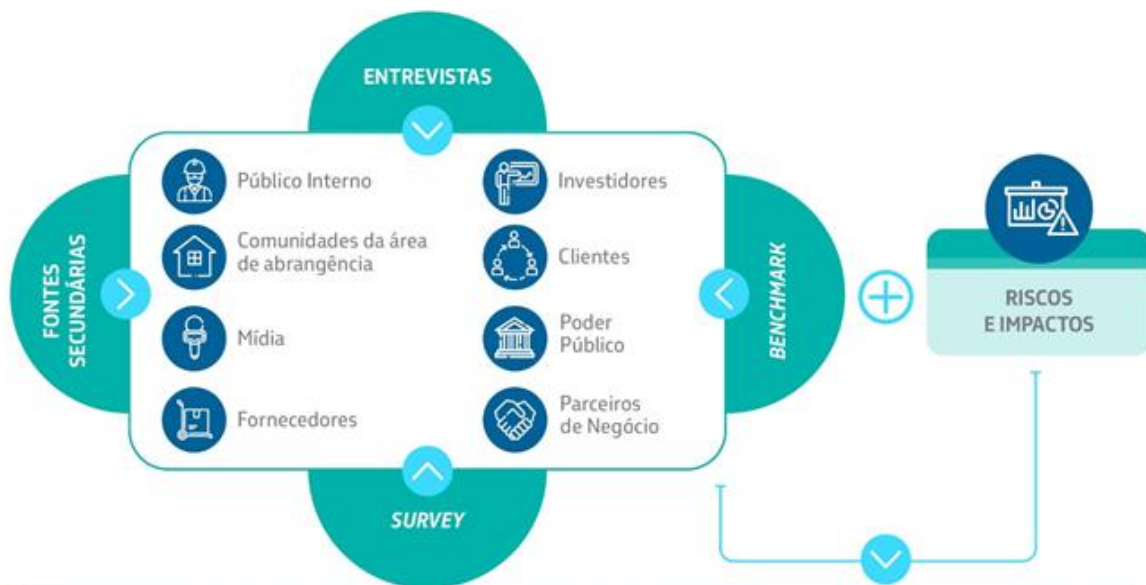
Os oito temas materiais que compõem nossa matriz são fruto do processo de identificação, avaliação e priorização dos tópicos relevantes que podem afetar nossa geração de valor no curto, médio e longo prazos. Aprovada por nossa Diretoria Executiva em 2020, nossa matriz de materialidade foi desenvolvida a partir dos temas que mais impactam nossos negócios, tomando como referência nossos públicos de interesse.

Nossa materialidade foi revisada de acordo com os Princípios de Relato da Norma da GRI (*Global Reporting Initiative Standards*) e objetivou:

- Compreender nossos impactos, riscos e oportunidades em relação aos temas;
- Aprimorar a visão de como a empresa gera valor;
- Aumentar a transparência, comunicando mais amplamente os temas mais relevantes para nossos *stakeholders*, para uma melhor avaliação quanto ao nosso desempenho; e
- Avaliar se, a partir de mudanças no contexto do período, houve alterações nos temas materiais.

Os temas selecionados foram os que refletem impactos significativos, sejam estes ambientais, sociais ou econômicos, ou tópicos que influenciam a avaliação e as decisões dos *stakeholders*, seja por meio de nossas próprias atividades, produtos e serviços ou como resultado de nossas relações de negócios com outras entidades.

Adicionalmente, no decorrer de 2021, observamos as principais manifestações de nossos públicos de interesse com intuito de avaliar a pertinência de serem feitos ajustes ou não nos temas materiais que vêm direcionando nossa estratégia, gestão e relato.



FEEDBACK DOS PÚBLICOS + ANÁLISE DE RISCOS E IMPACTOS



Para mais informações, consultar [Relatório de Sustentabilidade](#), página 30.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

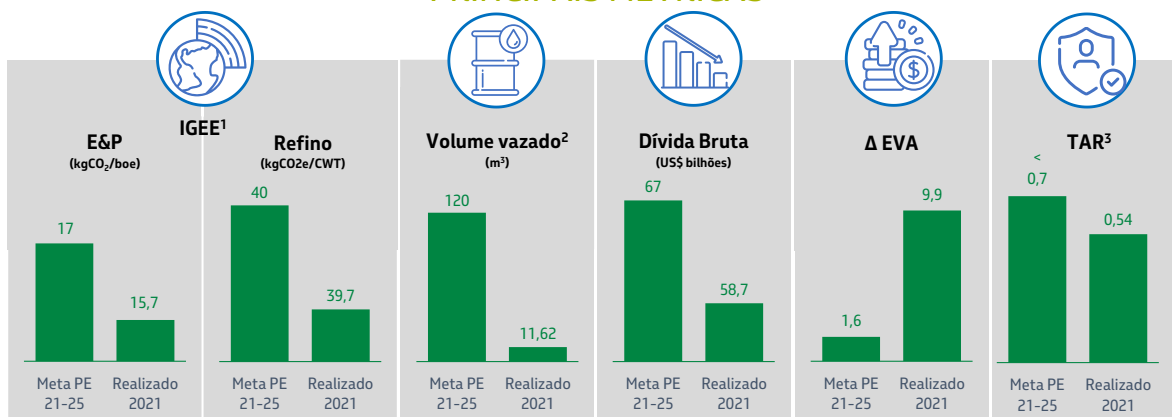
Com grande satisfação, apresento a vocês o Relatório de Gestão da Petrobras de 2021, que reúne os resultados operacionais e financeiros alcançados pela companhia nesse ano tão marcante em sua história.

Numa trajetória de crescente evolução, o ano de 2021 consolida a recuperação financeira definitiva da Petrobras. De empresa mais endividada do planeta, em 2014, à redução da dívida a um patamar considerado saudável pelo mercado em 2021, demos a volta por cima, orientados por uma atuação competitiva e eficiente – ancorados em sólidos mecanismos de governança e conformidade.

Mesmo diante dos efeitos prolongados da Covid-19 e de um cenário desafiador ao longo de 2021, a companhia conseguiu se superar, alcançando todas as suas métricas de topo e de produção de petróleo e gás programadas para o ano.

Um resultado que se deve a uma estratégia de negócios consistente, focada em geração de valor e em ativos localizados em águas profundas e ultraprofundas, especialmente no pré-sal. São projetos que combinam reservas substanciais, alta produtividade e dupla resiliência: tanto ambiental quanto financeira, mesmo diante de possíveis oscilações do preço do barril de petróleo.

PRINCIPAIS MÉTRICAS



¹ Intensidade de Gases de Efeito Estufa

² Volume Vazado de Óleo e Derivados. Meta representa limite de alerta

³ Taxa de Acidentados Registráveis. Meta representa limite de alerta.

Além disso, alcançamos os seguintes resultados:

Produção total de óleo e gás de 2,77 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), sendo que o pré-sal respondeu por cerca de 70% do volume produzido.

Entrada em operação da maior plataforma da Petrobras: o FPSO Carioca, no campo de Sépia, no pré-sal da Bacia de Santos, com capacidade de produzir até 180 mil barris de petróleo por dia; conclusão do *ramp-up* da P-70, no campo de Atapu; além da aquisição de direitos de exploração e produção dos campos de Sépia e Atapu, também no pré-sal.

Maior adição de reservas de nossa história em um único ano (1,97 bilhão de boe), resultando na reposição de 219% da produção em 2021, como resultado do avanço no desenvolvimento do campo de Búzios, fruto da aquisição dos volumes excedentes da Cessão Onerosa.

O fator de utilização médio das nossas refinarias atingiu 88% no quarto trimestre de 2021, e 83% no ano, o maior índice dos últimos cinco anos.
Aumento no volume de vendas de derivados de 8,5% e recordes de vendas e produção de diesel S-10. As vendas aumentaram 35% e a produção, 10% em 2021.
Expansão da atuação comercial em exportações, aumentando a participação da corrente de Atapu e exportando a primeira carga de Sêpia, ao mesmo tempo em que Búzios continua como o principal destaque. Recorde também em operações <i>ship-to-ship</i> .
Alcance de fluxo de caixa livre de US\$ 31,5 bilhões, um EBITDA ajustado recorrente de US\$ 43,5 bilhões e um resultado líquido recorrente de US\$ 15,6 bilhões.
Atingimento da meta de dívida bruta com antecipação de 15 meses, resultando em uma relação dívida líquida/EBITDA de 1,1x.
Reconhecimento da qualidade de nossa gestão financeira pela Moody's, com aumento de um nível na nota da companhia, pela Latin Finance, que nos conferiu o prêmio de melhor operação de gestão de dívidas, e pela ANEFAC, que nos premiou com o Troféu Transparência 2021 pelas nossas demonstrações financeiras.
Investimentos totais de US\$ 8,8 bilhões, aumento de 9% em relação a 2020.
Concluímos a venda de 20 ativos em 2021, com destaque para vendas da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), da BR Distribuidora e de 10% da NTS. Além disso, temos assinatura de acordo de venda para diversos ativos, com destaque para REMAN, SIX e Gaspetro, além de campos produtores em águas rasas e campos terrestres.
Aumento na geração de energia elétrica. No leilão de reserva de capacidade de dezembro, contratação de 1,3 gigawatts de potência. Aumento também do volume de vendas de gás natural em 25%.
Repasse à sociedade brasileira de cerca de R\$ 230 bilhões sob a forma de tributos pagos aos governos federal, estadual e municipal, participações governamentais e dividendos para a União. Recolhimento de R\$ 202,9 bilhões em tributos.
Aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da proposta do Conselho de Administração de distribuição de R\$ 37,3 bilhões em dividendos complementares que, somados às antecipações ocorridas durante o ano, totalizam uma remuneração aos acionistas de R\$ 101,4 bilhões (R\$ 7,773202 por ação ordinária e preferencial) para o exercício social de 2021.
Aplicação de R\$ 88,2 milhões em recursos em diversos projetos socioambientais.
Doação de recursos e materiais em resposta à pandemia da Covid-19 e lançamento do programa que visa contribuir para que famílias vulneráveis tenham acesso a meios essenciais de manutenção da vida, principalmente alimentos e gás de cozinha.
Recebimento do troféu de Empresa Pró-Ética, concedido pela CGU, obtenção da certificação no Nível 1 do IG-SEST do Ministério da Economia, recuperação de R\$ 1,3 bilhão pela operação Lava-jato.
Conclusão das obrigações com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ), que incluíam a evolução do seu programa de integridade e envio de informações durante os três anos de acordo.

Todos ganham com uma Petrobras mais forte, sólida e competitiva. Os resultados obtidos pela companhia em 2021 permitiram repassar à sociedade brasileira cerca de R\$ 230 bilhões na forma de tributos pagos aos governos federal, estadual e municipal, participações governamentais e dividendos para a União. A Petrobras é a maior pagadora de tributos do Brasil. Quanto mais recursos a companhia gera, mais devolve à sociedade.

Em 2021, também demonstramos nosso compromisso com a transição para uma economia global de baixo carbono ao tornarmos pública nossa ambição em atingir a neutralidade das emissões nas atividades sob nosso controle, em prazo compatível com o estabelecido pelo Acordo de Paris.

Por fim, como presidente desde 14 de abril de 2022, e considerando o compromisso com a transparência e integridade das informações prestadas, convido a conhecer o relatório de gestão da Petrobras de 2021.

José Mauro Ferreira Coelho

Presidente da Petrobras

➤ Quem Somos

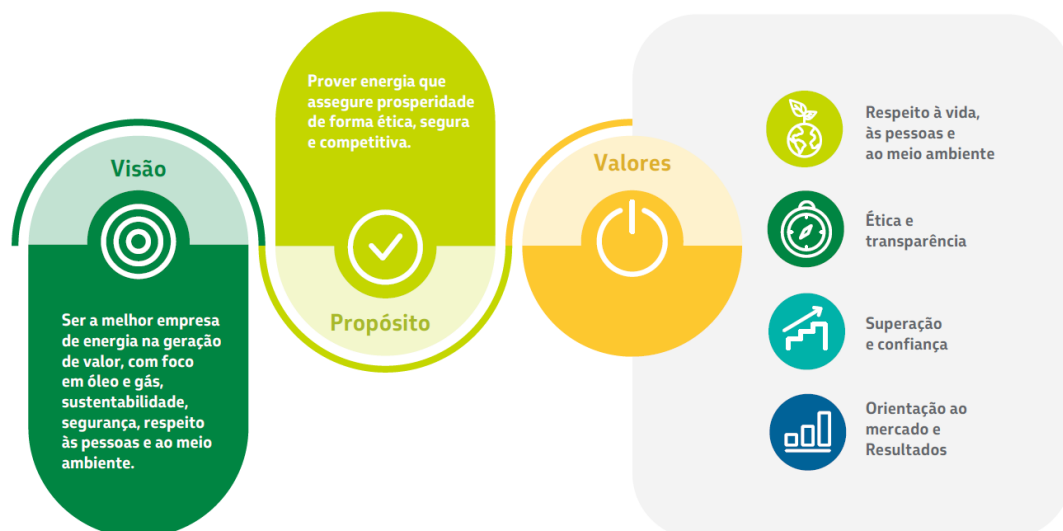
Somos uma sociedade anônima de capital aberto que atua de forma integrada e especializada na indústria de óleo, gás natural e energia.

Somos controlados pela União Federal, a qual detinha, em 31 de dezembro de 2021, diretamente, 50,26% de nossas ações ordinárias e 28,67% do nosso capital social total. A União Federal detinha, ainda, participação indireta de 0,24% das nossas ações ordinárias; 18,48% das nossas ações preferenciais; e 8,08% do nosso capital social total, por meio dos seguintes acionistas: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações S.A. (BNDESPAR).

Para mais informações sobre os nossos acionistas controladores, consultar o item 15.4 do Formulário de Referência, disponível em nosso sítio de Relações com Investidores: [Relatórios Anuais - Petrobras \(investidorpetrobras.com.br\)](https://www.investidorpetrobras.com.br).

Visão e Propósito

Em novembro de 2021, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o Plano Estratégico para o quinquênio 2022-2026 (“PE 2022-26”), com a visão de “Ser a melhor empresa de energia na geração de valor, com foco em óleo e gás, sustentabilidade, segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente”. Temos como propósito (missão) prover energia que assegure a prosperidade de forma ética, segura e competitiva. Para isso, temos como valores: o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; a ética e transparência; a superação e confiança; bem com a orientação ao mercado e resultados. Nesse sentido, as temáticas sociais, ambientais e de governança são determinantes para nossos negócios, pois entendemos que a geração de valor não vem apenas da operação de nossos ativos, mas da forma de fazê-la.



Refino, Transporte e Comercialização






Internacional

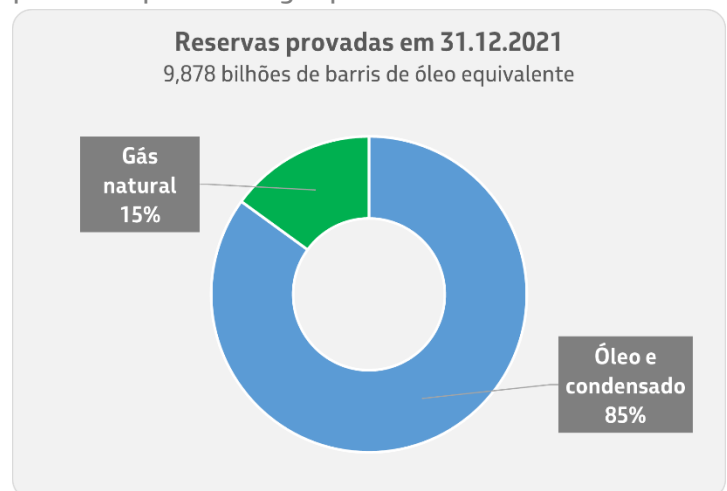
Desde 2012, reduzimos substancialmente nossas atividades internacionais por meio da venda de ativos em linha com nosso gerenciamento de portfólio.

Para informações de atuação no Brasil e exterior, consultar seção **Nossos Negócios** no [Formulário 20-F](#). No Modelo de Negócios mencionamos os países onde atuamos e respectivas atividades.

➤ Modelo de Negócios

Somos reconhecidos mundialmente por nossa tecnologia de exploração e produção de petróleo e gás natural em águas ultraprofundas. Entretanto, nossos negócios vão além do alcance do campo e da retirada de petróleo e gás. Isso implica um longo processo por meio do qual transportamos petróleo e gás para nossas refinarias e unidades de tratamento de gás natural, que devem estar equipadas e em constante evolução para fornecer os melhores produtos.

 Possuímos uma grande base de reservas provadas e operamos e produzimos a maior parte do petróleo e gás do Brasil. A maioria de nossas reservas provadas no mercado interno está localizada nas bacias marítimas de Campos e Santos, no sudeste do Brasil, o que permite otimizar nossa infraestrutura e limitar nossos custos de desenvolvimento e produção para nossas novas descobertas. Além disso, desenvolvemos conhecimentos em exploração e produção em águas profundas e



ultraprofundas a partir de quase 50 anos atuando nas principais bacias marítimas brasileiras. A Bacia de Santos consiste na principal fonte de nosso crescimento futuro em reservas provadas e em produção de petróleo.



Operamos a maior parte da capacidade de refino no Brasil, substancialmente concentrada no Sudeste, região onde se localizam os mercados mais populosos e industrializados do país e adjacente às fontes da maior parte de nosso petróleo bruto. Atuamos na venda de derivados de petróleo por meio de uma combinação planejada de refino de petróleo nas nossas refinarias e importação de derivados, buscando a maximização da margem. Também estamos envolvidos na produção de petroquímicos por meio de participações em empresas. Nossos principais produtos comercializados no Brasil e no mundo são petróleo, diesel, gasolina, gás natural, querosene de aviação, GLP, nafta e óleo combustível.

Somos responsáveis pelo maior parque termelétrico movido a gás natural do Brasil. Nossas usinas possuem papel importante no escoamento e monetização do gás próprio e uma gestão de portfólio do parque gerador está em permanente avaliação. Em relação ao gás natural, atuamos nos elos de produção, escoamento, processamento, transporte distribuição, importação de Gás Natural Liquefeito (GNL), regaseificação de GNL, fornecimento de gás para consumo próprio e comercialização para o mercado, estando as atividades de transporte e distribuição de gás natural em processo de desinvestimento.

O gás natural serve como combustível ou matéria prima para diferentes usos, tais como locomoção, indústria de transformação, aquecimento ou cocção em residências e produção de fertilizantes, bem como para geração de energia em usinas termelétricas.

Nossos maiores clientes de gás são as companhias distribuidoras de gás natural, responsáveis pelo atendimento do mercado cativo formado por usuários dos segmentos industrial, comercial, residencial e veicular, além de clientes do segmento termelétrico. Passamos a ser fornecedores também para os novos clientes que atuam como consumidores livres, constituídos na maior parte dos casos de plantas industriais de grande porte, bem como refinarias e usinas termelétricas próprias.

Para atender ao nosso mercado consumidor, processamos gás natural proveniente de nossa produção *onshore* e *offshore* (principalmente de campos nas Bacias de Campos, Espírito Santo e Santos), importamos gás natural da Bolívia e GNL através dos terminais de regaseificação da Baía de Guanabara, da Bahia e de Pecém.

O gás natural é movimentado por meio de gasodutos que conectam as principais fontes de ofertas (produção nacional e importações) aos consumidores finais.

O Brasil possui uma malha integrada de gasodutos de transporte que se estende por quase todo o litoral brasileiro, desde o Ceará até o Rio Grande do Sul, além de alcançar regiões mais interiorizadas do país em Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul. O Brasil tem ainda um sistema isolado localizado na Região Norte que movimenta o gás natural produzido em Urucu até Manaus. A rede de gasodutos de transporte é operada por diferentes empresas transportadoras, sendo que mantemos participação societária em algumas, em processo de desinvestimento.

Participamos do mercado brasileiro de energia principalmente por meio de nossos investimentos em usinas termelétricas a gás, óleo combustível e óleo diesel e em energia renovável.

Oferecemos para o mercado interno um portfólio diversificado de produtos que inclui *bunker*, combustíveis de aviação, coques de petróleo, derivados gasosos, diesel, energia elétrica, enxofre, gasolina automotiva, GLP energético, insumos asfálticos, lubrificantes e coprodutos, nafta petroquímica, óleos combustíveis, parafina, propeno, raro, solvente e outros, totalizando mais de 150 produtos. Já no mercado externo, atuamos na comercialização de produtos escuros, como óleo combustível (especialmente os de baixo teor de enxofre); produtos claros, como diesel, naftas e gasolina; e produtos especiais, como lubrificantes, parafinas, coque verde de petróleo, asfaltos e solventes. Temos atuação global também comercializando petróleo, atuando tanto no mercado internacional quanto no mercado brasileiro, com suprimento de refinarias no Brasil.



Também mantemos atividades em sete países, além do Brasil. Na América Latina, nossas operações são de exploração e produção e distribuição de derivados. Na América do Norte, produzimos petróleo e gás por meio de uma *joint venture*. Temos empresas controladas na Holanda (Roterdã), EUA (Houston) e Singapura que apoiam nossas atividades comerciais e/ou financeiras. Essas unidades são responsáveis por inteligência de mercado e comercialização de petróleo, derivados e gás natural, além de operações de armazenagem (tancagem) e afretamento.



Nossos negócios levam em consideração os impactos de suas atividades, refletidas em suas métricas de topo não financeiras: contidas no Plano Estratégico 2022-2026: Intensidade de Gases de Efeito Estufa (IGEE), Volume Vazado de Óleo e Derivados (Vazo) e Taxa de Acidentados Registráveis (TAR).

[Para informações de “Impactos socioambientais” de nossas atividades consultar seção Sustentabilidade do Relatório de Sustentabilidade.](#)

➤ Geração de Valor

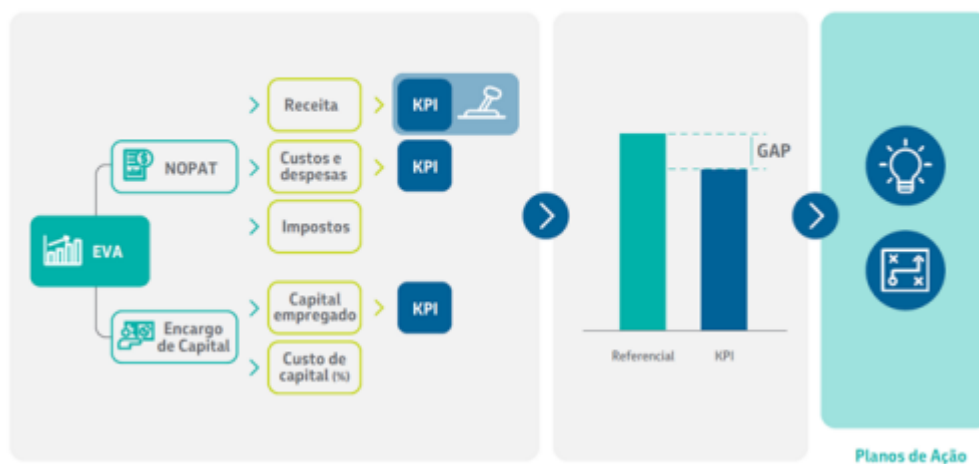
Com o objetivo de garantir a execução e entrega do nosso Plano Estratégico e seu valor, implementamos em 2020 o Sistema de Gestão com Base em Valor, fundamentado na métrica EVA® (valor econômico agregado). Esse modelo se apoia no fomento de uma cultura de geração de valor, garantindo empoderamento, flexibilidade com ferramentas e incentivos necessários para que, em toda a companhia, sejam tomadas decisões que agreguem o maior valor para a Petrobras.

Entendemos que a geração de valor é um pilar fundamental para a sustentabilidade dos negócios, criando um círculo virtuoso de transmissão e multiplicação do valor gerado para todos os *stakeholders* e possibilitando crescimento rentável da organização através de investimentos para a companhia e para a sociedade.

Em 2021, desdobramos o EVA® através da companhia e promovemos o desenvolvimento de planos de ação focados na geração de valor. Para guiar nossas ações, decomparamos o EVA® em suas parcelas através de uma árvore de valor, cujos ramos são associados indicadores acionáveis para melhorar o desempenho (KPIs, do inglês

key performance indicators). Analisando e comparando esses KPIs a referenciais internos e externos, podemos identificar lacunas de desempenho (*gaps*) ou oportunidades de melhoria e propor planos de ação para melhorar o desempenho e, portanto, gerar mais valor.

MODELO ANALÍTICO DE DESEMPENHO



A implementação do EVA® e do novo Sistema de Gestão com Base em Valor está promovendo uma importante transformação cultural na companhia, garantindo que a geração de valor seja o principal direcionador da tomada de decisão, sempre mantendo os mais elevados padrões de segurança e conformidade. Em reuniões prospectivas, os gestores de toda a companhia podem avaliar o desempenho dos KPIs, discutir gaps de valor, incentivar o desenvolvimento de planos de ação e monitorá-los, reforçando nossa cultura de geração de valor.

Com este novo modelo de gestão, estamos promovendo o desenvolvimento de iniciativas e programas de otimização que contribuem para melhorar nosso desempenho, aumentar nossa competitividade e gerar mais valor, através da integração das equipes, aumento de sinergia entre as áreas, redução de impacto ambiental e implantação de transformação digital e inovação

Para mais informações, consulte seção “Geração de Valor” no [Relatório da Administração](#), página 24.

Retorno aos acionistas e sociedade

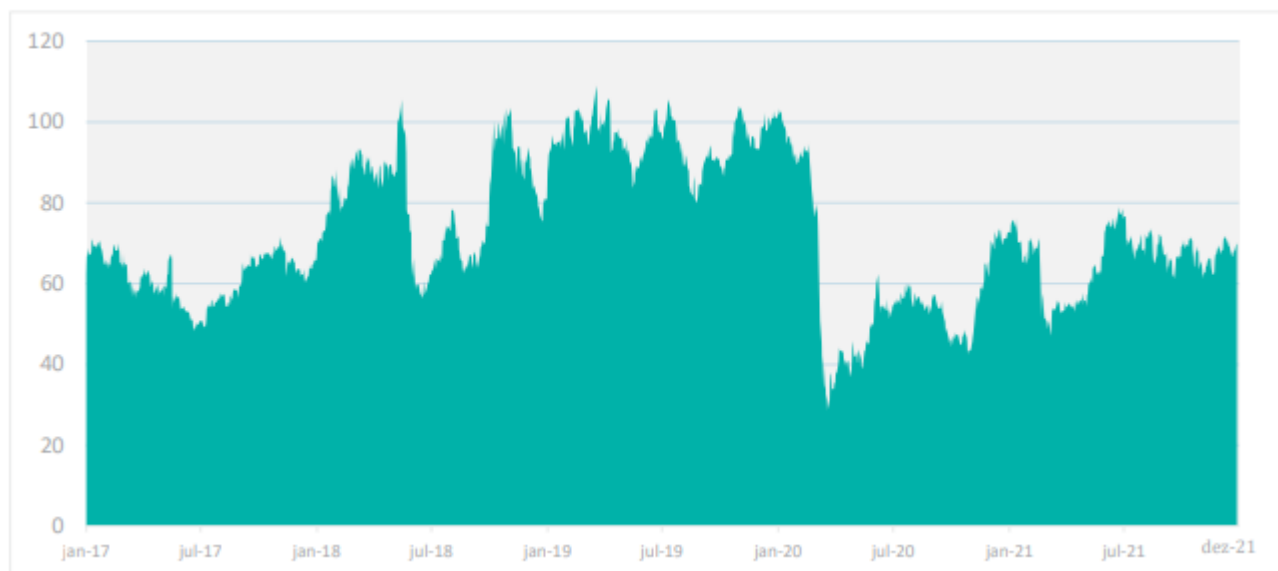
Estamos evoluindo na direção de uma nova Petrobras, mais sustentável, competitiva, que atua com segurança e ética, gerando mais valor para seus acionistas e para a sociedade.

Acionistas

Desempenho das nossas ações

Em 2021, o desempenho das nossas ações foi relativamente estável apesar do aumento do preço do Brent e da melhora na nossa performance operacional e financeira. Nosso valor de mercado passou de US\$ 72,8 bilhões em dezembro de 2020 para US\$ 69,4 bilhões no final de 2021.

VALOR DE MERCADO – PETROBRAS (US\$ BILHÕES)



Em 2021, nossas ações ordinárias e preferenciais apresentaram valorização de 6,4% e 0,4%, respectivamente, e acumularam alta de 81,2% e 91,3% nos últimos cinco anos, enquanto o índice Ibovespa valorizou 74% nesse mesmo período. O retorno total dos acionistas¹ de nossas ações ordinárias e preferenciais foi de 29,3% e 22,6%, respectivamente, em 2021, e de 128,5% e 151,8% nos últimos cinco anos.

PETR3 X PETR4 X IBOV JAN 2017 = BASE 100

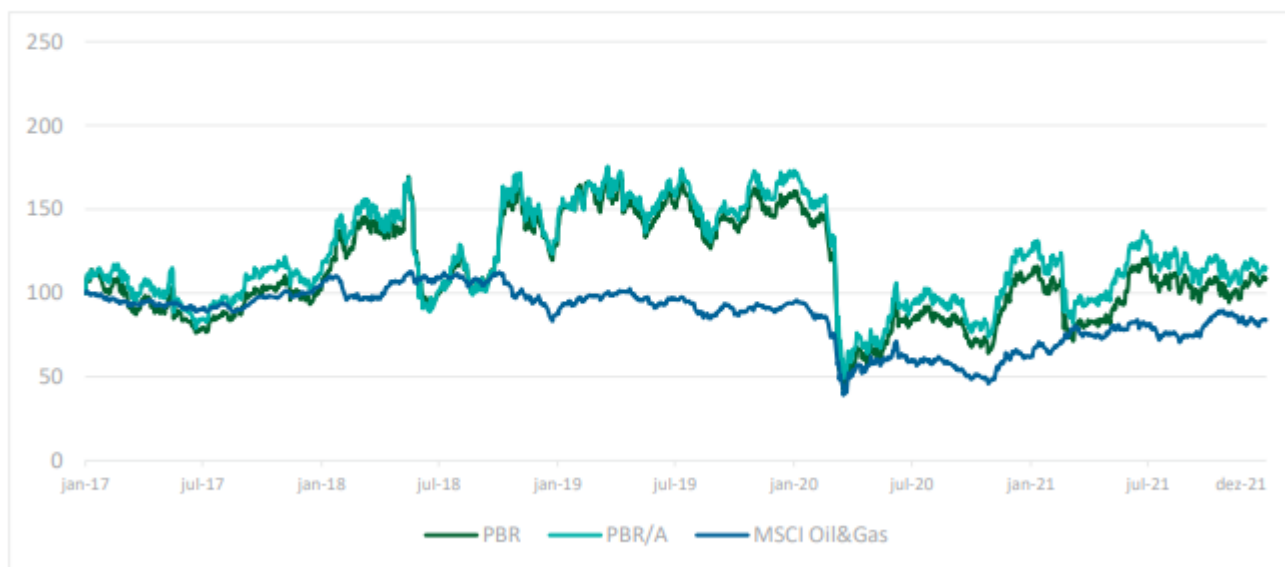


No que se refere às nossas ações negociadas na Bolsa de Nova Iorque, *American Depositary Shares* – ADRs, nossas ações ordinárias (PBR) e preferenciais (PBR/A) apresentaram, respectivamente, queda de 2% e 8,6% em 2021, enquanto o índice *MSCI Oil & Gas*, que reflete a performance das maiores empresas do segmento de óleo e gás no

¹ Fonte: Bloomberg. Considera dividendos reinvestidos.

mundo, se valorizou em 35,8% nesse mesmo período. As ADRs ordinárias e preferencias tiveram valorização de 8,6% e 14,8% nos últimos cinco anos. O retorno total dos acionistas² de nossas ADRs ordinárias e preferencias foi de 18,8% e 11,7%, respectivamente, em 2021, e de 36,9% e 50,4% nos últimos cinco anos. Em 2022, até o dia 22 de fevereiro, as ADRs ordinárias e preferenciais tiveram valorização de 30,42% e 31,26%, respectivamente.

PBR X PBR/A X MSCI OIL & GAS JAN 2017 = BASE 100



Remuneração aos acionistas

Nossa Política de Remuneração aos Acionistas tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), de maneira transparente e de acordo com as normas legais, estatutárias e demais regulamentos internos, buscando garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos e promover a previsibilidade do fluxo de pagamentos de proventos aos acionistas.

Em 2021, a Política foi aprimorada, com parâmetros objetivos para o pagamento de proventos, dando aos investidores maior previsibilidade em relação à sua remuneração, considerando nosso nível de endividamento e fluxo de caixa em razão da antecipação do alcance da meta de endividamento bruto de US\$ 60 bilhões, atingida no terceiro trimestre de 2021.

Estabelecemos nosso nível de endividamento bruto ótimo de US\$ 60 bilhões, incluindo os compromissos relacionados a arrendamentos mercantis, e, para fins da Política de Remuneração aos Acionistas, adotamos parâmetro mais flexível, aplicando o endividamento bruto de US\$ 65 bilhões como critério para definição da forma de apuração da remuneração a ser distribuída.

² Fonte: Bloomberg. Considera dividendos reinvestidos.

A política estabelece ainda que a distribuição de remuneração deverá ser feita trimestralmente. Adicionalmente foram definidos os parâmetros de distribuição de proventos estabelecendo uma remuneração mínima anual de US\$ 4 bilhões para exercícios em que o preço médio do Brent for superior a US\$ 40/bbl, que poderá ser distribuída independentemente do nível de endividamento. No caso de dívida bruta igual ou inferior a US\$ 65 bilhões e de resultado positivo acumulado, a serem verificados no último resultado trimestral apurado, será distribuído aos acionistas 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e os investimentos, apurado a partir da fórmula:

$$\text{Remuneração} = 60\% \times (\text{Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais} - \text{Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis})$$

A política está em consonância com o compromisso de preservação da sustentabilidade financeira da companhia e da distribuição da geração de valor para os nossos acionistas e para a sociedade.

Como previsto na política, a decisão de distribuição de dividendos e/ou demais proventos do exercício social de 2021, levou em consideração diversos fatores e variáveis, tais como os nossos resultados, condição financeira, necessidades de caixa, perspectivas futuras dos mercados de atuação atuais e potenciais, além das nossas oportunidades de investimento.

Em linha com objetivo de maximizar o retorno para nossos acionistas, a Petrobras aprovou, no exercício 2021, a antecipação de dividendos e juros sobre capital próprio de R\$ 36,2 bilhões para as ações ordinárias em circulação e R\$ 27,2 bilhões para as ações preferenciais em circulação, totalizando R\$ 63,4 bilhões, distribuídos da seguinte forma:

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP)				
Ações Ordinárias (PETR3)	Valor bruto por ação (R\$)	Data da posição acionária	Data do pagamento	Tipo
1ª Parcela	1,609911	16/08/2021	25/08/2021	Dividendo
2ª Parcela	1,055361	01/12/2021	15/12/2021	JCP
2ª Parcela	2,195126	01/12/2021	15/12/2021	Dividendo
Ações Preferenciais (PETR4)				
1ª Parcela	1,609911	16/08/2021	25/08/2021	Dividendo
2ª Parcela	1,055361	01/12/2021	15/12/2021	JCP
2ª Parcela	2,195126	01/12/2021	15/12/2021	Dividendo

Além das antecipações acima mencionadas, foi encaminhada para a apreciação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2022 a proposta de pagamento de remuneração adicional aos nossos acionistas, em forma de dividendos, no montante de R\$ 37,3 bilhões, que, somados as antecipações acima mencionadas, totalizam

R\$ 101,4 bilhões, sendo R\$ 57,85 bilhões para as ações ordinárias em circulação, e R\$ 43,55 bilhões para as ações preferenciais em circulação.

Em 13 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou os dividendos relativos ao exercício de 2021.

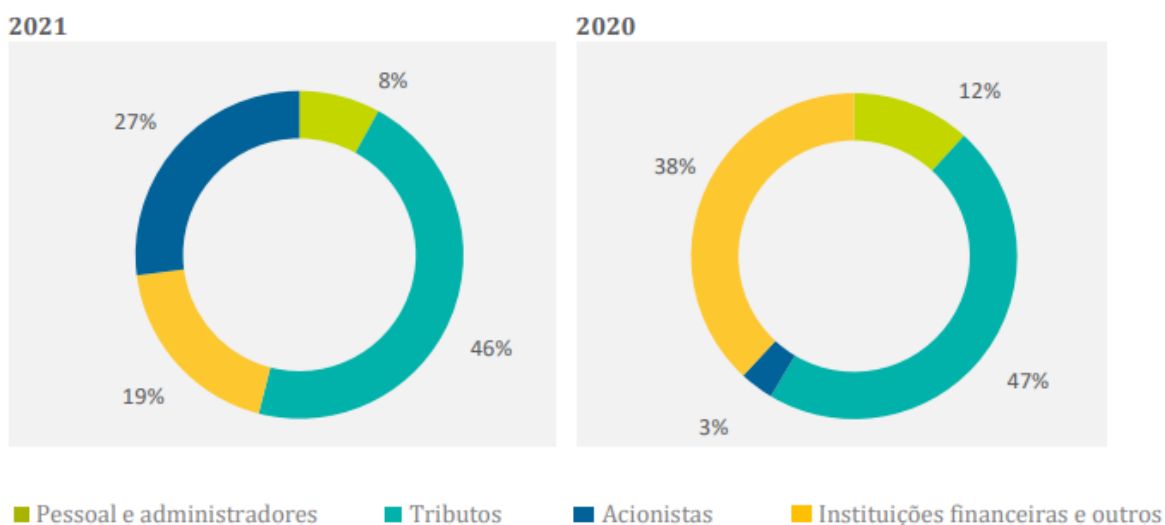
A Política de Remuneração aos Acionistas pode ser acessada pela internet em nosso site [Petrobras / Relações com Investidores \(investidorpetrobras.com.br\)](http://Petrobras/Relações.com/Investidores/investidorpetrobras.com.br)

Sociedade

Em 2021, geramos R\$ 403 bilhões de valor para a sociedade. Nossa maior contribuição foi através de tributos (federais, estaduais, municipais e no exterior) no valor de R\$ 187 bilhões, seguido pela remuneração aos nossos acionistas (incluindo o resultado dos acionistas não controladores e os lucros retidos) no valor de R\$ 107 bilhões. A remuneração e os benefícios relativos a pessoal e administradores totalizaram R\$ 32 bilhões e instituições financeiras e fornecedores totalizaram R\$ 77 bilhões.

O gráfico abaixo mostra a distribuição do valor gerado:

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR GERADO (%)



Em 2021, nosso Balanço Social apresenta os seguintes investimentos para a sociedade³:

- Doações⁴ - R\$ 101 milhões;
- Socioambiental - R\$ 88 milhões;
- Cultura - R\$ 36 milhões;
- Negócio, Ciência e Tecnologia - R\$ 12 milhões; e

³ Mais informações estão no Balanço Social dentro de Informação Complementar das Demonstrações Financeiras.

⁴ As doações foram realizadas em dinheiro, bens e serviços valorados. Destinaram-se ao combate à Covid-19, distribuição de vouchers para aquisição de gás de cozinha para famílias em vulnerabilidade social e doações de cestas básicas, entre outros.

- Esportivo - R\$ 1 milhão

➤ Principais normas direcionadoras de nossa atuação

Regulação

A Petrobras foi constituída em 1953, com base no artigo 5º da Lei 2.004/1953, com o objetivo de exercer as atividades pesquisa, lavra, refinação, comércio e transporte do petróleo proveniente de poço ou de xisto – de seus derivados, bem como de quaisquer atividades correlatas ou afins, previstas no art. 1º da Lei 2.004/1953, na qualidade de executora “exclusiva” do monopólio da União Federal.

A companhia iniciou suas operações em 1954 e durante aproximadamente quarenta anos atuou na execução das atividades da indústria de petróleo e gás natural de forma “exclusiva”, para as quais havia, inclusive, previsão de destinação de recursos financeiros (conforme o estabelecido nos arts. 2º, II e 28 da Lei 2.004/1953).

Em 1988, o Constituinte conferiu *status* constitucional ao monopólio da União, no art. 177 da Constituição Federal, e, em novembro de 1995, como parte de uma reforma abrangente na regulamentação da indústria de petróleo e gás natural, foi editada emenda à Constituição Federal (Emenda Constitucional 09/1995), flexibilizando o monopólio da União e permitindo que outras empresas, além da Petrobras, exercessem as atividades de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de óleo, gás natural e derivados.

Em 6 de agosto de 1997, foi promulgada a Lei nº 9.478 (“Lei do Petróleo”) que estabeleceu um sistema regulamentar com base em autorizações e concessões e, em seu art. 83, revogou integralmente a Lei 2.004/1953. Assim, a Petrobras deixou de ser a executora “exclusiva” do monopólio da União e foi inaugurado um regime de livre concorrência em todos os segmentos da indústria de petróleo e gás natural no Brasil.

Além disso, a Lei do Petróleo criou uma agência reguladora independente e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”), para regular a indústria do petróleo, gás natural e combustíveis renováveis no Brasil e promover um ambiente competitivo para o setor. Conforme alteração implementada pela Lei nº 9.990, de 21 de julho de 2000, na Lei nº 9.478/1997, o processo de abertura do mercado brasileiro de combustíveis foi finalizado em 31 de dezembro de 2021, com a liberação dos preços dos derivados de petróleo e gás natural nas unidades produtoras, que restavam controladas. A partir dessa data, os agentes econômicos passaram a ter liberdade para fixação de seus preços.

A nova fronteira exploratória descoberta na camada Pré-sal levou o Governo Brasileiro a promulgar três leis em 2010, que constituíram o novo marco regulatório para a exploração e a produção de petróleo e gás natural em áreas não licitadas do Pré-sal (“Novo Marco Regulatório”): as Leis nº 12.276/10 (Cessão Onerosa), 12.351/10

Para mais detalhes sobre a regulação por segmentos verificar no Form 20F e no Formulário de Referência, disponíveis para consulta em:

[Relatórios Anuais - Petrobras \(investidorpetrobras.com.br\)](http://relatorios.annualreports.petrobras.com.br)

(Partilha de Produção) e 12.304/10 (criação da Pré-Sal Petróleo S.A – PPSA). As Leis do Novo Marco Regulatório não alteram os termos dos Contratos de Concessão já firmados, que cobrem aproximadamente 28% da área mapeada do Pré-sal.

Em 2016, o Governo Brasileiro promulgou as Leis: (i) nº 13.303, em 30 de junho, que dispõe sobre o estatuto jurídico, dentre outras, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União Federal; e (ii) nº 13.365, em 29 de novembro, que dispõe sobre a faculdade (e não mais obrigatoriedade) da companhia exercer o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção, de que trata a Lei 12.351/10.

Com a promulgação de tais diplomas legais o ambiente regulatório que afeta a companhia, notadamente no que tange sua governança e suas atividades ganha novos contornos. Vale destacar que, nos termos do art. 8º, § 2º da Lei das Estatais, quaisquer obrigações e responsabilidades assumidas pela sociedade de economia mista em condições distintas às de qualquer outra empresa do setor privado atuando no mesmo mercado, deverão estar previstas em lei ou regulamento, bem como em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, e ter o seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

No Plano Plurianual da União (PPA 2020-2023), aprovado pela Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, os investimentos plurianuais do Grupo Petrobras estão presentes em um programa finalístico: 3003 – Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis. A lista de ações da companhia pode ser consultada na página do Portal de Transparência ([Programas Finalísticos | Petrobras: Acesso à Informação](#)).

As informações que enviamos à União sobre os orçamentos de investimento estão disponíveis, por exercício, na página Portal de Transparência ([Orçamento de Investimento | Petrobras: Acesso à Informação](#)). Esses dados são submetidos ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

➤ Estrutura organizacional e de governança

Estrutura organizacional

A nossa estrutura organizacional vigente é composta pela Área da Presidência, Área de Relacionamento Institucional e Sustentabilidade, Área Financeira e de Relacionamento com Investidores, Área de Governança e Conformidade, Área de Transformação Digital e Inovação, e por quatro Áreas de Negócio: Desenvolvimento da Produção, Exploração e Produção, Refino e Gás Natural, e Comercialização e Logística.

Mais informações sobre a nossa estrutura organizacional podem ser obtidas em nosso sítio eletrônico na internet: [Organograma | Petrobras](#).

Canais de contatos com as áreas:
<https://petrobras.com.br/pt/fale-conosco/>

SAC - 0800 7289001

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) - [Portal de Transparência Petrobras: Acesso à Informação](#)

Ouvidoria Geral Petrobras - 0800 28 28280 e [Ouvidoria | Petrobras](#)

Canal de Denúncia
<https://www.contatoseguro.com.br/petrobras>

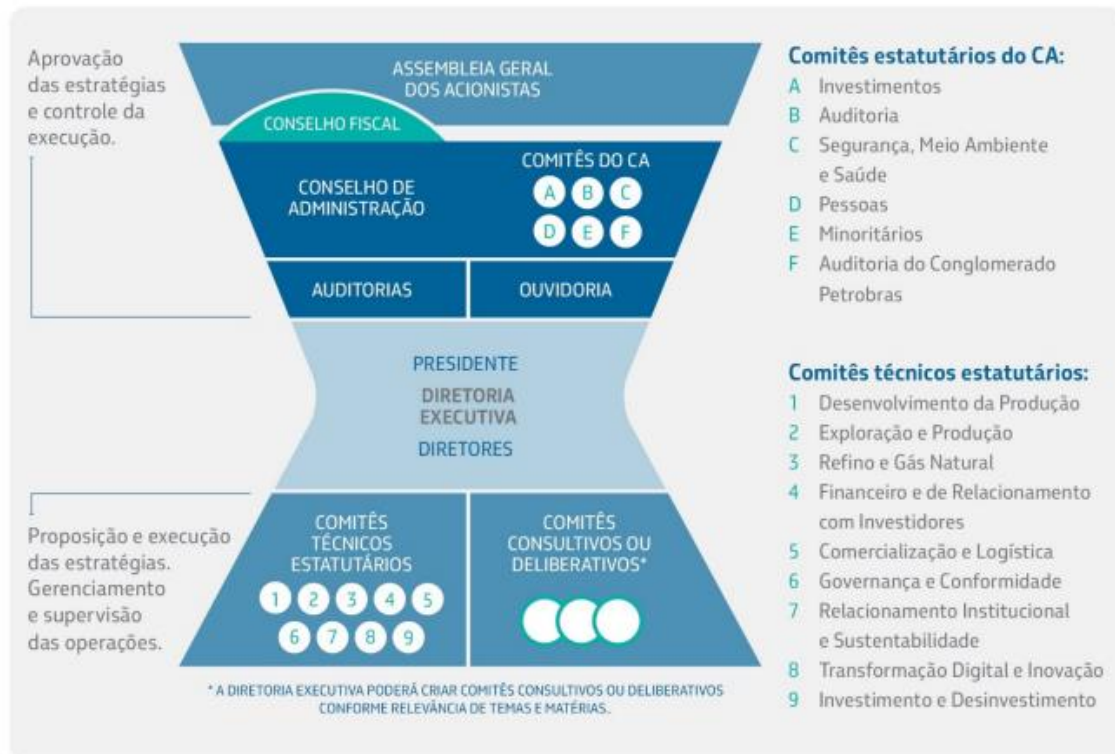
Sede: Av. República do Chile, nº 65 - Centros Rio de Janeiro - 20031-912

Estrutura de Governança

O nosso modelo de governança corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração (CA) e visa aprimorar o nosso desempenho e o processo decisório na alta administração. Nossa estrutura de governança é composta por: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal (CF), Conselho de Administração (CA) e seus comitês, Auditorias, Ouvidoria-Geral, Diretoria Executiva (DE) e seus comitês (Comitês Técnicos Estatutários e Comitês Executivos Consultivos ou Deliberativos).

A figura a seguir representa a estrutura de governança corporativa da Petrobras:

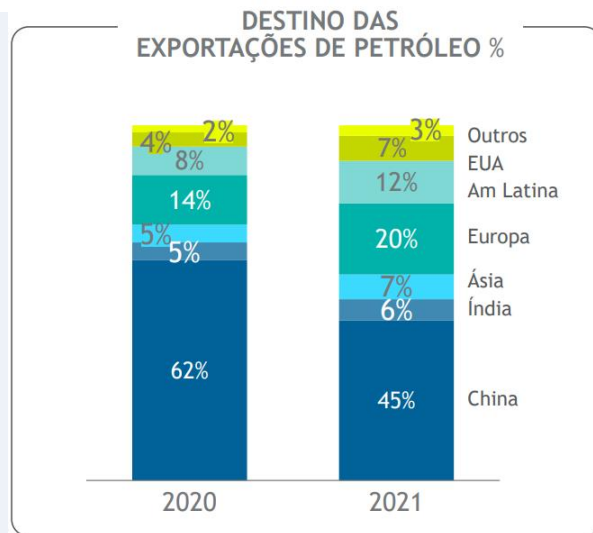
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



➤ Clientes e Ambiente externo

Clientes

A comercialização de petróleo nacional é realizada por meio de contratos de longo prazo e vendas no mercado *spot*. Em termos de destino das exportações de petróleo nacional, atualmente a Petrobras possui uma carteira de cerca de 30 clientes, distribuídos pela China, Américas, Europa e outros países da Ásia.



Ambiente Externo - Questões Políticas e Econômicas

Por sermos uma empresa de economia mista que opera com *commodities* internacionais, nossos negócios são impactados por variáveis do ambiente externo, como, por exemplo, o preço do petróleo, o crescimento do nível de atividade e as taxas de câmbio e juros. Dessa maneira, nosso valor de mercado, nossa avaliação de risco e nossas taxas de captação oscilam, respondendo ao cenário político e ao aumento da incerteza mundial ou risco país. Além disso, o crescimento econômico tem relação direta com a dinâmica da demanda por nossos produtos, e a taxa de câmbio é uma variável importante na determinação de nossos custos e receitas.

Esses impactos são identificados por meio do monitoramento do ambiente externo e dos nossos indicadores de desempenho. A avaliação desses processos permite a elaboração de planos de mitigação de risco, procurando garantir resiliência econômica e geração de valor.

A seguir, as principais variáveis ocorridas em 2021 são descritas de forma sucinta.

Para mais informações sobre o ambiente externo veja o Form 20F e o Formulário de Referência, disponíveis para consulta em:

[Relatórios Anuais - Petrobras \(investidorpetrobras.com.br\)](https://www.petrobras.com.br/relatorios-anuais)

Economia Global

O desempenho da economia global em 2021 foi marcado pela recuperação heterogênea dos países com relação à pandemia (Covid-19), pela desarticulação de algumas cadeias de abastecimento globais e pelos programas de estímulo fiscal e monetário, realizados em todo o mundo.

Esses eventos e as políticas econômicas adotadas permitiram uma recuperação mais rápida da economia global em 2021 e passaram a pressionar a inflação em várias regiões do mundo, uma vez que os planos de estímulo foram decretados em um contexto de rupturas do lado da oferta. Esse movimento pode ser observado no aumento dos

preços das *commodities* e dos preços ao consumidor em vários países. Nos EUA, a inflação acumulada em 12 meses (IPC) registrou pico de 7,1% - o maior número dos últimos 31 anos. No mesmo período na Europa, esse mesmo indicador saltou para 5%. Nos países em desenvolvimento, como Brasil e México, também se verificou pressão sobre o nível de preços.

Em 2021, a economia global cresceu 5,9%, ante uma queda de 3,1% em 2020, segundo o FMI. Para 2022, a incerteza está no ritmo de redução do estímulo monetário, uma vez que há sinais dos aumentos de preços discutidos acima. De acordo com o FMI, o nível de atividade global deverá aumentar 4,4%.

Economia Brasileira

A economia brasileira cresceu 4,6% em 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa taxa de crescimento é a maior desde 2010, no entanto, isso se deve principalmente ao efeito estatístico, o chamado "*carry-over*".

A recuperação mais expansiva do setor de serviços está associada principalmente ao levantamento de medidas restritivas à mobilidade e foi impulsionada principalmente pelas classes média e alta por meio do desembolso de grande parte da economia acumulada ao longo de 2020 com a redução de despesas relacionadas a serviços.

O crescimento do setor de serviços não foi acompanhado pela expansão da produção industrial. Em 2020, a indústria, em especial o segmento de bens de consumo não duráveis, foi um dos principais beneficiários do auxílio emergencial. Nessa categoria, o setor de alimentos, que representa maior participação relativa da indústria brasileira, cuja expansão de 4%, foi o principal impulsionador. Em 2021, essa mesma categoria apresentou queda próxima a 7,5%. A forte queda na produção de alimentos pode ser explicada não só pela redução da ajuda repassada pelo governo, mas também pela inflação crescente no Brasil.

Uma parte importante do aumento dos preços domésticos são fatores externos decorrentes de rupturas e desequilíbrios na cadeia global suprimentos. Por exemplo, os preços de *commodities* agrícolas e minerais (incluindo preços de petróleo e gás natural) também subiram significativamente, pressionando os preços em várias cadeias de suprimentos que utilizam essas *commodities* como insumo.

Em termos de fatores internos, a crise hídrica teve um papel crucial, pois mais de 65% da eletricidade é proveniente de fontes hidráulicas. Com a falta de chuvas e a queda acentuada do nível dos reservatórios, parte relevante das hidrelétricas ficou impossibilitada de operar, sendo necessária a utilização de outras fontes de energia elétrica. A principal fonte que substituiu a hidráulica foi o gás natural, utilizado para geração em termelétricas. Como os preços do gás subiram acentuadamente em 2021, o custo da geração de energia também aumentou.

Além disso, a manutenção da taxa de câmbio em patamares depreciados durante a maior parte do ano (acima de R\$/US\$5,20) também contribuiu para a inflação. Ao final do ano o IPCA registrou variação superior a 10% em termos acumulados. Esse aumento da inflação exigiu que o Banco Central tomasse medidas mais rígidas, elevando a taxa básica de juros (SELIC), que após atingir a mínima histórica de 2% em agosto de 2020, subiu para 9,25% em dezembro de 2021, alcançando 11,75% em março de 2022. Este contexto macroeconômico de subida da inflação e

das taxas de juro coloca alguns desafios tanto para o PIB como para a recuperação do emprego. Em relação ao PIB, o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central do Brasil, prevê um crescimento de 0,5% para 2022.

➤ Capital Social e Participações Societárias

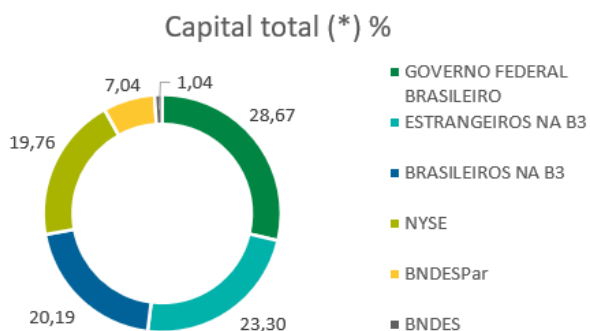
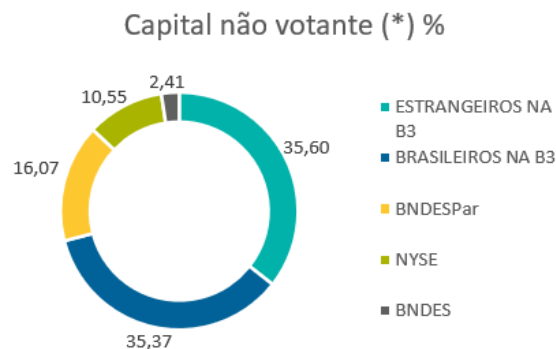
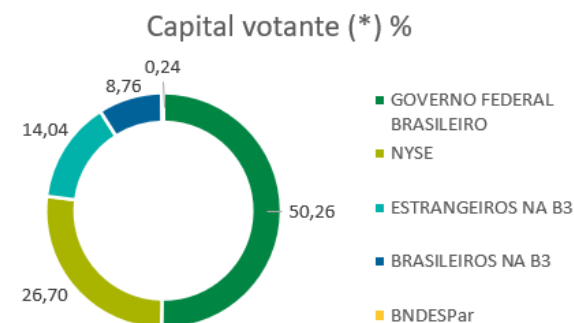
O nosso capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais, todas sem valor nominal e denominadas em reais. De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, o número de nossas ações preferenciais não pode exceder dois terços do número total das nossas ações.

As nossas ações são negociadas na B3 e registradas em livro. O Banco Bradesco é nosso atual banco custodiante e realiza operações de transferências de ações.

Os detentores das nossas ações ordinárias têm direito a um voto por cada unidade de ação ordinária detida.

Os detentores de nossas ações preferenciais não têm direito a voto, exceto: (i) direito de nomear um membro do Conselho de Administração e um membro do nosso Conselho Fiscal; e (ii) certas matérias relativas às ações preferenciais (como criação, aumento ou mudanças nas ações preferenciais, ou criação de uma nova classe de ações).

Nos Estados Unidos, nossas ações ordinárias ou preferenciais, intituladas *American Depositary Shares* (ADRs), são listadas na forma de ADSs na NYSE. As ADSs são registradas e entregues por um banco depositário, o *JPMorgan Chase Bank* ("*JPMorgan*" ou "Depositário") que, desde 2 de janeiro de 2020, atua como banco depositário das nossas ADSs ordinárias e preferenciais.



A maioria das nossas ações ordinárias é detida pelo Governo Federal Brasileiro através do bloco de controle composto pelo próprio Governo Federal e BNDSPar, que em conjunto detêm 50,50%.

(*) Não contempla ações em tesouraria.

Participações Societárias

Operamos através de 20 subsidiárias diretas (18 incorporadas sob as leis do Brasil e 2 incorporadas no exterior) e por meio de 2 operações conjuntas diretas, conforme listado abaixo. Também temos subsidiárias indiretas, incluindo Petrobras Global Finance B.V. ("PGF").

Empresas	Localização	Nossa participação	Outros acionistas
Petrobras Transporte S.A. – Transpetro	Brasil	100,00%	—
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. – PB-LOG	Brasil	100,00%	—
Petrobras Gás S.A. – Gaspetro	Brasil	51,00%	Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda (49%)
Petrobras Biocombustível S.A.	Brasil	100,00%	—
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG	Brasil	51,00%	BBPP Holdings Ltda. (29%) YPFB Transporte S.A. (19,88%) Corumba Holding S.À.R.L. (0,12%)
Procurement Negócios Eletrônicos S.A.	Brasil	72,00%	SAP Brasil Ltda. (17%) Accenture do Brasil S.A. (11%)
Araucária Nitrogenados S.A.	Brasil	100,00%	—
Termomacaé S.A.	Brasil	100,00%	—

Termobahia S.A.	Brasil	98,85%	Petros (1,15%)
Baixada Santista Energia S.A.	Brasil	100,00%	—
Petrobras Comercializadora de Energia S.A. – PBEN	Brasil	100,00%	—
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística – FII	Brasil	99,15%	Pentágono SA DTVM (0,85%)
Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. – PBEN-P	Brasil	100,00%	—
Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. – FCC ⁵	Brasil	50,00%	Albemarle Brasil Holding Ltda. (50%)
Ibiritermo S.A. ¹	Brasil	50,00%	Edison S.p.A (50%)
Petrobras International Braspetro – PIB BV	Exterior	100,00%	—
Braspetro Oil Services Company – Brasoil	Exterior	100,00%	—
Refinaria de Mucuripe S.A. ⁶	Exterior	100,00%	—
Refinaria de Canoas S.A. ²	Brasil	100,00%	—
Paraná Xisto S.A. ²	Brasil	100,00%	—
Refinaria de Manaus S.A. ²	Brasil	100,00%	—
Associação Petrobras de Saúde ⁷³	Brasil	93,47%	Transpetro (6.09%) TBG (0.26%) Pbio (0.13%) Termobahia (0.04%)

Para mais informações sobre nossas subsidiárias e operações em conjunto, veja nossas Demonstrações Financeiras em: [Central de Resultados - Petrobras \(investidorpetrobras.com.br\)](http://investidorpetrobras.com.br)

➤ Gestão de riscos

Acreditamos que a gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados seguros e sustentáveis. Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais tem como princípios fundamentais o respeito à vida em toda a sua diversidade, a atuação ética e em conformidade com requisitos legais e regulatórios, bem como o pleno alinhamento e a coerência com o nosso Plano Estratégico. A gestão de riscos é integrada e com a orientação de ações de resposta a risco que considerem os possíveis impactos no nosso *stakeholders* voltadas para a agregação e a preservação de valor para os acionistas e a continuidade dos negócios.

Nosso processo de gestão de riscos é coordenado em uma área corporativa, permitindo a padronização e a uniformização de nossas análises de risco e o gerenciamento das responsabilidades dos riscos, que estão estruturados de acordo com o modelo de três linhas. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas desempenha um papel distinto na estrutura de governança. Isto pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que compreende, na prática, o Conselho de Administração (CA), a Diretoria

⁵ Operações conjuntas.

⁶ Empresas legalmente constituídas, com aporte de capital de US\$ 58.000 para cada empresa, para posterior desinvestimentos destas refinarias.

⁷ Uma associação sem fins lucrativos que administra nosso plano de saúde.

Executiva (DE), titulares da estrutura geral e todos os empregados, prestadores de serviço e demais partes relacionadas.

A identificação, a avaliação e o tratamento dos riscos são feitos pelas unidades organizacionais em articulação com a Gerência Executiva de Riscos, a qual reporta periodicamente à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração os nossos principais riscos. A avaliação da eficácia do processo de gestão de riscos é feita pela Auditoria Interna, órgão subordinado diretamente ao Conselho de Administração.

Identificação, Avaliação e Tratamento dos Riscos

A elaboração da Matriz de Riscos Empresariais da Petrobras é coordenada pela área corporativa de gestão de riscos e envolve todas as áreas de nossa estrutura. Nesse processo, ocorre o envolvimento de colaboradores de diversas especialidades, para que eles possam identificar e relatar os riscos potenciais para toda a nossa organização, contemplando riscos de qualquer natureza. Esse processo fornece a identificação, a probabilidade de ocorrência e a avaliação de impacto de riscos, além de proposições de tratamento.

Os riscos aos quais a companhia está exposta (riscos empresariais) são classificados em três agrupamentos: (a) operacional, (b) financeiro e (c) conformidade, legal e regulatório.

OPERACIONAL: reúne riscos decorrentes das atividades fim da companhia, além daqueles decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos e industriais, do suprimento de bens e serviços, sistemas, assim como de catástrofes naturais e/ou ações de terceiros.

FINANCEIRO: reúne os riscos oriundos de flutuações de mercado, inadimplemento de contrapartes e de descasamento entre ativos e passivos.

CONFORMIDADE, LEGAL E REGULATÓRIO: reúne os riscos empresariais relacionados ao cumprimento das leis e dos regulamentos pertinentes aplicáveis à empresa, bem como seu Código de Conduta Ética e outros documentos relacionados.


A avaliação de impactos considera quatro dimensões: Financeira, Imagem/Reputação, Legal/Conformidade e Ambiental/Vida.



Esta análise qualitativa de riscos permite a priorização e o direcionamento dos esforços relativos a planos de ação a serem realizados, a fim de minimizar os eventos que possam nos afetar adversamente e maximizar aqueles que possam nos trazer benefícios. Complementarmente, pode ser necessária a aplicação de uma análise quantitativa de riscos para suporte à tomada de decisão, na qual, por meio de simulações numéricas, avaliamos o efeito combinado dos riscos identificados e de outras fontes de incerteza sobre nossos objetivos.

Os riscos identificados estão sujeitos a ações de tratamento que podem ser dos seguintes tipos: evitar, reduzir, transferir, aceitar, observar, pesquisar ou explorar (apenas para oportunidades) o risco.

As decisões associadas a riscos, além das análises qualitativas e quantitativas, consideram o grau de aversão a risco dos decisores, as ações de resposta e uma análise de custo-benefício, na qual os custos das ações de resposta não podem ser superiores aos benefícios esperados ou perdas evitadas.

De forma a exemplificar os principais eventos e fatores de risco que podem afetar o nosso desempenho de longo prazo, apresentamos a seguir uma lista associada aos temas materiais:

Tema material	Principais eventos e fatores de riscos associados
 <p>Ética nos Negócios e Combate à Corrupção</p>	<ul style="list-style-type: none"> _ Falha em prevenir, detectar em tempo hábil, ou corrigir comportamentos incompatíveis com nossos princípios éticos e regras de conduta. _ Operações com partes relacionadas. não devidamente identificadas e tratadas.
 <p>Resiliência Climática e Transição para Economia de Baixo Carbono</p>	<ul style="list-style-type: none"> _ Mudanças climáticas; Riscos Físicos das Mudanças Climáticas. _ Transição energética – Risco de Mercado, Risco Regulatório, Risco Legal e Reputacional, e Risco Tecnológico. _ Maiores exigências quanto à transparência das ações relacionadas à transição para o baixo carbono. _ Eventos de escassez hídrica e dificuldades na obtenção de outorgas de direito de uso de recursos hídricos.
 <p>Comunicação Ativa e Transparente</p>	<ul style="list-style-type: none"> _ Disseminação inadequada ou intempestiva de informações para os nossos públicos de interesse. _ Fake News e discurso de ódio propagados contra a companhia.
 <p>Ambiente Regulatório, Abertura de Mercado e Concorrência</p>	<ul style="list-style-type: none"> _ Mudanças no ambiente competitivo do mercado brasileiro de petróleo e gás. _ Interpretações divergentes e regulamentações ambientais, de saúde e segurança e normas da indústria que estão se tornando mais rigorosas. _ Diferenças nas interpretações e novos requisitos regulatórios por parte das agências em nosso setor. _ Atrasos ou dificuldades na obtenção ou renovação de licenças e permissões ambientais. _ Risco de sofrermos perdas e dedicar tempo e recursos financeiros defendendo litígios e arbitragens pendentes.
 <p>Segurança e Compromisso com a Vida</p>	<ul style="list-style-type: none"> _ Epidemias e pandemias de saúde pública.
 <p>Prevenção de Acidentes e Vazamentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> _ Riscos de segurança, meio-ambiente e saúde em nossas operações e instalações, tais como derramamentos de óleo, vazamentos de produtos, incêndios e explosões. _ Derivação clandestina. _ Comprometimento dos ativos digitais de automação. _ Falhas na resposta a emergências e no atendimento em resgate de vítimas.

Tema material	Principais eventos e fatores de riscos associados
 <p data-bbox="451 520 639 569">Resiliência Econômico-Financeira</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="662 415 1094 436">_ Volatilidade dos preços do petróleo, gás e derivados. <li data-bbox="662 443 1179 491">_ Depreciação do real em relação ao dólar americano e aumentos nas taxas de juros vigentes no mercado. <li data-bbox="662 497 1040 518">_ Restrições de liquidez no curto e médio prazo. <li data-bbox="662 525 1045 546">_ Riscos de crédito de alguns de nossos clientes. <li data-bbox="662 552 1166 600">_ Obrigações relacionadas ao nosso plano de pensão (“Petros”) e assistência médica.
 <p data-bbox="451 785 597 833">Impactos Socioeconômicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="662 646 1154 667">_ Expectativas e dinâmicas das comunidades onde operamos. <li data-bbox="662 674 1240 743">_ Impactos nas comunidades onde atuamos devido as nossas atividades operacionais, tais como ruídos, emissões, delimitação de espaços de circulação, entre outros. <li data-bbox="662 749 1224 819">_ Greves, paralisações ou reivindicações trabalhistas por parte de nossos empregados ou por empregados de nossos fornecedores, empresas contratadas e demais setores. <li data-bbox="662 825 1211 894">_ Violação de Direitos Humanos nas nossas operações, seja na nossa força de trabalho, nas comunidades onde operamos ou na nossa cadeia de fornecedores.

Para mais informações, consulte a seção de fatores de risco do [Formulário de Referência](#), a seção de fatores de risco do [Form 20F](#) e o [Relatório de Sustentabilidade](#)

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA e ALOCAÇÃO DE RECURSOS

➤ Planejamento estratégico

Para o monitoramento do ano 2021, faz-se necessário apresentar o Plano que estava em vigor naquele ano. Em novembro de 2020, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o Plano Estratégico para o quinquênio 2021-2025 (“PE 2021-2025”), mantendo como visão “Ser a melhor empresa de energia na geração de valor para o acionista, com foco em óleo e gás e com segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente”. A companhia explicitou o seu propósito – “Prover energia que assegure prosperidade de forma ética, segura e competitiva” – e reafirmou os seus valores – “Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; Ética e transparência; Orientação ao mercado; Superação e confiança; Resultados”.

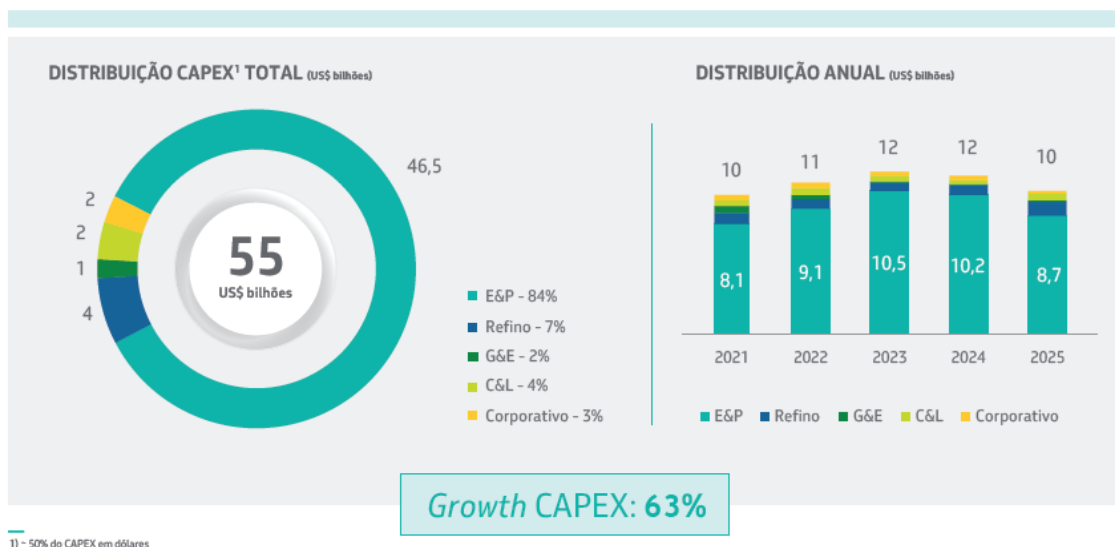
No PE 2021-2025, as estratégias tinham como foco das ações para os segmentos:

 Exploração e Produção	<ul style="list-style-type: none">_Maximizar o valor do portfólio, com foco em águas profundas e ultra profundas, buscando eficiência operacional, otimização do fator de recuperação, parcerias e baixa intensidade de gases de efeito estufa;_Crescer sustentado em ativos de óleo e gás de classe mundial, em águas profundas e ultra profundas.
 Gás e Energia	<ul style="list-style-type: none">_Atuar de forma competitiva na comercialização do gás próprio;_Otimizar o portfólio termoeletrico com foco no auto consumo e na comercialização do gás próprio;_Sair integralmente da distribuição e do transporte de gás.
 Refino	<ul style="list-style-type: none">_Atuar de forma competitiva nas atividades de refino, com ativos focados na proximidade da oferta de óleo e do mercado consumidor;_Sair integralmente dos negócios de fertilizantes, distribuição de GLP e de biodiesel;_Agregar valor ao parque de refino com processos mais eficientes e novos produtos de BioRefino, como BioQAV e Diesel Renovável, em direção a um mercado de baixo carbono.
 Comercialização e Logística	<ul style="list-style-type: none">_Prover e gerir soluções integradas de logística, garantindo uma alocação ótima de ativos, insumos e produtos, com custos competitivos, sustentabilidade nas operações, confiabilidade e segurança;_Atuar na comercialização de petróleo e derivados, em ambiente competitivo, gerando valor para a companhia e seus clientes, através da integração da cadeia produtiva da Petrobras e suas subsidiárias.
 Transição Energética	<ul style="list-style-type: none">_Desenvolver pesquisas visando a atuação, em longo prazo, em negócios de Petroquímica e energia renovável com foco em eólica e solar no Brasil.
 Competitividade	<ul style="list-style-type: none">_Transformar digitalmente a Petrobras entregando soluções para os desafios, empoderando nossos colaboradores, gerando valor e aumentando a segurança das operações;_Desenvolver as competências críticas e uma cultura de alto desempenho para atender aos novos desafios da companhia, utilizando o valor econômico adicionado como ferramenta de gestão;_Perseguir constantemente uma estrutura de custos e de investimentos competitiva e eficiente, com alto padrão de segurança, saúde e respeito ao meio ambiente;_Fortalecer a credibilidade e a reputação da Petrobras.

Visando a operacionalização das estratégias da companhia, definiu-se o CAPEX para o Plano Estratégico 2021-2025 no total de US\$ 55 bilhões, dos quais 84% seriam destinados ao segmento E&P. Essa alocação estava

aderente ao posicionamento estratégico escolhido para a companhia, com foco nos ativos de E&P, especialmente no pré-sal. O gráfico a seguir exibe a alocação dos investimentos por segmento do PE 2021-2025.

CAPEX 2021 - 2025

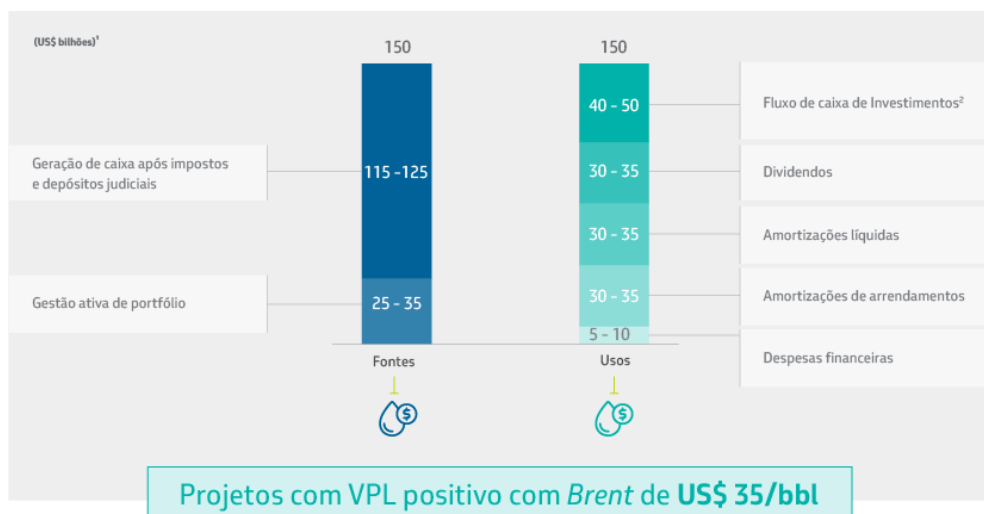


O Plano Estratégico 2021-2025 apresentava um portfólio crescente de E&P com foco em atividades localizadas em águas profundas e ultraprofundas, qualificando-o como uma estratégia de crescimento baseada em ativos de classe mundial, onde o custo de extração é menor, proporcionando maior retorno. Assim, a companhia esperava que 70% dos seus investimentos no segmento para o período de 2021-2025 fossem direcionados aos ativos e projetos do pré-sal, em particular no campo de Búzios, onde se previa a alocação de 36% do total do investimento do segmento de E&P no horizonte 2021-2025.

Fontes de financiamento dos investimentos:

Continuava-se a busca pela desalavancagem por meio da geração de caixa e desinvestimento. Para o ano 2021, projetava-se que as principais necessidades de caixa atenderiam aos investimentos orçados, no montante de US\$10 bilhões, e ainda se fazia pagamentos de principal e juros de US\$6 bilhões da dívida.

A companhia estimava uma geração de fluxo de caixa livre no horizonte 2021-2025, conforme gráfico de Fontes e Usos a seguir.



1) Considera Brent de US\$ 45/bbl em 2021-22 e US\$ 50 até 2025 e no longo prazo.
 Câmbio real 2021-2025: R\$ 5,50, R\$ 4,69, R\$ 4,46, R\$ 4,28 e R\$ 4,07

2) Exclui arrendamentos classificados no CAPEX total.

Para mais informações sobre o PE 2021-2025, veja: [Apresentações - Petrobras \(investidorpetrobras.com.br\)](https://investidorpetrobras.com.br) (aba 2020, Petrobras Day 2020).

e para o Formulário de Referência 2020-2021, consulta em: [Relatórios Anuais - Petrobras \(investidorpetrobras.com.br\)](https://investidorpetrobras.com.br)

Adicionalmente, informações sobre planejamento estratégico 2021-2025 e principais resultados alcançados no exercício estão apresentadas na seção: "Resultados e Desempenho da Gestão" deste relatório.

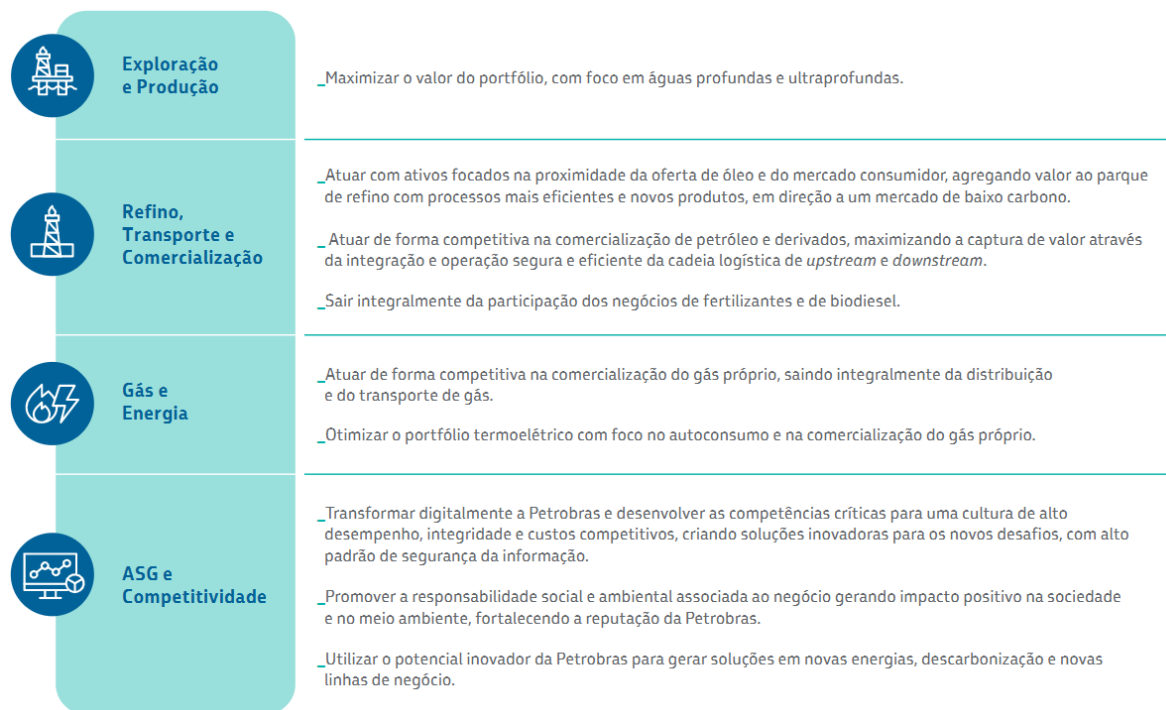
Principais objetivos estratégicos para o exercício de 2022

Em novembro de 2021, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou o Plano Estratégico para o quinquênio 2022-2026 ("PE 2022-2026"). Com a visão de "Ser a melhor empresa de energia na geração de valor para o acionista, com foco em óleo e gás, sustentabilidade, segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente", a Petrobras reafirmou seus valores: (i) Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; (ii) Ética e transparência; (iii) Superação e confiança; (iv) Orientação ao mercado e Resultados. Além disso, a companhia manteve seu propósito de "Prover energia que assegure prosperidade de forma ética, segura e competitiva".

Principais ações por segmento estratégico

As estratégias de negócio buscam fazer com que os recursos sejam empregados no tempo e nos ativos certos para garantir maior retorno ao capital investido, de forma segura e sustentável. O PE 2022-26 propôs um conjunto de estratégias que incorporam e dão visibilidade a acontecimentos e questões relevantes para o futuro da Petrobras, como, por exemplo:

- transparência e foco em sustentabilidade (ASG – Ambiental, Social e Governança), em especial em relação à descarbonização das operações;
- maximização do valor do portfólio, com foco em ativos de águas profundas e ultraprofundas;
- agregação de valor ao parque de refino, com processos mais eficientes e novos produtos; e
- fortalecimento da integração das atividades de comercialização e logística.



O Plano Estratégico 2022–2026 mostra que os movimentos previstos para o portfólio da empresa em todos os segmentos de negócio são monitorados constantemente, e revalidados anualmente. No centro das principais estratégias da Petrobras estão o aumento de investimentos em negócios de E&P, modificações na composição do parque de refino e gás da empresa, a manutenção dos níveis de alavancagem da empresa com o desinvestimento de ativos visando a melhor alocação de capital, a transformação digital da empresa e uma tolerância a riscos que assegure o atingimento dos objetivos traçados no plano, sejam financeiros, de conformidade, legal, regulatório ou operacionais.

O Plano demonstra o compromisso de uma companhia cada vez mais focada na geração de valor, transformando recursos em riqueza para a sociedade. Com a questão da dívida agora equacionada, continuar-se-á atuando com forte disciplina de capital, concentrando os investimentos no desenvolvimento do pré-sal, sempre focando na eficiência em carbono para continuar sendo uma das produtoras de óleo e gás mais eficientes do mundo, enquanto se amadurece oportunidades em novos negócios.

Em **Exploração e Produção**, o foco será a atuação em águas profundas e ultra profundas, em campos do pré-sal, onde temos vantagem competitiva e atuamos com um nível de eficiência ímpar visando a maximização de geração de valor, mesmo em cenários de preços baixos de petróleo.

Em **Refino e Gás Natural**, a Petrobras focará as suas atividades na Região Sudeste do país, que concentra o maior mercado consumidor. Essa decisão empresarial foi tomada a partir da premissa de manter em seu portfólio refinarias com significativa geração de valor e otimizar suas operações e logística. Para tal efeito, das 12 refinarias da companhia, 7 estão em processo de alienação ao longo do período 2022-2026.

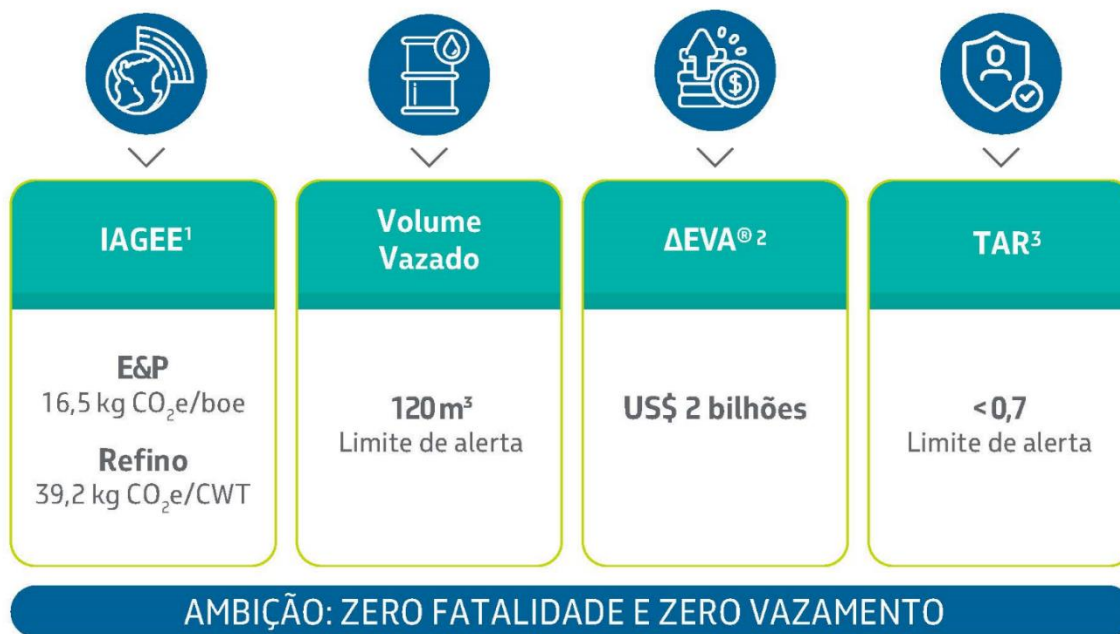
Em **Comercialização e Logística**, destaca-se os investimentos para a manutenção das operações de dutos, terminais e navios.

No Plano Estratégico 2022-2026, a Petrobras estabeleceu quatro métricas de topo que traduzem e quantificam os principais objetivos estratégicos da companhia e estão alinhados ao Propósito e à Visão estabelecidos. As métricas de topo definidas pela companhia para monitorar os principais objetivos estratégicos são: 1) Índice de atendimento às metas de gases de efeito estufa (IAGEE); 2) Volume Vazado de Óleo e Derivados (VAZO), que foca no aumento dos níveis de segurança das operações e no respeito ao meio ambiente; 3) o Delta EVA[®], que consiste na busca pela geração de valor resultante dos negócios abrangidos no portfólio da companhia; e, 4) a Taxa de Acidentados Registráveis (TAR), foca na integridade das pessoas.

A vida é um valor inegociável para a Petrobras e, por isso, a companhia segue ambicionando zero fatalidade. O indicador TAR (taxa de acidentes registráveis por milhão de homens-hora) é uma das métricas de topo, mas não é utilizado para fins de remuneração variável dos empregados. Para 2022, o limite de alerta permanece abaixo de 0,7, o que reafirma o compromisso da Petrobras com a vida e a mantém no melhor quartil da indústria. De maneira a garantir o alinhamento dos incentivos para o atingimento das metas, três dessas métricas impactarão diretamente a remuneração dos executivos e de todos os empregados da companhia em 2022.

O Indicador de Atendimento às metas de Gases de Efeito Estufa (IAGEE) e o Indicador de Volume Vazado de Óleo e Derivados (VAZO) refletem o alinhamento aos compromissos de baixo carbono e sustentabilidade do PE 2022-26. Mantém-se a ambição zero vazamento, no sentido de reafirmar o compromisso da Petrobras com o meio ambiente.

Como base fundamental da estratégia de gestão orientada à criação de valor no negócio, a Petrobras manterá como métrica de topo para 2022 o indicador Delta EVA[®], que representa uma medida de criação de valor econômico para os acionistas. Ao gerar valor, a empresa cresce de forma consistente e torna-se financeiramente sustentável. A métrica de dívida bruta presente no último plano estratégico foi excluída, devido ao atingimento antecipado da meta de US\$ 60 bilhões no terceiro trimestre de 2021. No entanto, visando manter os incentivos para uma boa gestão da alavancagem, será considerada como gatilho da métrica de topo Delta EVA[®] a manutenção da dívida bruta abaixo de US\$ 65 bilhões. Ou seja, caso esse valor seja excedido, a nota do Delta EVA[®] será contabilizada como zero.



1) IAGEE: Índice de atendimento às metas de gases de efeito estufa.
 2) Caso a dívida bruta supere US\$ 65 bilhões, a nota da métrica de topo será contabilizada como zero.
 3) Taxa de Acidentados Registráveis por milhão de homens-hora.

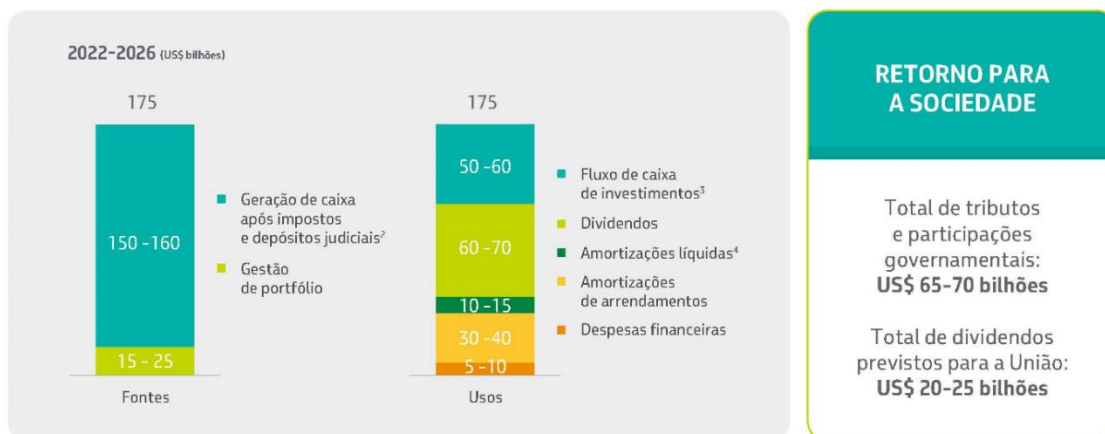
A Petrobras utiliza o Scorecard como uma ferramenta de gestão para alinhar incentivos em favor do atingimento das métricas de topo e específicas. Os *scorecards* foram estruturados considerando dois conjuntos de métricas: as métricas de topo, que fornecem uma orientação mais explícita sobre os principais objetivos estratégicos da companhia, direcionando os esforços no mesmo caminho e, as métricas específicas, que buscam mensurar as ações locais de cada unidade de negócio alinhadas ao PE 2022-26.

➤ Alocação de Recursos

Através da disciplina de custos e compromisso com a rentabilidade, a companhia projeta no período do Plano Estratégico 2022-2026 fontes de recursos de US\$ 170 bilhões, advindos da geração de caixa operacional e dos desinvestimentos. Esses recursos farão frente aos investimentos previstos pela Petrobras, bem como a manutenção do endividamento e a operacionalização da política de dividendos, conforme figura exibida a seguir:

PETROBRAS MAIS FORTE GERA MAIS VALOR PARA A SOCIEDADE

58%¹ da geração de caixa líquida retorna para a sociedade



¹ Dividendos pagos à União mais tributos e participações governamentais divididos pela geração de caixa após impostos e depósitos judiciais.
² Considera custos de descomissionamento de cerca de US\$ 1 bilhão/ano.
³ Exclui arrendamentos classificados no CAPEX total.
⁴ Considera captações de US\$ 3 bilhões.

NOTA: Considera US\$ 8 bilhões de caixa de referência.

A geração de caixa será decorrente da maior eficiência projetada, do controle de gastos e dos recursos financeiros em função da gestão ativa de portfólio. Projeta-se que 58% da geração de caixa líquida retornará para a sociedade, através dos tributos, participações governamentais e dividendos. A geração de valor prevista se dará por uma alocação responsável dos investimentos e pela manutenção do nível de endividamento, com o seu alongamento e redução do custo da dívida.

Através da disciplina de custos, manutenção da dívida e compromisso com a rentabilidade, a companhia estima uma geração de fluxo de caixa livre no período no Plano Estratégico 2022-2026 na faixa de US\$ 150-160 bilhões. A Petrobras dará continuidade aos projetos de desinvestimentos já anunciados e continuará com parcerias e desinvestimentos orientados pela gestão ativa de portfólio, com potencial de entrada de caixa no período do Plano variando de US\$ 15 bilhões a US\$ 25 bilhões.

Essas iniciativas, associadas a uma geração operacional de caixa permitirão à Petrobras realizar seus investimentos, pagar dividendos e fazer suas amortizações da dívida.

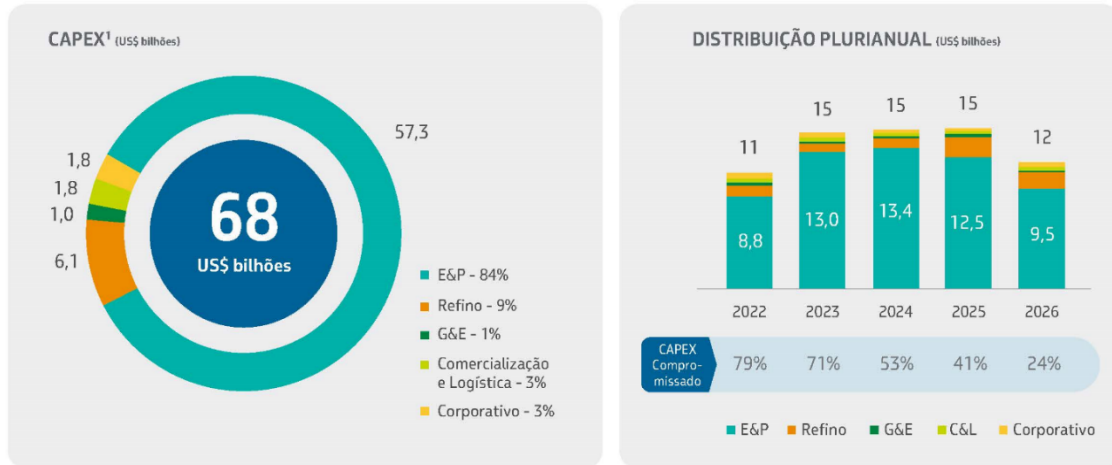
Principais programas, projetos e iniciativas

A companhia tem inúmeros projetos em seu portfólio de investimentos. Como a maioria dos projetos é caracterizada por um longo período de desenvolvimento, a companhia pode se confrontar com mudanças nas condições de mercado, tais como alterações de preços, alterações no perfil da demanda, taxa de câmbio, condições de financiamento dos projetos e legislação e regulamentação que podem comprometer o retorno estimado para os projetos.

O CAPEX previsto para o período 2022-2026 é de US\$ 68 bilhões, o que representou um aumento de 24% com relação ao Plano 2021-2025 dos quais 84% estão alocados à Exploração e Produção de petróleo e gás (E&P), 9%

para o Refino, 1% para o Gás e Energia (G&E), 3% para Comercialização e Logística e 3% para investimentos corporativos.

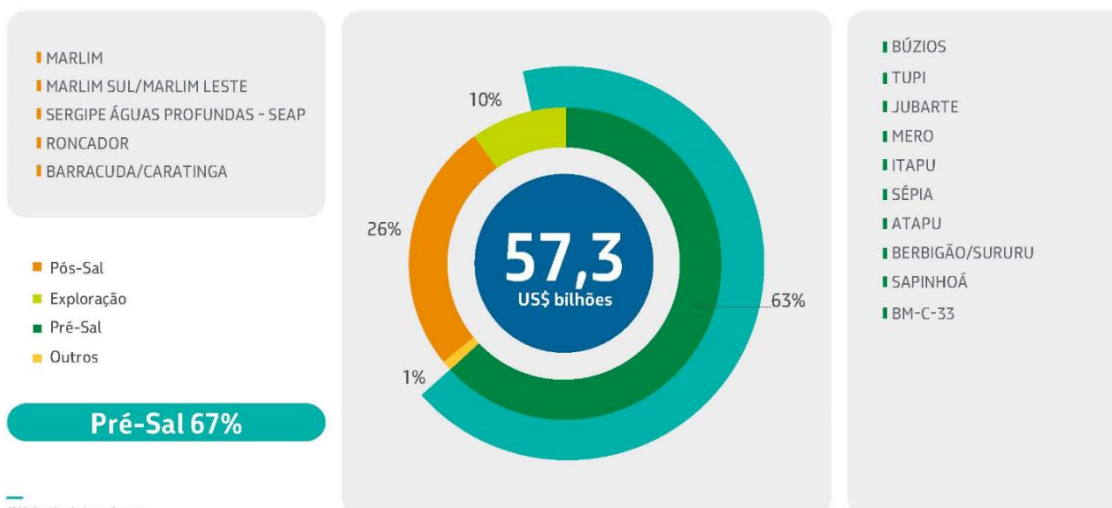
PLANO DE INVESTIMENTOS 2022-2026 (US\$ bilhões)



Na distribuição plurianual do investimento, observa-se que no curto prazo (ano 2022) 79% do CAPEX já está comprometido. Em contrapartida, no último ano do Plano (2026), cerca de 24% do investimento previsto está comprometido, o que indica um maior nível de flexibilidade com relação aos compromissos assumidos, devida a menor parcela contratada (em nov/2021). Vale destacar que, ao longo do ciclo de vida dos projetos, o nível de maturidade aumenta e uma maior proporção do CAPEX será contratada.

Do CAPEX total do E&P (US\$ 57 bilhões), cerca de 67% serão destinados para os ativos do pré-sal. Esta alocação está aderente ao foco estratégico da companhia, concentrando cada vez mais os seus recursos em ativos em águas profundas e ultraprofundas, que têm demonstrado grande diferencial competitivo ao longo dos anos, produzindo óleo de melhor qualidade e com menores emissões de gases de efeito estufa.

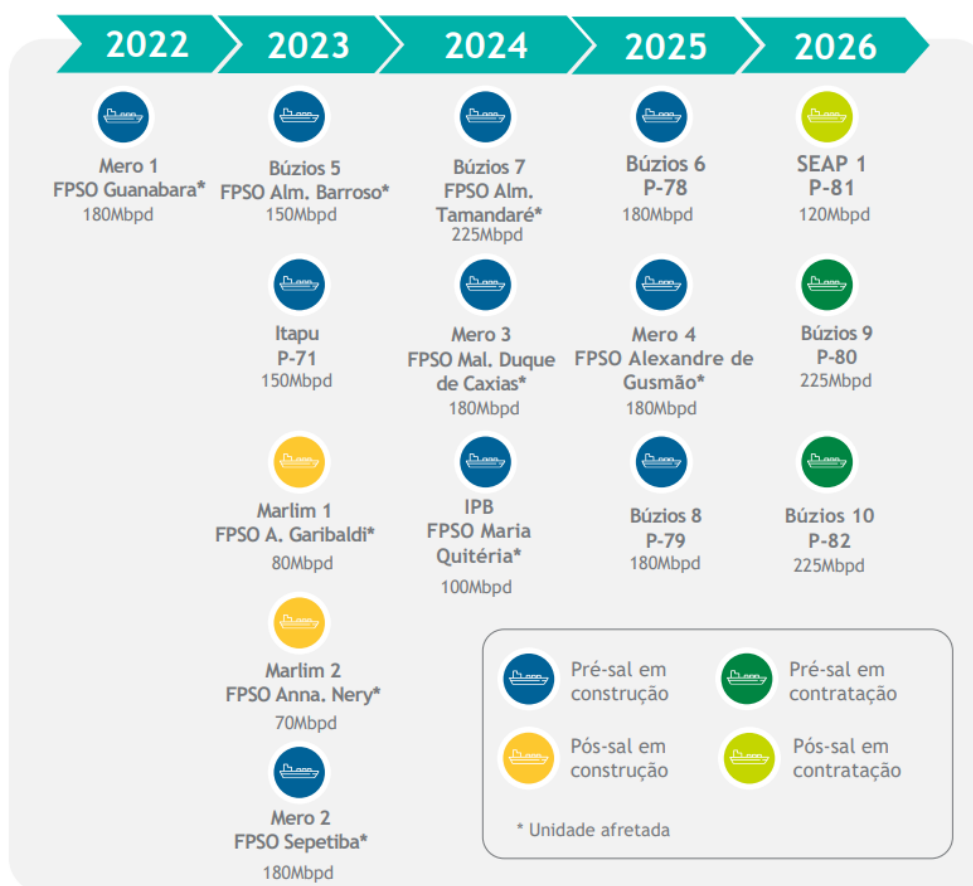
PLANO DE INVESTIMENTOS EM E&P 2022-2026 (US\$ bilhões)



Importante destacar que o CAPEX do PE 2022-26 inclui o montante de US\$ 1,8 bilhão em projetos relacionados às iniciativas de descarbonização das operações, com destaque para separação de CO₂, sistemas de detecção de metano, comissionamento do *flare* fechado, tecnologia HISEP, projetos de redução de carbono nas refinarias, dentre outras. A maioria destas iniciativas está relacionada à otimização da produção e/ou eficiência operacional, com importantes reflexos na redução das emissões.

Dos 67% dos investimentos no segmento E&P no período de 2022-2026 direcionados aos ativos e projetos do pré-sal, se prevê a alocação de US\$ 23 bilhões no campo de Búzios. Para a Bacia de Campos, planeja-se investir US\$ 16 bilhões. Ademais, outras bacias fora do Sudeste do Brasil, em especial, a exploração da Margem Equatorial e o projeto de desenvolvimento em águas profundas de Sergipe também se destacam quanto à alocação de CAPEX.

A figura abaixo permite visualizar a previsão de entrada de quinze novos FPSOs em seis campos de produção até 2026, sendo doze no pré-sal e três no pós-sal. As unidades planejadas para entrar em operação até 2025 já estão contratadas. As três unidades previstas para o ano 2026 estão na etapa a contratar.



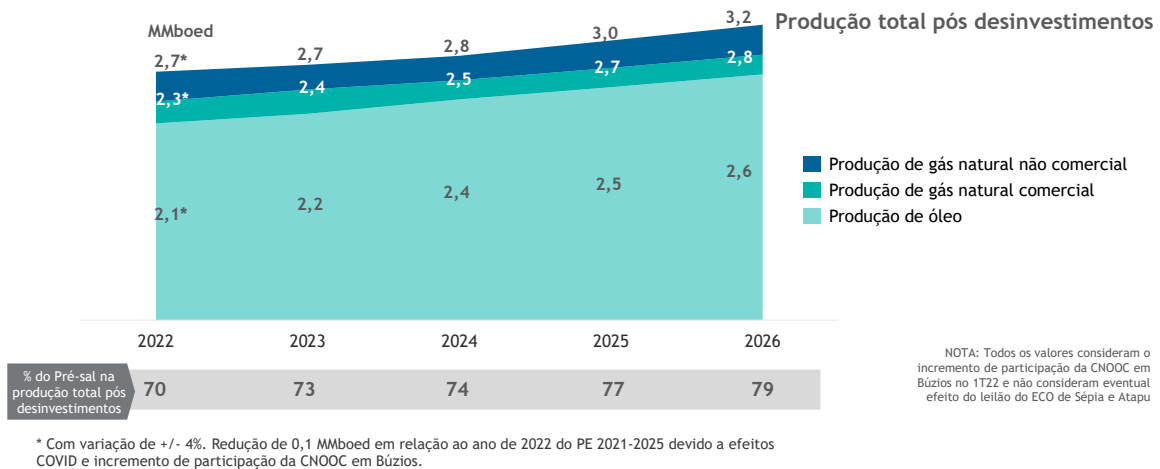
Produção de Óleo, LGN e Gás Natural

A curva de produção de óleo e gás estimada para o período 2022-2026, indica um crescimento contínuo focado no desenvolvimento de projetos que geram valor, com aumento da participação dos ativos no pré-sal que possuem

menor custo de extração. Ao longo desse período, está prevista a entrada em operação de quinze novos sistemas de produção, sendo 9 afretadas e 6 próprias, todos alocados em projetos em águas profundas e ultraprofundas.

Na divulgação do PE 2022-26, a produção de óleo para 2022 refletia uma redução de 0,1 MMboed em relação ao ano de 2022 do PE 2021-2025 devido a efeitos da Covid-19 e incremento de participação da CNOOC em Búzios. Considerou-se uma variação de 4% para mais ou para menos na produção de 2022.

Apresenta-se abaixo a curva de produção estimada no Plano Estratégico, divulgado em novembro de 2021.



Assim como no plano passado, apresenta-se uma visão comercial da produção que reflete justamente o impacto financeiro nos resultados da companhia, deduzindo da produção de gás natural os volumes de gás reinjetado nos reservatórios, consumido nas instalações de E&P e queimado nos processos produtivos.

Essa curva se sustenta em um portfólio que gera mais valor e tem maior resiliência aos baixos preços do petróleo, por consequência do aumento da participação dos ativos no pré-sal que possuem menor custo de extração por barril.

Em 14 de janeiro de 2022, a Petrobras divulgou Fato Relevante revisando a meta de produção do PE 2022-26. A revisão visa refletir (i) o resultado da 2ª Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa no Regime de Partilha de Produção, realizado em dezembro de 2021, quando a Petrobras adquiriu os direitos de exploração e produção dos volumes excedentes da cessão onerosa nos campos marítimos de Atapu e de Sépia, e (ii) o início da partilha de produção dos FPSOs P-70 e Carioca, em operação nos campos de Atapu e Sépia, respectivamente.

Dessa forma, no ano de 2022, projeta-se uma redução de 70 Mboed para a produção total de óleo e gás, e a alteração da faixa de 2,7 MMboed para 2,6 MMboed com variação de 4% para mais ou para menos. A produção de óleo e produção comercial tiveram um impacto de cerca de 60 Mboed, mas permaneceram com as mesmas faixas, respectivamente, 2,1 MMbpd e 2,3 MMboed, com variação de 4% para mais ou para menos. Para o período de 2023 a 2026, o impacto médio estimado para a produção é uma redução de 0,1 MMboed.

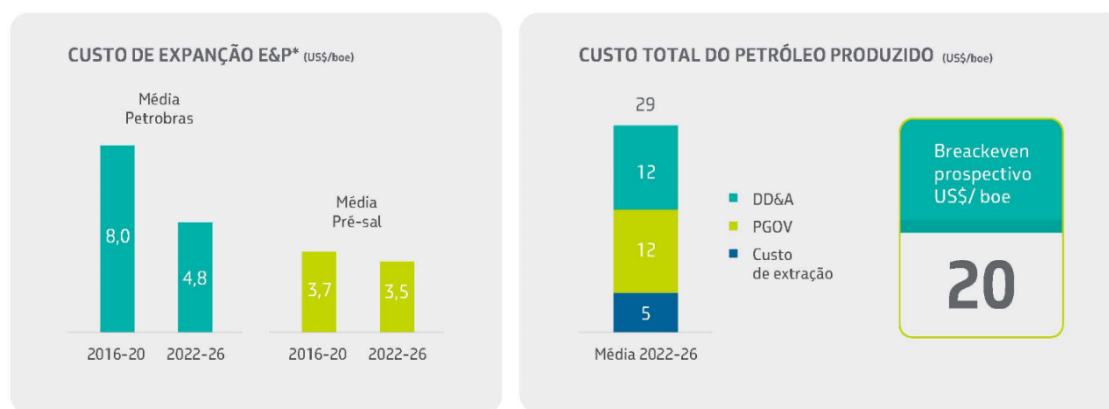
No ano de 2022, 70% da produção será oriunda dos campos do pré-sal e, para 2026, estima-se que 79% da produção será oriunda dos campos do pré-sal.

Com relação aos investimentos de 2022, está mantida a previsão divulgada de US\$ 11 bilhões. Ao longo deste ano, serão discutidos com os parceiros e PPSA os Planos de Desenvolvimento para a produção dos volumes excedentes em Atapu e Sépia, que devem incluir a implantação de um novo sistema de produção em cada campo. Esses ajustes serão refletidos e divulgados no Plano Estratégico 2023-27.

Custos Operacionais

O Plano Estratégico 2022-26 contempla iniciativas de otimização e redução de custos, no horizonte do plano, como no caso do custo de extração apresentado na figura a seguir.

BAIXOS CUSTOS DE EXTRAÇÃO REFORÇAM NOSSA COMPETITIVIDADE



* Sem afretamento e participações governamentais.

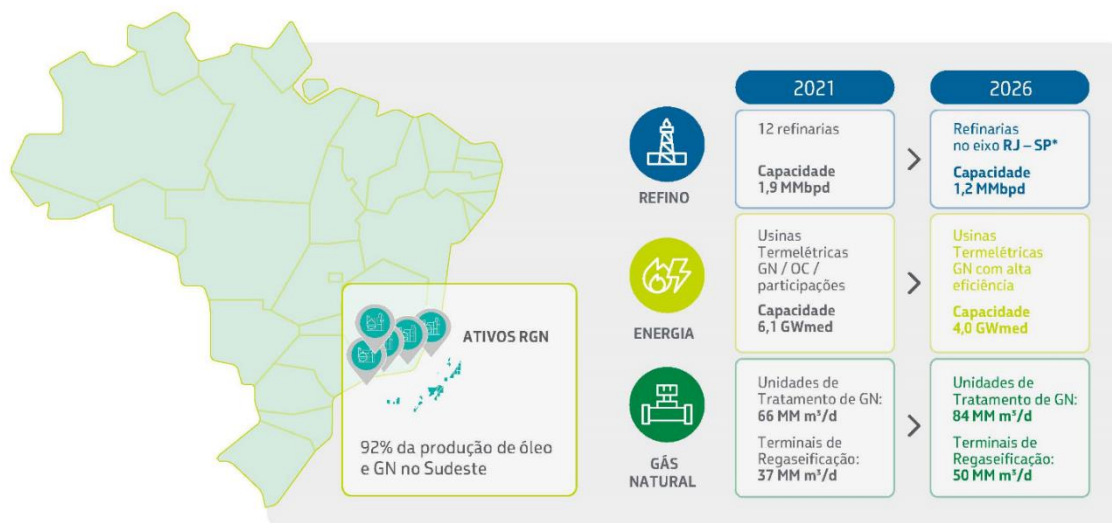
No caso, demonstra-se a competitividade com baixo custo, como elemento da resiliência da companhia. Observando o histórico, o custo de extração diminuiu de US\$ 8/boe, realizado na média 2016-2020, para US\$ 4,8/boe no horizonte 2022-2026, alavancado pelo excelente desempenho dos ativos do pré-sal.

Para o Custo Total do Petróleo Produzido (CTPP) projeta-se US\$ 29/boe no horizonte 2022-2026, condicionado ao cenário de preços do Plano. Por fim, para demonstrar a resiliência da companhia, exibe-se o *breakeven* prospectivo de US\$ 20/boe, ou seja, acima desse preço a companhia apresentaria geração de caixa positiva.

No Refino, a estratégia é focar em ativos próximos da oferta de óleo e gás e do maior mercado consumidor brasileiro, os quais apresentam uma maior sinergia e integração com as vantagens competitivas dos ativos do segmento de exploração e produção. Com isso, pretende-se vender parte das unidades de refino atuais da companhia e aumentar o investimento para a atualização das refinarias restantes - aumentando a participação do diesel S-10, BioRefino, eficiência e redução de emissões.

Das doze refinarias, localizadas em várias regiões do país, e uma unidade de processamento de xisto no Paraná, serão mantidas as refinarias no eixo RJ – SP, com a capacidade de destilação passando de 1,9 milhão de barris por dia em 2021 para 1,2 milhão de barris por dia em 2026.

PORTFÓLIO DO REFINO: MENOR COM MAIS VALOR

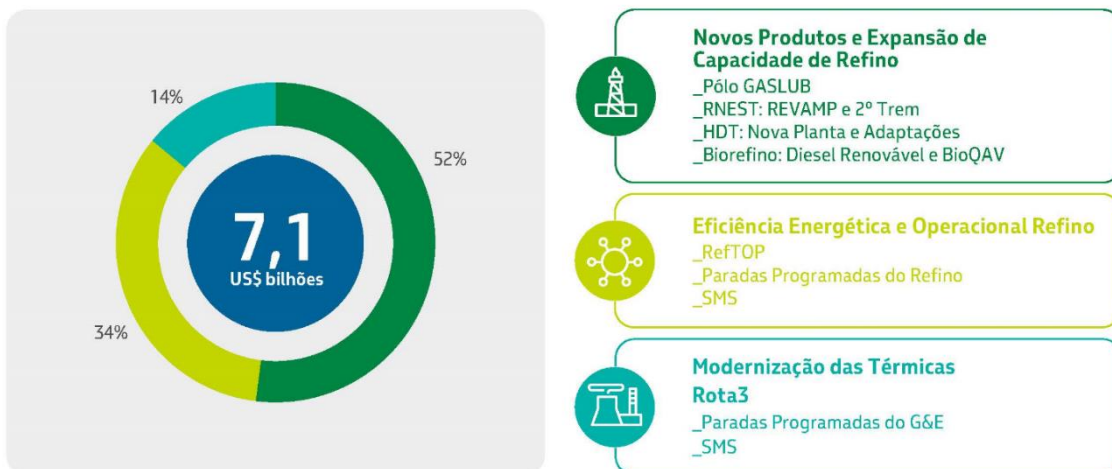


*Novo Processo de Desinvestimento: REFAP, REPAR e RNEST.
Obs: Em 30/11/2021 houve a conclusão do desinvestimento da RLAM.

Para os próximos 5 anos, prevê-se um CAPEX de US\$ 7,1 bilhões, sendo US\$ 6,1 bilhões no Refino e US\$ 1 bilhão no G&E. Os investimentos estão concentrados nos projetos destacados abaixo:

PLANO DE INVESTIMENTOS EM RGN 2022-2026 (US\$ bilhões)

Refino, Gás e Energia



1) - 60% do CAPEX em Dólares.

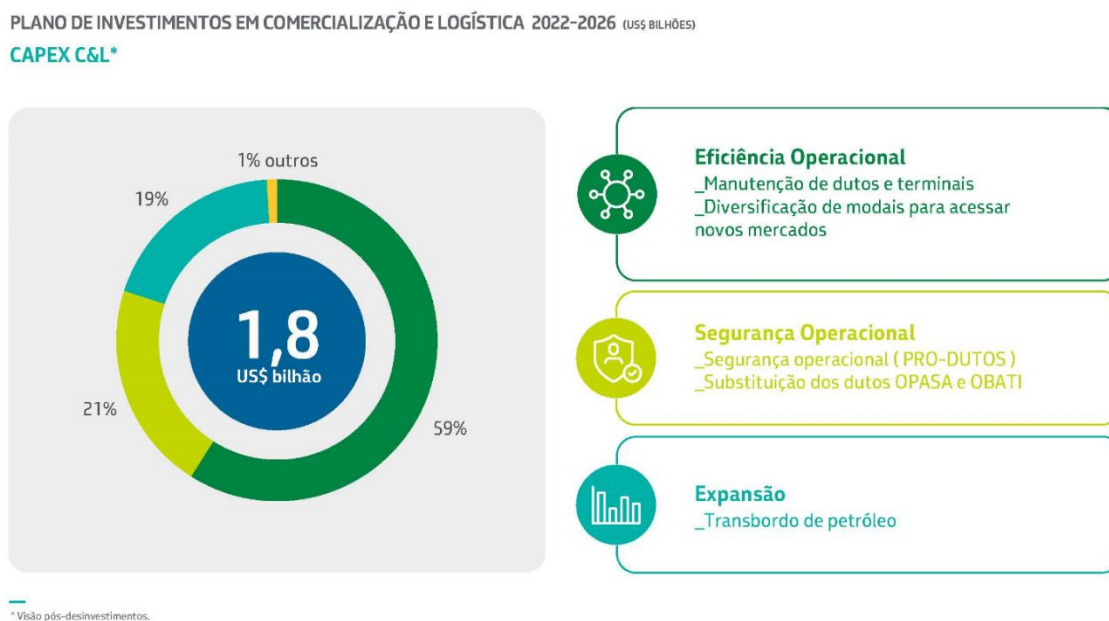
No Refino, destaca-se o programa RefTOP com uma carteira de investimentos de US\$ 0,3 bilhão, que tem foco em posicionar a companhia entre os melhores refinadores do mundo em eficiência energética e otimizações quanto

ao uso de gás natural, vapor e energia elétrica, trazendo por consequência uma otimização quanto às emissões de gases do efeito estufa.

O PE 2022-26 apresenta investimento de US\$ 2,6 bilhões para a expansão da capacidade de refino, para a conclusão do Trem 1 da RNEST e a construção do Trem 2. Para o parque do refino no Eixo RJ-SP, prevê-se que, em 2026, 100% da produção esteja orientada para diesel S-10. Para isso, se planeja investir numa nova unidade de hidrotreatamento na REPLAN, bem como em adaptações na REDUC e REVAP. Destaca-se também a integração operacional da REDUC-GASLUB, que agregará produção adicional de diesel S-10 e QAV, e uma nova unidade de óleo base para lubrificantes do denominado Grupo II.

Para os ativos de gás natural, a partida dos dois trens do GASLUB (10,5 milhões m³/dia cada) agregará grande valor com o processamento do gás natural do pré-sal através da Rota 3.

Em Comercialização e Logística, destaca-se o foco na melhoria da eficiência, segurança e disponibilidade logística. Os investimentos estão distribuídos conforme abaixo:



Cenário de Incertezas

O ano de 2021 começou com um preço do Brent mais alto devido aos sinais de um mercado mais apertado, como consequência da decisão da OPEP+ de suspender seus aumentos de produção planejados e do anúncio pela Arábia Saudita de um corte voluntário adicional de produção de um milhão de barris por dia para o primeiro trimestre de 2021.

Do lado da demanda, a recuperação do consumo de derivados de petróleo nos EUA e a diminuição dos estoques levaram o preço do Brent a atingir seu maior patamar em mais de um ano. No entanto, esses ganhos no preço do petróleo perderam força com novos *lockdowns* na Europa e sinais de queda na demanda na Ásia. Ainda assim, o

preço médio do Brent no período foi 22% superior em relação ao primeiro trimestre de 2020 e próximo aos níveis pré-Covid-19.

Os preços do petróleo para o segundo trimestre de 2021 começaram em níveis mais baixos em resposta a um número maior de infecções por Covid-19 na Índia e na Europa. Adicionalmente, havia sinais de que as negociações entre o Irã, os EUA e outros países para retomar o acordo nuclear, que removeria as sanções à produção iraniana, estavam avançando.

No entanto, na segunda quinzena de abril de 2021, o preço do Brent voltou a subir. IEA, OPEP e EIA-DOE previam um mercado de petróleo mais apertado no 2S21. Essa perspectiva se consolidava mesmo com a decisão da OPEP+ de aumentar gradativamente sua produção entre maio e julho de 2021.

A recuperação dos preços ganhou força em junho, apoiada pela recuperação da demanda indiana, juntamente com o cumprimento da OPEP+ e a menor probabilidade de o Irã chegar a um acordo com os EUA no curto prazo. No final do mês, o preço do Brent atingiu US\$ 76/bbl.

O terceiro trimestre de 2021 começou com os preços do petróleo em queda em resposta aos novos *lockdowns* na China e em outros países asiáticos, devido ao aumento do número de casos de Covid-19 pela variante Delta. Ao mesmo tempo, a OPEP+ decidiu aumentar sua produção em 400 mbbbl/d por mês a partir de setembro de 2021.

Nesse período, outros fatores passaram a influenciar a dinâmica do preço. Os altos preços do gás natural começaram a aumentar a expectativa de crescimento da demanda de petróleo bruto devido à mudança de gás para petróleo. O preço do Brent ultrapassou o patamar de US\$ 79/bbl pela primeira vez desde outubro de 2018. Enquanto isso, do lado da oferta, os danos causados pelo furacão "Ida" no Golfo do México resultaram na perda de mais de 30 mmbbl ao final do terceiro trimestre de 2021. Com isso, o terceiro trimestre de 2021 foi o sexto trimestre consecutivo com alta no preço do Brent.

No início de novembro de 2021, a OPEP+ decidiu manter sua política de restauração gradual da produção, apesar dos pedidos dos grandes consumidores de petróleo para um aumento mais rápido da oferta. Em resposta, vários países decidiram liberar petróleo de suas reservas de emergência para reduzir os preços dos combustíveis fósseis. Entretanto, esse movimento não conseguiu reverter a pressão altista e o preço do petróleo Brent permaneceu em torno do nível de US\$ 80/barril até meados de novembro de 2021. No entanto, até o final do mês, a descoberta de uma nova variante da Covid-19, "o Omicron", na África, levou a uma queda acentuada do preço do Brent, que chegou a US\$ 73,3/bbl em 26 de novembro de 2021, uma queda de 10,9%.

O mercado de petróleo se recuperou nas semanas seguintes, à medida que as preocupações com o impacto da variante Omicron arrefeceram. A média semanal do preço do Brent subiu durante o mês de dezembro, fechando o ano de 2021 em US\$ 77,02/bbl.

O conflito entre Rússia e Ucrânia também impactou o mercado de petróleo e gás. De acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), as exportações russas de petróleo e derivados atingiram 7,8 mmbpd em novembro de 2021. Considerando que 64% desse volume é representado por petróleo bruto, um total de 5 mmbpd está sob

risco de algum tipo de sanção ou embargo. É um volume que, dificilmente, poderia ser completamente substituído, com magnitude semelhante à capacidade ociosa da OPEP (cerca de 3 mmbpd em janeiro de 2022).

Uma possibilidade para permitir uma expansão da oferta no curto prazo seria a redução das sanções ao Irã, com avanços em relação ao acordo nuclear. Toda essa incerteza em relação aos desdobramentos do conflito pode ser vista no preço do Brent que registrou alta de 57% desde o início do ano até 21 de março de 2022. Com relação ao mercado de gás, no ano de 2021, os preços internacionais do gás natural apresentaram altas generalizadas, com máximos históricos nos benchmarks asiático (JKM) e europeu (NBP/TTF), além de fortes altas no mercado norte-americano, resultado da combinação de diversos choques de oferta e crescente demanda.

O aumento dos preços do gás natural ocorre devido a duas dinâmicas distintas. Os preços nos principais mercados de importação, como Europa e Leste Asiático, são fortemente influenciados pelo comércio spot de GNL. Em contraste, os preços nos EUA e no mercado de exportação ainda são amplamente ditados pela dinâmica doméstica. Do lado da oferta, a capacidade global de liquefação, que foi impactada em 2020 por um significativo tempo de inatividade devido a manutenções não planejadas, mostrou-se bastante incapaz de acomodar preços elevados. Novas restrições ao aumento da produção e problemas enfrentados por diferentes exportadores colocaram a oferta disponível em 2021 em níveis semelhantes aos do ano anterior, apesar de um ambiente de preços resistente. A subida dos preços e da procura, portanto, ocorre num contexto de oferta limitada de cargas de GNL.

Na Ásia, a expansão da demanda deveu-se à recuperação econômica mais rápida da região frente a crise gerada pela pandemia da Covid-19 em conjunto com interrupções na cadeia de fornecimento de carvão, baixos níveis de reservatórios em usinas hidrelétricas chinesas, menor produção de usinas nucleares na Coreia do Sul e esforços para reabastecer os estoques de gás natural para o inverno.

Na Europa, o aumento dos preços decorreu do desvio de cargas de GNL do mercado europeu para o mercado asiático. Em dezembro os preços atingiram patamares superiores ao JKM - situação rara. Muitos fatores levaram a essa crescente necessidade de GNL: o clima foi responsável por uma maior demanda tanto para aquecimento quanto para ar-condicionado; menor geração de energia eólica que precisou ser substituída por gás; os altos preços do carbono que aumentaram o preço do carvão para geração de energia; o declínio geral na produção europeia de gás natural; e menor oferta da Rússia.

Houve relatos de que a Rússia estava retendo suprimentos por razões geopolíticas e pressionando por novos acordos de longo prazo com a Europa. O país negou essas alegações, declarando apenas que estava cumprindo suas obrigações contratuais no fornecimento de gás. No final de 2021, as tensões aumentaram com a movimentação de tropas russas na fronteira com a Ucrânia e sinais de que uma possível invasão poderia acontecer, o que acabou ocorrendo em fevereiro de 2022. A subida dos preços no mercado europeu interrompeu um período de anos com níveis de preços baixos persistentes.

Nos EUA, as ações de corte de custos dos produtores de gás para proteger a geração de caixa em meio aos efeitos da pandemia da Covid-19 em 2020 levaram à disciplina de capital e foco na redução da dívida. Esse foi um dos

principais fatores que explicam o aumento dos preços nos EUA, resultante de uma oferta pouco reativa a um mercado global com alta demanda de exportação de GNL.

Em 2022, com a escalada do conflito Rússia e Ucrânia, a situação do mercado de gás natural é de instabilidade e volatilidade. A Rússia é o quarto maior exportador global de GNL, depois do Catar, Austrália e EUA, além de ser um relevante fornecedor de gás natural para a Europa por meio de gasodutos. Em 2021, as exportações russas representaram 45% das importações da União Europeia e cerca de 40% do consumo total. O desenvolvimento mais drástico seria um corte no fornecimento russo através de oleodutos para a Europa, juntamente com restrições à colocação de Yamal GNL na Europa. Do início do ano até 22 de março de 2022, os preços do gás JKM registraram alta de 14%.

Mercado Brasileiro de Petróleo e Gás

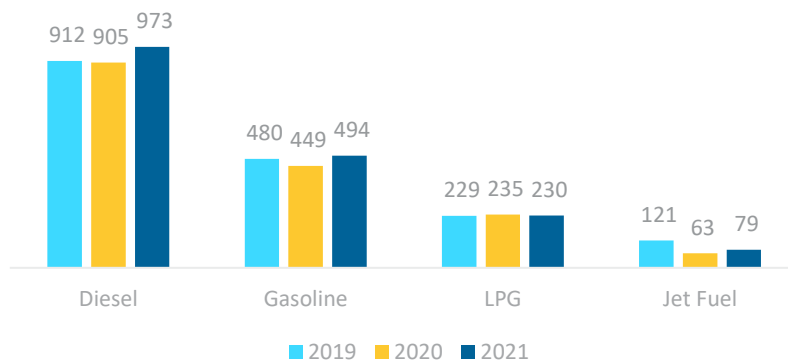
A demanda por derivados de petróleo no Brasil atingiu seu recorde histórico em 2014. Desde então, o crescimento médio anual do PIB manteve-se negativo, explicando grande parte da queda na demanda por derivados de petróleo no mesmo período.

A pandemia de Covid-19 teve amplos efeitos na demanda de derivados de petróleo, a partir do segundo trimestre de 2020. Fortes medidas de distanciamento social, restrições de mobilidade pessoal e bloqueios temporários levaram a uma queda sem precedentes na demanda relacionada ao petróleo para atividades de transporte de passageiros. Gasolina e querosene de aviação foram os produtos mais afetados. Embora mercadorias e cargas continuem circulando pelo país, a desaceleração da atividade econômica também reduziu ligeiramente a demanda por diesel. Apesar da desaceleração generalizada, a maior utilização entre os usuários residenciais fortaleceu o consumo de GLP no mesmo período.

Nos trimestres posteriores, as medidas de restrição foram suspensas gradualmente, em meio à redução no número diário de casos e mortes relacionados à Covid-19. Em 2021, a maior parte da demanda de derivados já superou os níveis vistos antes da pandemia, sendo o querosene de aviação e a nafta os únicos produtos cuja demanda ainda está abaixo dos níveis pré-pandemia.

CONSUMO DE PRODUTOS SELECIONADOS NO BRASIL (MDDL/D)⁸

⁸ Inclui o setor de energia



Fonte: Petrobras e EPE, 2021

Apesar da recuperação, o efeito cumulativo da crise hídrica, a subida dos preços das commodities e a desorganização das cadeias de abastecimento provocadas pela pandemia de Covid-19 continuam a repercutir nos mercados de combustíveis. A oferta de etanol retraiu, causando a alta dos preços do etanol e a perda de sua competitividade em relação à gasolina. Para mitigar os efeitos dos preços mais altos do biodiesel, o governo brasileiro reduziu temporariamente os requisitos de mistura diesel/biodiesel, o que levou a um aumento na demanda por diesel fóssil. Em resposta à grave crise hídrica vivida no sul e centro do Brasil, a demanda por óleo combustível para usinas de energia disparou. Como resultado, a demanda geral por óleo combustível aumentou cerca de 50% em 2021, em comparação com 2020.

As vendas de diesel aumentaram 7,5% em 2021. Políticas temporárias de renda básica para mitigar os efeitos da pandemia de Covid-19 estimularam a demanda por bens necessários. Além disso, safras recordes de grãos impulsionaram a demanda por frete e diesel. Por sua vez, a demanda de querosene de aviação foi a mais afetada pelas restrições de viagens implementadas devido à pandemia de Covid-19. Em 2021, a demanda por querosene de aviação se recuperou gradualmente para níveis pré-pandemia, aumentando cerca de 25% em comparação a 2020, mas ainda permanece 40% abaixo dos níveis de 2019.

Apesar desse evento extraordinário e impactante, espera-se que as tendências de longo prazo, que estão se formando no mercado brasileiro de derivados de petróleo, mantenham seu curso. Especificamente, a demanda por gasolina deverá diminuir devido à sua substituição pelo etanol hidratado, cujo uso é motivado por políticas públicas como a RenovaBio, que induzem preços competitivos do etanol hidratado em relação ao combustível fóssil. Além disso, veículos exclusivamente movidos a gasolina estão sendo substituídos por flex-fuel e, futuramente, estes serão substituídos gradativamente por automóveis elétricos. Além disso, espera-se que o desenvolvimento da demanda de diesel seja retardado pelo aumento obrigatório do percentual de biodiesel na mistura de combustível que é entregue ao consumidor final.

O óleo combustível é consumido em três segmentos principais: industrial, geração de energia e como combustível marítimo. Há pelo menos duas décadas, o óleo combustível passa por um processo de substituição por outras fontes, principalmente o gás natural, e ainda há espaço para que esse processo continue nos próximos anos. No

segmento do transporte marítimo, começa a surgir uma forte procura de descarbonização, o que certamente terá repercussões negativas na procura de bunker a médio e longo prazo.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, em 2021, os dados interanuais de demanda de gás natural aumentaram 30% para 94 milhões de m³/d, de uma média de 72 milhões de m³/d em 2020 (sem considerar o gás usado em gasodutos transporte). Este crescimento reflete a recuperação econômica pós-Covid-19 e a pior crise hídrica que o país já experimentou. No mesmo período, o consumo de gás para geração de energia cresceu 64%. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, em 2021, os dados interanuais de demanda de gás natural aumentaram 30% para 94 milhões de m³ /d, de uma média de 72 milhões de m³ /d em 2020 (sem considerar o gás usado em gasodutos transporte). Este crescimento reflete a recuperação econômica pós-Covid-19 e a pior crise hídrica que o país já experimentou. No mesmo período, o consumo de gás para geração de energia cresceu 64%. Como o mercado de 2020 foi afetado pela pandemia de Covid-19, é relevante analisar o crescimento de 2021 em relação a 2019. Em 2021, a demanda de gás natural aumentou 20% em relação aos 78 milhões de m³/d do ano 2019, enquanto que a demanda de gás natural para geração de energia aumentou 48%.

➤ Governança Corporativa

As boas práticas de governança corporativa e *compliance* constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Nossa prioridade é atuar sempre orientados pela ética, pela integridade e pela transparência.

Nos últimos anos, promovemos avanços significativos em nossa governança corporativa e em nossos sistemas de integridade, conformidade e controles internos. Também adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforçam o nosso propósito, nossos valores e o compromisso com a melhoria contínua e alinhamento às melhores práticas de mercado.

Nosso modelo de governança corporativa possui um conjunto de regras e procedimentos que buscam garantir que nossas decisões estejam sempre alinhadas com a boa governança:

NOSSAS PRINCIPAIS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA



A Lei 13.303/16 exige que o nosso Conselho de Administração seja formado por, no mínimo, 25% de membros independentes. Nosso Estatuto Social ampliou essa exigência para 40%. Os critérios técnicos para a indicação de membros do Conselho de Administração e diretores, estabelecidos na Lei 13.303/16 e no Estatuto Social, proíbem a indicação de ministros, secretários e outros em determinados cargos da administração pública. O Estatuto Social também prevê requisitos adicionais aos da Lei 13.303/16 para avaliação da reputação dos administradores e membros do Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração elege o Diretor Executivo de Governança e Conformidade. A destituição deste Diretor deve ser aprovada pela maioria do Conselho, com o voto de pelo menos um dos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários.

Como sociedade de economia mista poderemos ter nossas atividades orientadas pela União com a finalidade de contribuir para o interesse público que justificou a nossa criação, visando garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional. Porém, a contribuição para esse interesse público deve ser compatível com nosso objeto social e com as condições de mercado, não podendo colocar em risco nossa rentabilidade e sustentabilidade financeira, de acordo com o Artigo 238 da Lei nº 6.404/76.

Assim, caso o atendimento ao interesse público se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, conforme explicitado em nosso Estatuto Social, as obrigações ou responsabilidades assumidas pela companhia deverão estar definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil. Neste caso, a União nos compensará, a cada exercício social, pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida, nos termos do Estatuto Social da companhia.

As transações com a União que exijam a aprovação do Conselho de Administração e ocorram fora do curso normal dos nossos negócios devem ser previamente analisadas pelo Comitê de Minoritários e aprovadas por dois terços do Conselho. O Comitê dos Minoritários é formado por dois membros do Conselho de Administração indicados pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias e preferenciais, além de um membro independente, de acordo com o nosso Estatuto Social.

O nosso Canal de Denúncia é uma ferramenta independente, confidencial e imparcial. Está à disposição dos públicos externo e interno da Petrobras e suas controladas para o registro de denúncias de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, assédio, discriminação, SMS e outras questões.

Também envidamos esforços contínuos e avançamos na aprovação do nosso Código de Conduta Ética e do Guia de Conduta Ética para Fornecedores, que contribuíram para o nosso retorno ao Fórum (WEF) da *World Economic Partnership Against Corruption Initiative* (PACI).

Integramos o segmento especial de listagem de governança corporativa do Nível 2 da B3, que exige o cumprimento de regulamentação diferenciada de governança e a melhoria da qualidade das informações prestadas. Essa adesão voluntária ao Nível 2 da B3 reforça os nossos avanços em governança corporativa e ratifica o nosso compromisso com a melhoria contínua dos processos e o alinhamento às melhores práticas de mercado.

Principais Reconhecimentos

Como reconhecimento aos nossos compromissos e avanços em governança, recebemos em 2021, pela quinta vez seguida, a certificação no Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG-Sest), do Ministério da Economia, alcançando classificação no melhor nível do indicador (Nível 1), o que demonstra o nosso grau de excelência em governança corporativa.

Em 2021, também retornamos ao quadro associativo do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Esse retorno ratifica o nosso compromisso com a melhoria contínua de nossos processos e controles internos, bem como o alinhamento às melhores práticas de governança corporativa do mercado.

Em 2021, alcançamos 94% de aderência ao Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC). De acordo com a última pesquisa divulgada pelo IBGC, o grau de aderência das empresas no mercado obteve média de 58,7%.

Como resultado dos nossos esforços no aspecto ambiental, social e de governança, em 2021, voltamos a integrar o *Dow Jones Sustainability Index World (DJSI World)* da *S&P Global's Corporate Sustainability Assessment*.

Obtivemos nota máxima nos critérios de Materialidade, Relatório Ambiental, Riscos Relacionados à Água e Relatório Social. Também nos destacamos nos critérios de Mudança Climática, Ecoeficiência Operacional, Cidadania Corporativa e Filantropia, Práticas Trabalhistas e Impacto Social na Comunidade. A companhia havia deixado o índice em 2015 e esse resultado é um grande reconhecimento aos nossos avanços.

Os resultados atingidos pela Petrobras reforçam o reconhecimento do mercado e dos órgãos de controle quanto ao aprimoramento de nossa cultura de integridade e dos nossos mecanismos de governança.

Processo de Delegação de Autoridade

Nossa estrutura geral compõe-se das unidades organizacionais diretamente vinculadas aos membros da Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, constantes no Plano Básico de Organização (PBO). O PBO é referenciado em nosso Estatuto Social e está disponível em nosso sítio eletrônico de Investidores (em Estatuto Social).

As competências e atribuições do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva estão descritas no Estatuto Social. O PBO, por sua vez, define as competências dos titulares das unidades organizacionais da estrutura geral, bem como as atribuições gerais dessas unidades, as quais compõem as atribuições do Presidente e dos Diretores Executivos.

O nosso processo decisório envolve diversas estruturas de nossa governança corporativa, incluindo o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. O nosso Estatuto Social define os comitês de assessoramento do Conselho que analisam todas as questões submetidas ao CA antes de uma decisão.

A responsabilidade de linha se desdobra à medida que os gestores se reportam à Diretoria Executiva que, por sua vez, segue as orientações do Conselho de Administração, ambos assessorados por seus respectivos comitês.

As nossas principais decisões são tomadas de forma colegiada (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) ou compartilhada, sendo necessário pelo menos dois gestores para aprovação do ato. Esse modelo de decisão baseia-se no *four-eye principle* (princípio dos quatro olhos), que aumenta a transparência e o controle do processo decisório.

As principais ações de fortalecimento de nossa governança podem ser consultadas no Relatório de Sustentabilidade, que possui um capítulo dedicado ao tema ("Governança Corporativa") e nos demais relatórios anuais da companhia, disponíveis em nosso sítio eletrônico de Investidores.

Indicadores de governança

Em dezembro de 2021, obtivemos, pela quinta vez consecutiva, a certificação no Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG-Sest), do Ministério da Economia, alcançando classificação no melhor nível do indicador (Nível 1), o que demonstra o nosso grau de excelência em governança corporativa.

Em atendimento aos indicadores de governança e gestão identificados no Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública - Ciclo 2021, especificamente no tocante ao resultado para o iGovPub (índice de governança pública), alcançamos o valor de 82%.

Para mais informações sobre outras iniciativas de reforço ao nosso ambiente de governança, compliance e transparência, ver item "Cultura de Integridade" neste relatório e no [Relatório de Sustentabilidade](#) (págs. 71 a 73).

Processo de seleção e nomeação

Os processos de seleção e nomeação do Conselho de Administração, nosso mais alto órgão de governança, seguem as orientações previstas no Estatuto Social e na Política de Indicação de Membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal.

A Política de Indicação explicita o fortalecimento dos princípios de transparência, equidade, *accountability*, responsabilidade corporativa, independência, foco no resultado e diligência no tocante aos processos de seleção, indicação e avaliação da elegibilidade dos indicados, que devem ser observados juntamente com a legislação e o nosso Estatuto Social.

Nesse sentido, as diretrizes, os procedimentos, os requisitos mínimos e os impedimentos estabelecidos na legislação, no Estatuto Social e nessa política deverão ser observados por todos aqueles que exerçam o direito à indicação, sejam eles empregados ou acionistas, estes independentemente de serem majoritários ou minoritários, detentores de ações ordinárias ou preferenciais.

A Política de Indicação orienta que os responsáveis pelas indicações devem considerar, no melhor interesse da sociedade: (i) o perfil compatível com a função a ser exercida; (ii) os planos de sucessão estabelecidos para a função; (iii) a variedade de competências e experiências, formações e qualificações recomendadas para cada órgão colegiado; e (iv) o histórico do indicado com relação às avaliações de integridade e desempenho.

Ainda de acordo com a Política, deve-se buscar alcançar diversidade na composição do Conselho de Administração e complementaridade de experiências e qualificações, tais como: (i) experiência como executivo ou como conselheiro; (ii) conhecimentos de finanças e contabilidade; (iii) conhecimentos específicos do setor de energia; (iv) conhecimentos gerais do mercado nacional e internacional; (v) conhecimentos sobre *compliance*, controles internos e gestão de riscos; (vi) visão estratégica e conhecimento das boas práticas de governança corporativa; e (vii) disponibilidade de tempo.

Relativamente à indicação do conselheiro de administração eleito pelos empregados, além das diretrizes aplicáveis a todos os indicados a membros do CA, deverão ser observadas as regras contidas na Lei nº 12.353/10 e no regulamento eleitoral aprovado pelo CA.

A Política de Indicação está disponível em nosso Código de Boas Práticas, publicado em nosso [sítio eletrônico de Investidores](#).

Gestão do Desempenho da Alta Administração

A avaliação do Conselho de Administração, como órgão colegiado e de seus membros, individualmente, é coordenada pela Secretaria-Geral de Petrobras (Segepe) e tem como objetivo analisar periodicamente o desempenho e a contribuição dos órgãos de administração da Petrobras para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos, visando atingir resultados mais eficientes e eficazes para a companhia a longo prazo e contribuir para o fortalecimento e consolidação de nossa imagem e reputação junto aos públicos de interesse.

Esta avaliação consiste em duas etapas: (i) envio de formulário da SEST (avaliações individuais e colegiada) para resposta dos membros do CA, sendo a avaliação individual na forma autoavaliação, e posterior retorno ao Comitê de Pessoas (COPE), para que sejam analisadas as oportunidades de melhoria e seu resultado reportado ao CA; (ii) voltada unicamente para a avaliação do CA e seus Comitês enquanto órgãos colegiados e ocorre por meio de empresa de consultoria especializada, contratada por meio de licitação, que utiliza metodologia e formulários próprios, respeitados os quesitos e dimensões abaixo:

- A sistemática de avaliação individual e coletiva, de periodicidade anual, conforme previsto na Lei 13.303/16, deve observar os seguintes quesitos mínimos para os administradores: a) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa; b) contribuição para o resultado do exercício; e c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.
- A sistemática de avaliação, individual e coletiva, do Conselho de Administração e de seus Comitês deve considerar também as seguintes dimensões:

DIMENSÃO CA		DESCRIÇÃO
1	Conformidade	Avaliação da atuação do Conselho de Administração em relação ao estabelecido no Estatuto Social, em seu Regimento Interno e dispositivos legais
2	Processo Decisório	Avaliação do rito do processo decisório do Conselho de Administração e da contribuição dos Conselheiros na tomada de decisão
3	Relacionamento interpessoal e dinâmica do Conselho	Avaliação da dinâmica de funcionamento do Conselho de Administração, incluindo a integração, o envolvimento e a participação dos Conselheiros nas reuniões
4	Avaliação dos Conselheiros (conhecimentos e comportamento)	Avaliação individual da atuação e do comportamento dos Conselheiros
5	Comitês vinculados ao Conselho de Administração	Avaliação do funcionamento dos 6 comitês de assessoramento vinculados ao Conselho de Administração

Vale frisar que, com relação à avaliação externa, desde a avaliação referente ao exercício de 2019, por orientação do Presidente do CA, a avaliação foi simplificada, abrangendo o CA e seus comitês como órgãos colegiados, não havendo, portanto, pela consultoria externa, a avaliação individual dos membros dos respectivos colegiados.

O resultado da avaliação de desempenho é utilizado no cálculo da remuneração variável dos membros da Diretoria Executiva. Desta forma, caso todos os pré-requisitos e metas do programa sejam atendidos, o indicador de Avaliação da Diretoria pelo Conselho de Administração terá influência na remuneração variável do participante. Não é previsto impacto da avaliação de desempenho na remuneração dos membros do Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, uma vez que sua remuneração é fixa.

A composição dos fóruns da alta administração, tais como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e comitês, e o perfil de seus membros, podem ser consultados no Formulário de Referência, disponível em nosso [sítio eletrônico de Investidores](#).

Para mais informações sobre nossa governança corporativa, consultar a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da Petrobras, disponível em nosso [sítio eletrônico de Investidores](#).

Ética nos Negócios e Combate à Corrupção

Os princípios éticos guiam nossos negócios e nossas relações com terceiros. Nossas atividades seguem políticas, padrões e procedimentos claramente articulados que foram formalmente estabelecidos por nós. Essas políticas e procedimentos são comunicados a todos os funcionários e acessíveis a partir de qualquer dispositivo da empresa, com nossas principais políticas corporativas também disponíveis em nosso *website* externo.

Temos continuamente fortalecido nosso Sistema de Integridade. Para isso, dispomos de um Código de Conduta Ética que fornece orientação sobre os compromissos e conduta que exigimos de nossos colaboradores. O Código de Conduta Ética aumenta o foco em nossos valores e compromissos, fornecendo ferramentas de autorreflexão para ajudar os funcionários a cumprir com nossos princípios éticos no desempenho de suas funções.

A fim de integrar e fortalecer nosso Sistema de Integridade, além de nosso Código de Conduta Ética, destacamos nossa Política de *Compliance*, nosso Guia de Conduta Ética para Fornecedores e nosso Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC).

Código de Conduta Ética

O Código de Conduta Ética segue as melhores práticas de integridade corporativa e representa mais um passo para o fortalecimento da nossa cultura de integridade.

O Código define os princípios éticos que norteiam nossas ações e compromissos de conduta, tanto institucionais quanto da nossa Alta Administração e empregados, explicitando o sentido ético da nossa missão, da nossa visão e do nosso Plano Estratégico. Ele traz três princípios, dentre eles o de integridade, transparência e meritocracia, e 11 compromissos de conduta, incluindo responsabilidade (*accountability*) e transparência.

De acordo com o disposto em nosso Código de Conduta Ética, em seus itens 4.6. e 4.8, estamos comprometidos com a promoção da integridade no ambiente comercial público e privado e repudiamos toda e qualquer forma de fraude e corrupção, incluindo suborno, lavagem de dinheiro ou negociação com informações privilegiadas, em todos os seus níveis hierárquicos. Assumimos, ainda, o dever de recusar apoio e contribuições para partidos políticos ou campanhas políticas de candidatos a cargos eletivos.

O Código de Conduta Ética pode ser acessado por todos os colaboradores em nossa página interna e em nosso site eletrônico externo. Disponibilizamos para os empregados um sistema eletrônico para a assinatura do termo de ciência do Código, periodicamente, principalmente quando da emissão de novo documento ou novas versões de seus conteúdos. Até 2021, 98,7% dos empregados assinaram o termo de ciência ao Código de Conduta Ética.

Em relação aos parceiros de negócio e a outras organizações externas, tais como nossos fornecedores, dispomos de uma “cláusula padrão” em nosso modelo de contrato, que exige que eles tomem conhecimento e cumpram as diretrizes de nosso Código de Conduta Ética.

Política de *Compliance*

Nossa Política de *Compliance* possui princípios e diretrizes que objetivam descrever e divulgar os compromissos que assumimos em relação à promoção dos mais altos valores éticos, de integridade e de transparência na condução de nossos negócios, com tolerância zero à fraude, à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Guia de Conduta Ética para Fornecedores da Petrobras

Criado em 2020, nosso Guia de Conduta Ética para Fornecedores é um documento voltado exclusivamente para nossos fornecedores, com orientações sobre valores e comportamentos éticos esperados. O guia reafirma nossa tolerância zero a toda e qualquer forma de fraude e corrupção, recomendando a mesma postura de nossa cadeia de fornecedores. O documento está publicado em português e inglês e pode ser acessado pelo nosso site eletrônico externo.

Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção

O Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC) é outro documento que faz parte de nosso Sistema de Integridade. O PPPC é baseado em ações contínuas de prevenção, detecção e correção de condutas indevidas, incluindo fraude, corrupção e lavagem de dinheiro.

O programa tem como alvo nossas diversas partes interessadas, incluindo a alta administração, força de trabalho, clientes, fornecedores, investidores, parceiros, entidades patrocinadas, governo e aqueles que se relacionam com e/ou representam nossos interesses nas relações comerciais da empresa.

Juntamente com o Código de Conduta Ética e a Política de Conformidade da Petrobras, o Programa contribui para o compromisso de todos na prevenção e no combate à fraude, corrupção e lavagem de dinheiro.

Diretoria de Governança e Conformidade

Contamos com uma Diretoria de Governança e Conformidade, liderada por diretor independente, com previsão expressa em estatuto social sobre a possibilidade de relato direto ao Conselho de Administração (CA). Desde 2014, o Diretor Executivo de Governança e Conformidade (DGC) é eleito a partir de uma lista de profissionais pré-selecionados por meio de uma empresa terceirizada especializada.

O DGC possui atribuição diferenciada em relação a outros membros da Diretoria Executiva (DE), sendo responsável por emitir um parecer quanto à conformidade processual de pautas submetidas à alta administração. Questões identificadas como relevantes de acordo com a nossa matriz de riscos de integridade, requerem pareceres de conformidade. Em caso de parecer não favorável, a pauta não seguirá para deliberação da DE, devendo retornar ao seu emissor para enquadrá-la na conformidade requerida de acordo com os aspectos de integridade.

O nosso Plano Básico de Organização, referenciado em nosso Estatuto Social, evidencia as responsabilidades da Diretoria de Governança e Conformidade, que contemplam as seguintes atribuições: planejar, orientar, coordenar e avaliar as atividades de disseminação da cultura de conformidade, de prevenção de incidentes de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, de controles internos, de análise de integridade dos gestores e de contrapartes, bem como garantir a responsabilização de terceiros e reportar à alta administração o andamento das ações de conformidade, visando garantir um ambiente íntegro para os nossos negócios.

A cada trimestre, as atividades de governança e conformidade são reportadas à alta administração, permitindo o acompanhamento das ações de integridade e a recomendação de esforços para mitigar os riscos corporativos, incluindo aqueles relacionados a fraude e corrupção.

Adicionalmente à estrutura responsável pelas ações de conformidade, contamos com cerca de 200 profissionais de diferentes áreas atuando como agentes de integridade, com o objetivo de contribuir para a multiplicação da informação e da disseminação da cultura de integridade nas áreas de negócio.

Já a nossa Comissão de Ética tem por finalidade promover a gestão da ética em nossa companhia e emitir recomendações, atuando como fórum para discussão e aprofundamento de temas relacionados à ética, além de tratar condutas em desacordo com as normas éticas pertinentes. A Comissão de Ética possui como uma de suas atribuições supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal (CCAAF) e comunicar à Comissão de Ética Pública (CEP) situações que possam configurar descumprimento de suas normas.

Nossos administradores e gestores possuem responsabilidade adicional com a efetividade das ações de *compliance*, devendo servir de exemplo legítimo do agir ético para todos os públicos de interesse, mantendo o contínuo fortalecimento do ambiente de integridade como uma de nossas prioridades.

Dispomos de uma rede de unidades organizacionais em nossa estrutura para garantir o atendimento às premissas relacionadas à ética e à conformidade, tais como as áreas de Conformidade (monitoramento, assessorias, funções de gestão do Programa de Integridade, análise de integridade de contrapartes e empregados, além de controles internos), Integridade Corporativa, Ouvidoria-Geral, Auditoria Interna, Governança e Inteligência e Segurança Corporativa.

Cultura de Integridade

Para garantir um ambiente ético para nossos negócios, trabalhamos para promover uma cultura de integridade, a prevenção, detecção e correção de incidentes, incluindo fraude, corrupção, conflito de interesses e lavagem de dinheiro, a gestão de nossos controles internos e a análise de integridade de gerentes e contrapartes.

A divulgação das políticas, normas e procedimentos dos preceitos de conduta e integridade é realizada para todas as nossas partes interessadas. Por meio de campanhas e ações internas e externas nos diversos canais de comunicação, reforçamos a ética e a integridade como princípios inegociáveis na condução dos nossos negócios.

Como exemplo, podemos citar publicações no portal interno, comunicados e orientações nos sites externos, *deptmails*, postagens da alta liderança no *Workplace*, momentos de integridade nos eventos institucionais, *lives* para públicos específicos e *microlearnings* para diversos públicos e canais, entre outros.

Tais ações, planejadas a partir da análise de riscos de integridade da companhia, são conjugadas com ações específicas de capacitação, igualmente pensadas a partir da priorização de temas e públicos de risco, havendo treinamento anual sobre integridade para toda a nossa força de trabalho, incluindo a alta administração, que é anualmente confrontada com conteúdos requeridos por Lei e outros temas afetos a posição. Empregados envolvidos nas atividades de conformidade e contrapartes também recebem periodicamente conteúdos sobre os temas de integridade, assim como públicos que atuam em áreas mais expostas aos riscos de integridade, incluindo fraude, corrupção e lavagem de dinheiro.

Oferecemos treinamento para todos os nossos funcionários, particularmente os funcionários que trabalham em atividades com maior exposição a riscos de conformidade, bem como os membros de nossa Diretoria e de nosso Conselho de Administração.

Em 2021, lançamos o Curso de Prevenção de Conflitos de Interesses com o objetivo de disseminar uma cultura de integridade. Em 30 de dezembro de 2021, este treinamento *e-learning* foi concluído por 37.985 funcionários ou 99,6% de todo o nosso pessoal. Através de exemplos práticos e casos reais, o treinamento ajuda a identificar e prevenir situações de conflitos de interesse de uma maneira clara e didática. Ele também ensina como devemos agir diariamente e como utilizar as ferramentas de consulta disponíveis. O treinamento foi disponibilizado e é obrigatório para todos os nossos funcionários, incluindo gerentes e alta administração.

Em 2021, também oferecemos sessões de treinamento para diretores e executivos, cobrindo principalmente os seguintes tópicos:

- Código de Conduta Ética;
- Nossa governança corporativa e nosso processo decisório;
- Conformidade, controles internos e transações com partes relacionadas;
- Gerenciamento de riscos;
- Desempenho empresarial;
- Lei anticorrupção brasileira;
- Conformidade antitruste;
- Ambiental, Social e Governança; e
- Segurança da Informação.

Prevenção de Conflito de Interesses

Além de atendermos ao artigo 115 §1º da Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), a Lei 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses) e Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), dispomos de instrumentos, continuamente aprimorados, que tratam da identificação e da administração de potenciais conflitos de interesses relativos a nossos administradores e outros colaboradores.

INSTRUMENTOS PARA PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Instrumento	Mecanismo para prevenção de conflito de interesses
z	Impede que cargos de administração apresentem conflito de interesses com a União ou conosco; conflito de interesses posterior ao término de gestão dos administradores e membros do Conselho Fiscal; e composição e regras de funcionamento dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração
Diretrizes de Governança Corporativa	Definem que o CA tem como princípio monitorar e gerenciar potenciais conflitos de interesses entre acionistas e membros da alta administração
Regimento Interno do Conselho de Administração	Define que o CA tem como princípio monitorar e gerenciar potenciais conflitos de interesses entre acionistas e membros da alta administração
Código de Conduta Ética	Determina que colaboradores não devem se envolver em qualquer atividade que seja conflitante com os nossos interesses corporativos e devem comunicar aos superiores hierárquicos ou às Ouvidorias qualquer situação que configure aparente ou potencial conflito de interesses
Guia de Conduta Ética para Fornecedores	Determina que os fornecedores devem se abster de praticar qualquer ato que possa colocar os nossos empregados ou agentes públicos de outros órgãos e instituições públicas em situação de conflito de interesses, real ou potencial.
Diretriz de Prevenção ao Conflito de Interesses	De forma complementar às orientações contidas no Código de Conduta Ética, a Diretriz apresenta o conceito e os tipos de Conflito de Interesses, os mecanismos de prevenção dos quais a companhia se utiliza, os papéis e responsabilidades das áreas envolvidas, bem como, as legislações e demais normativos aplicáveis.
<i>Background Check</i> de Integridade	Avalia o risco de conflito de interesses relacionado às atribuições e responsabilidades de candidatos à posições-chave, incluindo a verificação de participações societárias e relações de parentesco com agentes públicos e políticos.
Comissão de Ética	Atuar como instância consultiva à Conformidade, em relação à avaliação das situações de conflito de interesses identificadas, assim como na definição de ações mitigatórias ou saneadoras
Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC)	Ressalta que o conflito de interesses é prejudicial aos negócios e ao ambiente de controles internos, pois pode influenciar de maneira imprópria a conduta dos empregados. Reforça a existência de instrumentos de comunicação disponíveis aos empregados para a realização de consultas sobre potenciais situações de conflito de interesses e solicitação de autorização para exercer atividades que, em função de sua natureza, possam ser conflitantes com os nossos interesses
Código de Boas Práticas	Expressa que é necessário que tanto os nossos administradores quanto os nossos empregados pautem sua conduta de acordo com os mais altos padrões éticos, evitando qualquer conflito de interesses ou impropriedade na negociação com valores mobiliários de emissão nossa
Política de Indicação de Membros da Alta	Estabelece os requisitos mínimos e diretrizes para a indicação de membros da alta administração e do Conselho Fiscal

Administração e do Conselho
Fiscal

Política de Transações com
Partes Relacionadas

Estabelece os princípios que orientam a empresa e a nossos colaboradores na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que exista potencial conflito de interesses nestas operações.

Caso seja identificado potencial conflito de interesses em uma Transação com Parte Relacionada, o Administrador ou Colaborador da companhia deverá declarar-se impedido e abster-se de participar da negociação, da estruturação e do rito decisório relativo à operação, com o objetivo de garantir o exclusivo interesse da companhia.

A Ouvidoria-Geral é a área responsável pelo recebimento de consultas relacionadas a conflito de interesses dos empregados que não são nossos administradores. Potenciais conflitos de interesses de empregados devem ser consultados por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses (SeCI), sistema desenvolvido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), em atendimento à Lei nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses).

Ouvidoria-Geral, Canal de Denúncia e Portal da Transparência

Compondo o nosso Sistema de Integridade, a Ouvidoria-Geral é responsável por receber denúncias, solicitações de informação, reclamações, pedidos, consultas, elogios e sugestões de todas as nossas partes interessadas de uma maneira confidencial, livre e acessível. Vinculada ao nosso Conselho de Administração, o que lhe assegura independência e imparcialidade, a Ouvidoria-Geral interage com as áreas pertinentes, visando fortalecer e promover o atendimento a demandas e contribuir para melhoria dos processos internos.

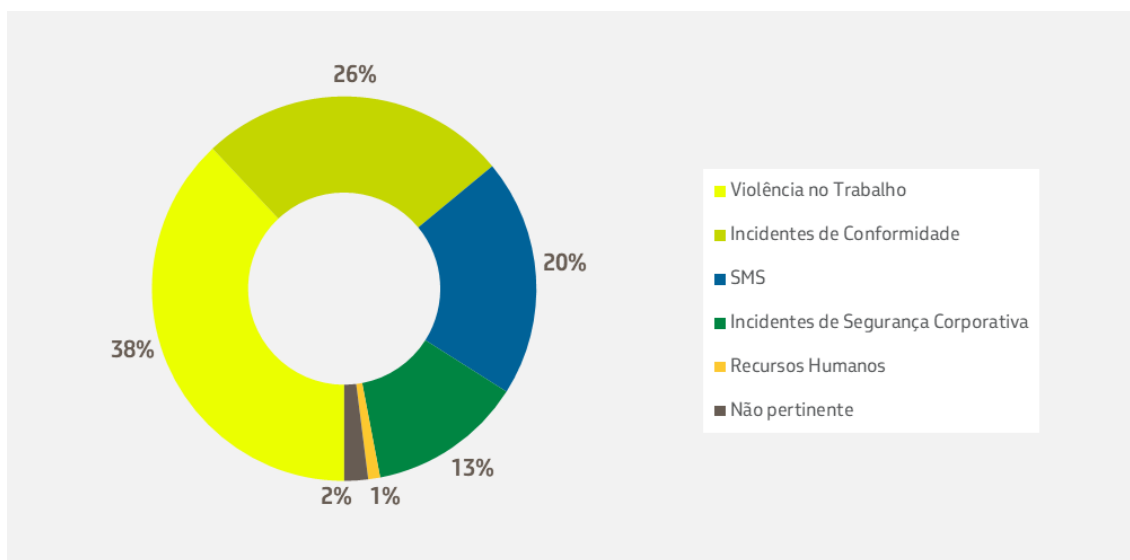
Por meio de nossa Ouvidoria-Geral, oferecemos aos nossos públicos (incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais) um canal externo e independente para o recebimento de denúncias, disponível nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas por dia, em todos os dias do ano. Nos casos de denúncias, a proteção aos denunciadores se dá na preservação da confidencialidade dos relatos recebidos e no recebimento de relatos anônimos. No caso de denúncias de violência no trabalho, em circunstâncias em que se torne impossível o tratamento do caso sem a identificação do denunciante, a averiguação apenas prossegue se houver consentimento. Além dos diversos recursos e procedimentos para a preservação da identificação do manifestante, incluindo aqueles adotados pela empresa que operacionaliza o Canal de Denúncia, a não retaliação está prevista como tema específico para identificar situação em que o denunciante se sinta prejudicado e retaliado após relatar uma denúncia.

De forma sistêmica, a vedação à retaliação está contida objetivamente no Código de Conduta Ética e na diretriz de "Proteção a denunciadores", gerida pela Ouvidoria-Geral, além de outros normativos internos específicos.

A Ouvidoria-Geral apresenta trimestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário as denúncias de incidente de conformidade de maior risco. Além disso, apresenta semestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário e anualmente à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração informações quantitativas e qualitativas, fornecendo subsídios para o aprimoramento da gestão.

O gráfico a seguir apresenta o total de denúncias recebidas, apresentadas em grandes grupos, pela similaridade dos relatos recebidos.

DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2021

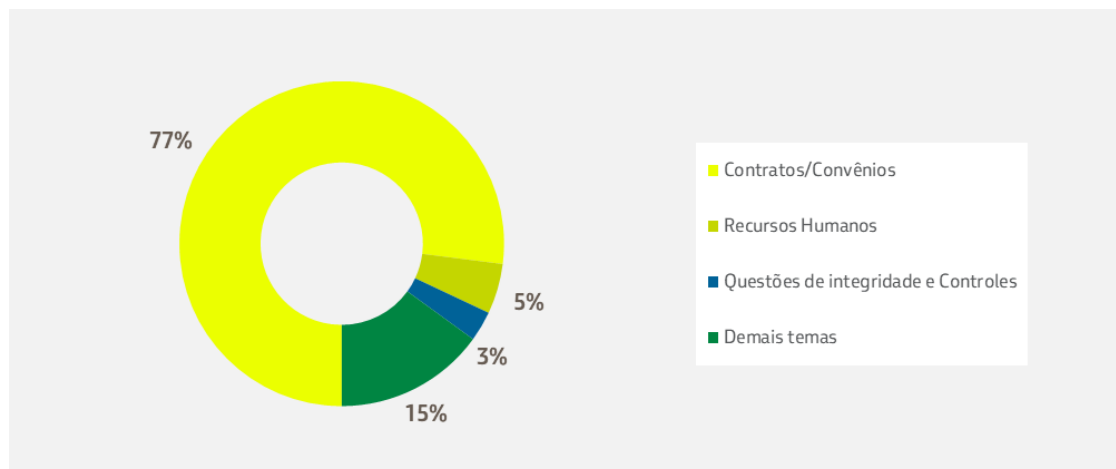


O nosso Conselho de Administração tomou conhecimento do compilado de denúncias recebidas e o nosso Comitê de Auditoria Estatutário obteve, de forma detalhada, informações sobre 113 denúncias de incidentes de conformidade consideradas mais críticas, classificadas como de alto e muito alto risco em nossa Matriz de Risco de Incidente de Conformidade.

A maior parte das denúncias relacionadas aos temas de incidentes de conformidade versou sobre favorecimento e irregularidades em processos de contratação e execução contratual. Em relação às denúncias sobre violência no trabalho, a maior parte foi referente a gestão abusiva, ofensa e intimidação. Sobre temas de incidentes de segurança corporativa, a maior parte foi referente a segurança nas instalações, roubo e furto; e sobre recursos humanos, a maioria foi referente a desvio de função.

No que diz respeito à promoção da transparência e ao acesso à informação, o Portal de Transparência da Petrobras alcançou o 1º lugar no ranking de 306 órgãos e entidades monitorados pela Controladoria-Geral da União (CGU). A posição de destaque no ranking reconhece que nosso Portal cumpre 100% dos requisitos definidos pelo órgão de controle, esse índice foi alcançado por meio do aprimoramento contínuo da transparência ativa, com a revisão dos conteúdos e ferramentas disponíveis aos cidadãos. Em relação ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, encerramos o ano como a sexta entidade mais demandada de todo Poder Executivo Federal, apresentando alto índice de fornecimento das informações solicitadas, equivalente a 80% dos pedidos.

SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO RECEBIDAS EM 2021

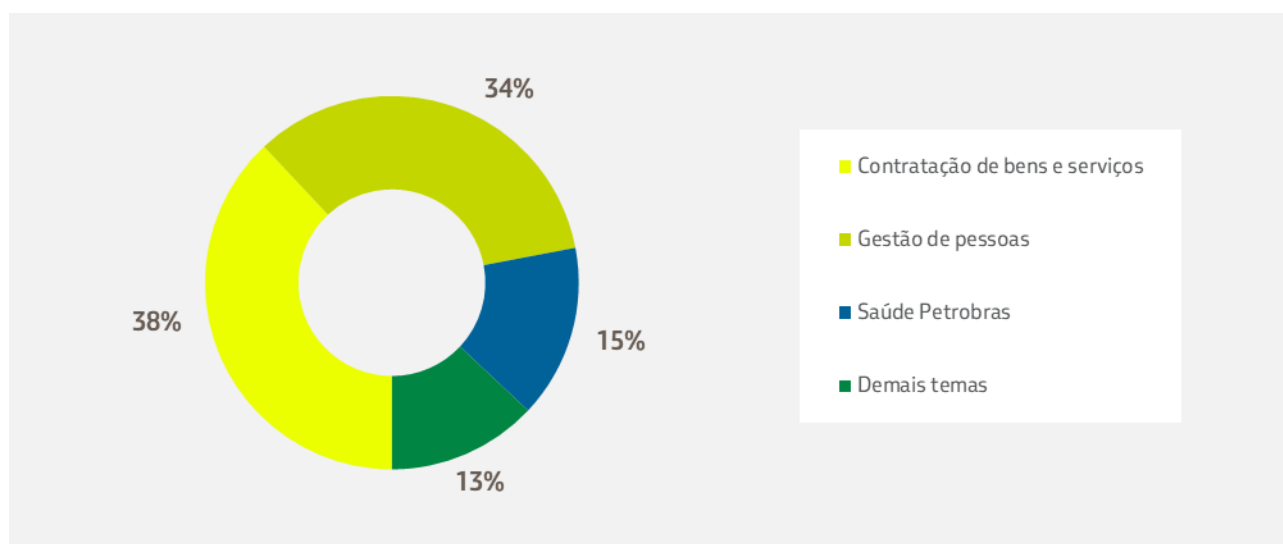


Das solicitações de informação recebidas sobre contratos e convênios, a maior parte se refere a acesso a cópias, informações e detalhes de sua execução. Em relação a recursos humanos, a maior parte se refere a quantitativo de força de trabalho e processos seletivos. Em relação a questões de integridade e controles, a maior parte foi referente a apurações internas e controle de acesso às unidades.

Quanto aos demais tipos de manifestações recebidas e tratadas pela nossa Ouvidoria-Geral, (reclamação, pedido, elogio e sugestão), cabe esclarecer que esta funciona como canal de segundo atendimento, não substituindo os diversos canais de comunicação que disponibilizamos aos nossos públicos (SAC, Central de Relacionamento com Pessoas, Canal Fornecedor etc.).

O gráfico a seguir apresenta o total de reclamações recebidas, agrupadas pelos temas contidos nos relatos.

RECLAMAÇÕES RECEBIDAS EM 2021



Das reclamações sobre contratação de bens e serviços, a maior parte foi sobre irregularidades trabalhistas em empresas contratadas, como atraso no pagamento de salários, verbas rescisórias e tíquete alimentação. Já das reclamações sobre gestão de pessoas, a maior parte foi referente a remuneração e benefício educacional.

Em relação ao tema Saúde Petrobras, cabe informar que a Associação Petrobras de Saúde (APS) assumiu, em abril de 2021, o tratamento de manifestações sobre o benefício Saúde Petrobras que, até então, era realizado pela nossa Ouvidoria-Geral. A transição gradual iniciada em 2020 foi planejada de modo que a Ouvidoria Saúde Petrobras estivesse preparada para garantir o atendimento adequado a todos os beneficiários.

Além disso, a Ouvidoria-Geral é a área responsável pelo recebimento de consultas relacionadas ao tema Conflito de Interesses dos empregados que não são os administradores da companhia. Essas consultas recebidas a respeito de conflitos de interesse são encaminhadas à nossa Comissão de Ética.

Nossos canais não substituem o papel legítimo dos sindicatos na abordagem de disputas trabalhistas, nem impedem o acesso a mecanismos judiciais ou outros mecanismos de queixas não judiciais. Também não impomos quaisquer restrições de acesso a autoridades competentes para a investigação de violações de direitos humanos,

exceto para preservar o anonimato de denunciante. Incluímos alternativas como telefone, carta e atendimento presencial para garantir acesso a todos os nossos públicos, incluindo grupos marginalizados.

Para assegurar às comunidades uma resposta mais efetiva, também dispomos de telefones gratuitos com cobertura de atendimento 24h, de domingo a domingo, que são amplamente divulgados nas localidades onde atuamos. Além disso, a equipe de Responsabilidade Social disponibiliza contato telefônico específico para cada unidade operacional e e-mail para atendimento das demandas comunitárias.

Sugestões também podem ser enviadas pelos canais da Ouvidoria, sendo analisada a viabilidade de implementação. Adicionalmente, a própria Ouvidoria-Geral busca o aprimoramento contínuo de nossos canais, fornecendo insumos às áreas gestoras para a melhoria dos processos, bem como medindo, por meio de pesquisa de satisfação, o índice de favorabilidade do tratamento de reclamações e pedidos, atuando para mantê-lo sempre elevado.

Medidas Disciplinares

Em 2021, aplicamos 147 medidas disciplinares a empregados de diferentes níveis hierárquicos, sendo 11 rescisões de contrato, 53 suspensões e 83 advertências por escrito. Os casos referem-se a desvios de conduta como descumprimento ou inobservância de normativos internos, descumprimento ou inobservância de procedimentos de contratação/gestão de contrato, insubordinação, entre outros.

Tivemos, ainda, no âmbito dos Processos Administrativos de Responsabilização (PAR), 37 apurações que resultaram na responsabilização de 38 pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção Empresarial.

Saliente-se que estão em curso, no âmbito dos órgãos externos competentes, investigações pré-processuais de fatos ocorridos anteriores a 2019. Por outro lado, na esfera judicial, tivemos a comprovação formal de onze casos transitados em julgado, referente a denúncias oferecidas entre 2014 e 2021, decorrentes da Operação Lava Jato. Na seara penal, além dos casos reportados no item Operação Lava Jato, citado mais à frente, nosso Jurídico acompanha quatro processos judiciais decorrentes da empresa holandesa *SBM Offshore*, sendo dois desmembramentos, e outras 06 ações penais envolvendo crime de corrupção. Contudo, não se pode falar tecnicamente em casos confirmados, uma vez que não houve trânsito em julgado das referidas ações.

Operação Lava Jato

A Operação Lava Jato (OLJ), investigação conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, focou, desde o início de suas investigações, irregularidades envolvendo fornecedores de bens e serviços e revelou pagamentos indevidos a partidos políticos, agentes políticos e outros, incluindo alguns de nossos ex-executivos, que foram presos e/ou denunciados por lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

Em todas as ações penais e de improbidade administrativa nas quais nossos ex-empregados são réus por atos relacionados à corrupção, fomos reconhecidos pelo Poder Judiciário como vítima das irregularidades apuradas e,

por essa razão, atuamos como assistente de acusação ou uma das partes que propõem a ação (litisconsorte ativo), conforme o caso.

À medida que as investigações resultem em acordos de leniência com as empresas investigadas ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, podemos ter direito a receber uma parte deles. Deste modo, já retornaram para o nosso caixa, ao longo dos anos da OLJ, a título de ressarcimento de danos previstos em acordos de leniência, acordos de colaboração e repatriações, a quantia aproximada de R\$ 6,2 bilhões até o final de 2021. Apenas em 2021, foram devolvidos para nós mais de R\$ 1,2 bilhão.

Além de reconhecer a nossa qualidade de vítima, o Poder Judiciário vem condenando, na seara penal, os acusados em dano mínimo (que vem a ser o menor valor para indenização dos danos decorrentes dos crimes), cujo valor será revertido em nosso favor. Tais valores serão cobrados dos réus (pessoas físicas) na Justiça Cível – mas somente após o trânsito em julgado da respectiva ação penal. Ao final de 2020, estes valores totalizam cerca de R\$ 1 bilhão, além de um valor em dólares de mais US\$ 145,5 milhões (já que em alguns casos o valor da condenação é apresentado em dólares americanos).

Acompanhamos e colaboramos com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal (MPF), Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), bem como cooperamos com as investigações promovidas por órgãos internacionais.

Auxiliamos os agentes competentes para a elucidação dos fatos e informamos regularmente os nossos públicos de interesse por meio dos canais de relacionamento.

Ao longo dos anos, foram criados grupos internos para apurar possíveis irregularidades em contratos com prestadores de serviços envolvidos em refinarias, projetos de modernização de terminais e construções de gasodutos, entre outros. Apresentamos às autoridades brasileiras os resultados das averiguações de não conformidades feitas por meio das apurações internas.

Temos tomado as medidas necessárias para recuperar os danos sofridos em função desses atos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa. Para isso, ingressamos em diversas ações civis públicas por atos de improbidade administrativa, incluindo pedido de indenização por danos morais. Para cada ação de improbidade, foi distribuída ação cautelar para o bloqueio de bens dos réus para garantir o nosso futuro ressarcimento, o que foi deferido pelos respectivos Juízos.

Até 31 dezembro de 2021, atingimos a marca de 97 ações penais no âmbito da OLJ, sendo que estamos habilitados como assistentes de acusação em 88 casos e como parte interessada em outros cinco casos. Em quatro casos, estamos aguardando o deferimento de nosso pedido de habilitação como assistente. Esclarecemos, por oportuno, que o que norteia nossa participação como assistentes de acusação é o fato de existir forte evidência na denúncia elaborada pelo Ministério Público de que houve dinheiro desviado dos nossos cofres, sendo que nossa atuação, ao lado daquele órgão de persecução penal, visa à comprovação dos ilícitos para que, ao final, seja proferida uma decisão condenando os réus – pessoas físicas – a devolver valores para nosso caixa (o chamado “dano mínimo”).

Habilitação da Petrobras	Número de casos habilitados ou aguardando habilitação/análise
Interessada	05
Assistente	88
Solicitada habilitação como assistente, aguardando deferimento	04
TOTAL	97

Destaca-se que, das referidas ações penais decorrentes da OLJ, onze já transitaram em julgado tanto para a defesa quanto para a acusação.

AÇÕES PENAIS QUE TRANSITARAM EM JULGADO TANTO PARA A DEFESA, QUANTO PARA A ACUSAÇÃO

Nº Autos	Caso	Data
5083838-59.2014.404.7000	Cerveró/Samsung	12/07/2017
5007326-98.2015.404.7000	Cerveró/Jolmey	11/02/2016
5083258-29.2014.404.7000	Camargo Correa	22/10/2018
8620331-98.2015.100.0000	Gleisi Hoffman (STF)	11/01/2019
5031719-82.2018.404.7000	Eduardo Musa-Desm. Bumlai	15/01/2019
5027422-37.2015.404.7000	UTC	22/02/2019
8620386-38.2015.100.0000	Nelson Meurer (STF)	12/06/2019
5026212-82.2014.404.7000	Abreu e Lima	06/12/2019
5000553-66.2017.404.7000	Mariano Marcondes	17/02/2020
5029000-30.2018.404.7000	Vantage/Paul Bragg	04/02/2021
5036518-76.2015.404.7000	Andrade Gutiérrez	15/10/2021

Até 31 de dezembro de 2021, das 97 ações penais que acompanhamos da OLJ, 84 ações envolvem o crime de corrupção.

Conforme reportado em nosso Relatório Anual, em setembro de 2018, divulgamos o fechamento de acordos para encerramento das investigações da SEC e do DoJ, relacionados aos nossos controles internos, registros contábeis e demonstrações financeiras, durante o período de 2003 a 2012. Os acordos encerraram completamente as investigações das autoridades norte-americanas e estabeleceram pagamentos de US\$ 85,3 milhões ao DoJ e US\$ 85,3 milhões à SEC.

Cumprimos todas as obrigações previstas no acordo com o DoJ, incluindo a evolução do nosso programa de integridade e o envio de informações ao DoJ durante os três anos de acordo, que foi atendido integralmente e encerrado em setembro de 2021.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

É importante lembrar o caminho percorrido através dos últimos planos de negócios da Petrobras. O Plano de Negócio e Gestão (PNG) 2017-2021 tinha como objetivo primordial a sobrevivência da companhia, e era sustentado pelos pilares preços competitivos, eficiência de gastos operacionais e de investimentos, parcerias e desinvestimentos e desalavancagem. O PNG 2018-2022 agregou, além desses fatores, a retomada dos dividendos, na forma de antecipação de juros sobre capital próprio. O PNG 2019-2023 agregava, além de todos esses fatores, a meta de rentabilidade e novas escolhas de negócios.

O Plano Estratégico (PE) 2020-2024, referido como *Mind the Gap*, trouxe uma agenda transformacional, que visava eliminar o gap de performance que separava a Petrobras das melhores empresas globais de petróleo e gás, buscando uma maior criação de valor para os acionistas. Aquele plano trouxe cinco pilares estratégicos para sustentação da referida agenda: i) maximização do retorno sobre o capital empregado; ii) redução do custo de capital; iii) busca incessante por custos baixos; iv) meritocracia; v) respeito às pessoas, meio ambiente e segurança.

Na aprovação original do PE 2020-2024, o plano contava com três métricas de topo com foco na segurança das pessoas (TAR - Taxa de acidentados registráveis por milhão de homens-hora - menor que 1), na redução do endividamento (dívida líquida / EBITDA incluindo IFRS 16 igual a 1,5x) e na geração de valor (variação do EVA - Valor econômico agregado - de US\$ 2,6 bilhões).

Em abril de 2020, em meio à severa recessão global e aos efeitos de um grande choque na indústria de petróleo, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a revisão da métrica de topo de endividamento constante no Plano Estratégico 2020-2024, substituindo o indicador de Dívida Líquida/ EBITDA pelo indicador de Dívida Bruta, e diminuindo a previsão da métrica delta EVA para US\$ 2,1 bilhões.

O Plano Estratégico (PE) 2021-25 manteve os cinco pilares apresentados no Plano anterior que sustentavam a implementação do conjunto de estratégias da companhia, e apresentou as cinco métricas de topo, das quais quatro impactariam diretamente a remuneração dos executivos e de todos os empregados da Petrobras em 2021. Duas delas estavam relacionadas à sustentabilidade (ESG):

- Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE);
- Vazamento de petróleo e derivados;
- Dívida Bruta de US\$67 bilhões em 2021;
- Delta do EVA® consolidado de US\$1,6 bilhão.

Principais indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E DE GOVERNANÇA

Indicador	2017	2018	2019	2020	2021
Reservas provadas de óleo, condensado e gás natural (Biboe)	9,8	9,6	9,6	8,8	9,9
Produção de óleo e LGN (Mbpd)	2.217	2.099	2.222	2.282	2.224
Produção de gás natural (Mboed) ¹	549	529	548	554	550
Receita de vendas (milhões R\$)	283.695	310.255	302.245	272.069	452.668
Lucro operacional (milhões R\$)	35.624	60.545	81.154	52.893	202.404
Ebitda ajustado (milhões R\$)	76.557	114.852	129.249	142.973	234.576
Lucro líquido (prejuízo) – Acionistas Petrobras (milhões R\$)	(446)	25.779	40.137	7.108	106.668
Fluxo de caixa livre (milhões R\$) ²	47.002	55.450	73.232	118.132	168.992
Dívida bruta (milhões US\$) ³	109.275	84.360	87.121	75.538	58.743
Investimentos (milhões R\$) ⁴	48.219	49.370	111.120	40.796	47.500
Alavancagem de Mercado: Dívida Líquida/ (Dívida Líquida + Market Cap)	57%	46%	44%	46%	41%
Percentual de empregados treinados em ética e integridade ⁵	96%	86%	99%	98%	98%
Medidas disciplinares a empregados	298	282	351	250	147
Textos publicados na agência Petrobras ⁶	507	428	434	515	515
Usuários no site da Petrobras (média mensal)	270.056	290.627	256.049	202.235	530.900
Usuários no site de Transparência Petrobras (média mensal)	9.981	11.034	10.126	10.081	12.490

¹ A partir de 2019, a unidade de medida de produção de gás é mil barris de óleo equivalente por dia (mboed).

² Nossa métrica de fluxo de caixa livre foi alterada para refletir a nova Política de Remuneração aos Acionistas, aprovada em 2021, e passou a compreender o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais menos aquisição de imobilizado e ativos intangíveis. O fluxo de caixa livre de 2020 foi recalculado em função das alterações nesta métrica, apenas para fins comparativos, e não afeta os dividendos anteriores. Os valores dos anos de 2017 a 2019 não foram recalculados, sendo apresentados considerando a métrica vigente à época de sua apuração.

³ Os efeitos da adoção do IFRS 16 se deram a partir de 1º de janeiro de 2019, quando a norma entrou em vigor.

⁴ Em 2019, valor considera bônus de assinatura de R\$ 68.612 mi para a aquisição do excedente da Cessão Onerosa.

⁵ Desconsiderando da base os empregados em afastamento de longo prazo ou cedidos para outras participações societárias e entidades externas, o percentual de realização é de 99,6%.

⁶ A combinação dos indicadores de textos publicados em nossa agência de notícias (releases e comunicados ao mercado financeiro) e a visitação em nosso site institucional e site de Transparência Petrobras demonstra nosso esforço de transparência, visto que busca ampliar a divulgação de informações para mais de um público.

PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS

Indicador	2017	2018	2019	2020	2021
Fatalidades	7	6	2	-	3
Taxa de Acidentados Registráveis (TAR)	1,08	1,01	0,76	0,56	0,54
Investimentos em projetos culturais (milhões R\$) ⁷	61	38	37	18	37
Investimentos em projetos esportivos (milhões R\$) ⁷	21	80	71	5	1
Investimentos em projetos de negócio, ciência e tecnologia (milhões R\$) ⁷	7	17	13	8	12
Investimentos em projetos socioambientais (milhões R\$)	60	87	116	89	88
Projetos socioambientais com mensuração de retorno social (%) ⁸	-	-	0,94	5,88	13,75
Doações (milhões R\$) ⁹	-	-	0,9	26	101
Número de empregados ¹⁰	62.703	63.361	57.983	49.050	45.532
Número de empregadas mulheres ¹⁰	10.411	10.518	9.331	8.161	7.692
Percentual de cargos de chefia ocupados por empregadas mulheres ¹⁰	15,4	18,1	18,4	19,1	19,3
Número de empregados neqros ¹¹	17.491	17.914	16.763	14.744	13.914
Percentual de cargos de chefia ocupados por empregados neqros ¹¹	22,2	17,7	19,3	20,0	21,3
Número de empregados com deficiência ¹²	342	239	337	278	404

⁷ A abrangência dessa informação é Petrobras Controladora.

⁸ O percentual considera o acumulado de projetos mensurados a partir de 2019 pelo número de projetos na carteira em 31 de dezembro de cada ano.

⁹ Até 2019 o número era somente da Petrobras Controladora.

¹⁰ No Relatório de Sustentabilidade 2020, os números de empregados e respectivos percentuais eram somente da Petrobras Controladora. No atual relatório apresentamos os dados incluindo as controladas no Brasil e exterior. Os dados anteriores à 2021 foram ajustados considerando essa abrangência.

¹¹ Autodeclarados de cor/raça preta ou parda. No Relatório de Sustentabilidade 2020, os números de empregados e respectivos percentuais, eram somente da Petrobras Controladora. Por questões culturais de alguns países, esta informação não tem como ser obtida e consolidada incluindo as controladas no exterior.

¹² Até 2020 o número era somente da Petrobras Controladora.

PRINCIPAIS INDICADORES AMBIENTAIS

Indicador	2017	2018	2019	2020	2021
Vazamentos de óleo e derivados (m ³)	35,8	18,4	415,3	216,5	11,6
Emissões de gases de efeito estufa (milhões tCO ₂ e)	67	62	59	56	62
Intensidade de GEE no E&P (kgCO ₂ e/boe) ¹³	21	17,5	17,3	15,9	15,7
Intensidade de emissões de metano no E&P (tCH ₄ /mil tHC)	0,56	0,57	0,58	0,45	0,33
Intensidade de GEE no Refino (kgCO ₂ e/CWT)	43	42	41,7	40,2	39,7
Captação de água doce (Meqalitos)	177.694	182.316	156.864	146.251	150.749
Geração de resíduos ¹⁴	113	121	120	123	109
Instalações com plano de ação de biodiversidade	-	-	-	-	30%

¹³ Valor de 2020 revisado após certificação por terceira parte concluída em julho de 2021, passando de 15,8 kgCO₂e/boe para 15,9 kgCO₂e/boe.

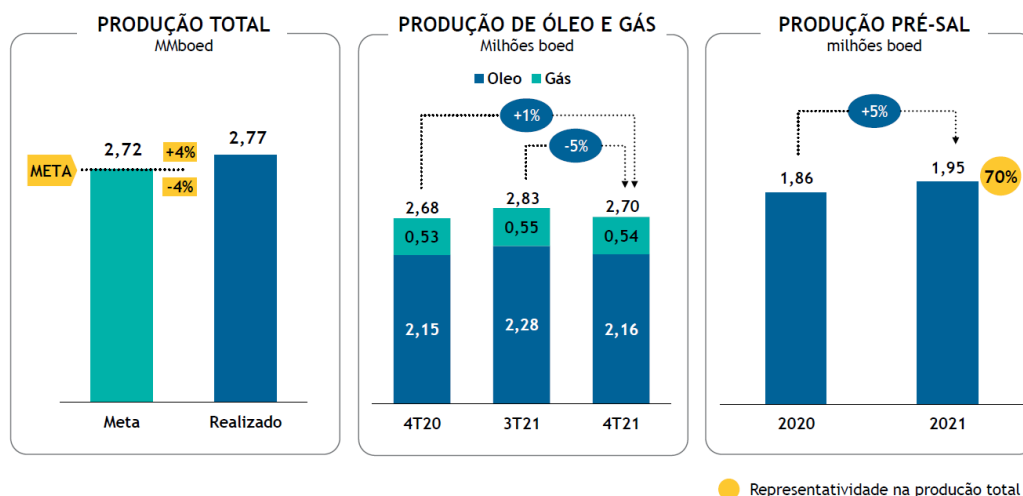
¹⁴ A geração de resíduos sólidos perigosos de nossos processos dos últimos quatro anos (2017 a 2020) foi atualizada considerando melhorias na apuração do indicador. Para fins do Compromisso de Sustentabilidade de Resíduos – Crescimento zero de resíduos de processo até 2025 fica mantido o valor de referência (2018) e continua sendo 120 mil toneladas.

➤ Principais resultados por áreas de atuação

Resultados alcançados no exercício de referência, frente aos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico 2021-2025

Destaques em exploração e produção

Entregamos a meta estipulada para 2021



A Petrobras obteve um excelente desempenho operacional em 2021, atingindo todas as metas de produção para o ano com registro das seguintes marcas:

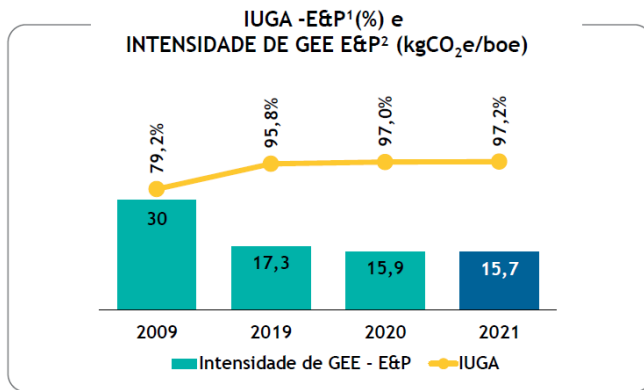
Produção	Realizada	Meta
Óleo e LGN (MMbpd)	2,22	2,21 +/- 4%
Óleo, LGN e gás comercial (MMboed)	2,46	2,43 +/- 4%
Óleo e gás total (MMboed)	2,77	2,72 +/- 4%

Os destaques de 2021 foram:

- início de produção do FPSO Carioca, em 23 de agosto, primeira plataforma no campo de Sêpia, no pré-sal da Bacia de Santos. No ano foram interligados 3 novos poços produtores e atualmente a produção operada está acima de 130 mil bpd;

- conclusão, em 18 de julho, do *ramp-up* da P-70, no campo de Atapu, em menos de 13 meses. Dessa forma, a plataforma atingiu, com 4 poços produtores, a produção operada de 161 mil bpd, superando a capacidade nominal do projeto;
- recorde na produção própria do pré-sal, com média anual de 1,95 MMboed, representando 70% da produção total da Petrobras. Nossa produção no pré-sal vem crescendo rapidamente e o recorde registrado representa mais do que o dobro do volume que produzíamos nesta camada há 5 anos;
- recorde anual de aproveitamento de gás com a marca de 97,2% do gás produzido. Esse recorde contribui de forma significativa para a redução das emissões e maior eficiência em carbono;
- assinatura e início da vigência, em 1º de setembro, do acordo de coparticipação do campo de Búzios, que regula a coexistência do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Partilha de Produção do Excedente da Cessão Onerosa para o campo. Assim, passamos a deter 90% dos direitos de exploração e produção dos volumes excedentes, excluindo-se a parcela da PPSA, e 92,666% dos volumes da jazida compartilhada;
- aquisição, em 17 de dezembro, dos direitos de exploração e produção dos volumes excedentes aos da Cessão Onerosa nos campos de Atapu e Sépia. A Petrobras exerceu seu direito de atuar como operadora, com 30% de participação no consórcio vencedor de Sépia. Para Atapu, por sua vez, o consórcio será integrado pela Petrobras como operadora, com 52,5% de participação. Com o início da vigência do Regime de Partilha de Produção em Atapu e Sépia, em maio de 2022, as participações da Petrobras nas jazidas compartilhadas, incluindo as parcelas do Contrato de Cessão Onerosa e dos Contratos de Concessão, passarão a ser respectivamente 65,69% para Atapu e 55,30% para Sépia.
- maior concentração de paradas para manutenção no quarto trimestre de 2021, conforme já havíamos realizado em 2020.

A evolução no aproveitamento de gás tem contribuído para a redução das emissões do E&P



IMPORTANTE REDUÇÃO NO VOLUME DE QUEIMA

Reduzimos a queima de gás em

67%

nos últimos 12 anos

Novo recorde de aproveitamento de gás em 2021

IUGA¹ de 97,20%, com melhor IGEE² desde 2009

¹ IUGA: Índice de Utilização do Gás Associado; ²IGEE: Intensidade de Gases de Efeito Estufa

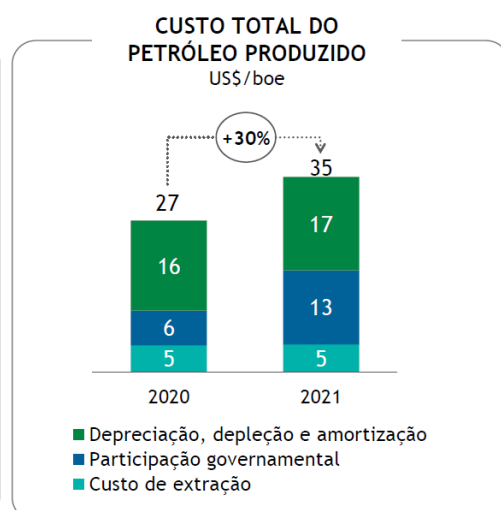
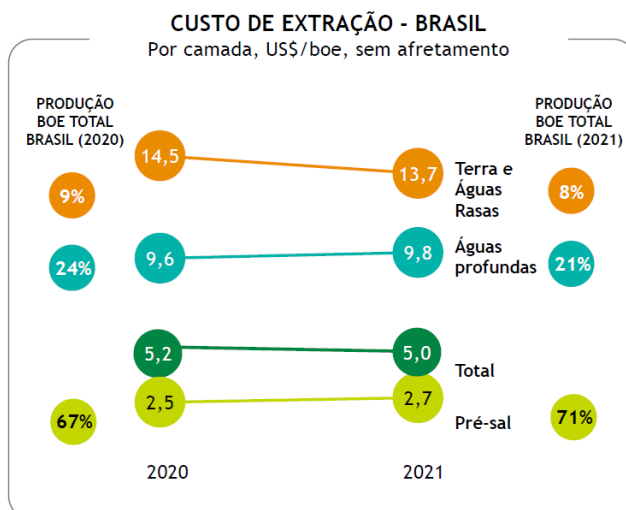
O aproveitamento de gás e a Intensidade de Gases de Efeito Estufa tiveram uma evolução significativa na última década, reduzindo a emissão de carbono da companhia.

O Índice de Utilização do Gás Associado cresceu de cerca de 79%, há 12 anos atrás, para 97% em 2021, um recorde histórico.

No mesmo período, a intensidade de gases de efeito estufa reduziu em quase 50% (de 30 para 15,7 kgCO₂e/boe), além disso, tivemos uma redução de 67% no volume de queima de gás.

Produção crescente e emissões reduzidas demonstram compromisso da Petrobras com o cumprimento das suas metas e foco em ativos em águas profundas e ultraprofundas, produzindo óleo de baixo custo de extração e alta qualidade, com baixas emissões de gases de efeito estufa.

Custo de extração em linha com o ano anterior



US\$ milhões	4T21	3T21	4T20	2021	2020	Variação (%)		
						4T21 X 3T21	4T21 X 4T20	2021 X 2020
Lifting cost - Brasil (US\$/boe)								
sem participação governamental e sem afretamento	5,15	5,02	5,61	5,00	5,23	2,5	(8,2)	(4,4)
sem participação governamental	6,93	6,66	7,19	6,65	6,83	4,1	(3,6)	(2,7)
Terra e águas rasas								
com afretamento	14,78	14,27	12,87	13,69	15,45	3,5	14,8	(11,4)
sem afretamento	14,78	14,27	12,33	13,69	14,54	3,5	19,9	(5,9)
Pós-sal profundo e ultra profundo								
com afretamento	10,50	12,16	12,63	11,25	11,05	(13,6)	(16,8)	1,9
sem afretamento	9,10	10,72	11,23	9,84	9,55	(15,1)	(19,0)	3,1
Pré-sal								
com afretamento	5,26	4,35	4,47	4,61	4,25	21,0	17,5	8,7
sem afretamento	3,24	2,53	2,71	2,75	2,53	28,0	19,3	8,7
com participação governamental e sem afretamento	20,19	18,50	13,06	17,97	11,50	9,2	54,6	56,3
com participação governamental e com afretamento	21,96	20,13	14,64	19,62	13,10	9,1	50,0	49,7

O custo de extração apurado em 2021, sem participação governamental e sem afretamento, foi de US\$ 5,00/boe, representando uma redução de 4% em comparação com o ano anterior (US\$ 5,23/boe). A queda é explicada pela depreciação do real, associada à gestão ativa de portfólio e entrada de produção da P-70 e FPSO Carioca.

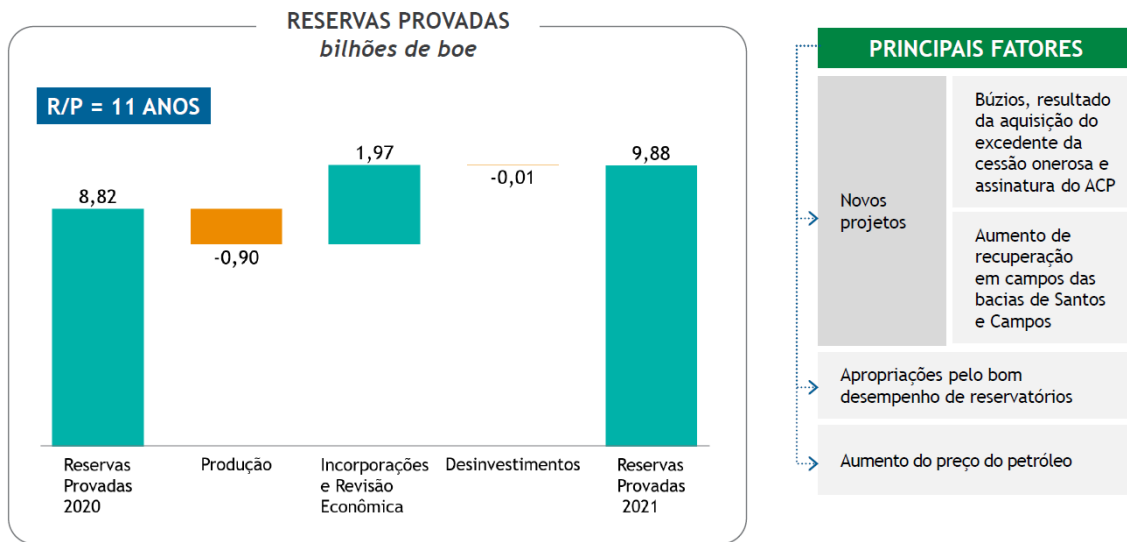
O custo de extração, sem participação governamental e sem afretamento, no pré-sal em 2021 teve um incremento de 8,7% devido ao maior nível de atividades que estava reduzido no ano anterior pelas medidas de contingências relacionadas à COVID 19.

O custo de extração de águas profundas, sem participação governamental e sem afretamento, teve um aumento de 3,1% decorrente da menor produção pelo declínio natural dos campos e pelo incremento no nível de atividades (intervenções).

O custo de extração em terras e águas rasas teve uma redução 5,9% devido ao ajuste no portfólio e variação cambial.

No custo total do petróleo produzido ocorreu um aumento de 30%, resultado do aumento de gastos com participação governamental, devido a maior cotação do Brent.

Realizamos a maior adição de reservas de nossa história



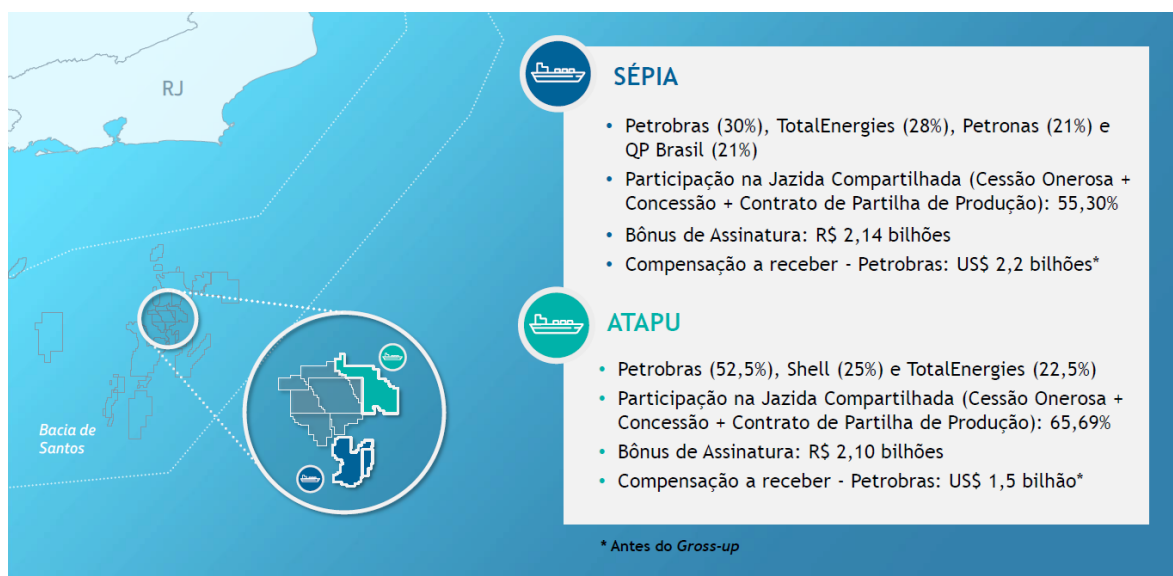
Realizamos a maior adição de Reservas da nossa história, saindo de 8,82 Bi boe em 2020 para 9,88 Bi boe em 2021.

Principais fatores realizados em 2021 foram:

- Novos projetos (+1,38 Bi boe):
- Búzios: Aquisição do Excedente da Cessão Onerosa e assinatura do Acordo de Coparticipação
- Aumento de recuperação em campos da Bacia de Santos e Bacia de Campos;
- Apropriações pelo bom desempenho dos reservatórios (+0,16 Bi boe)
- Aumento do Preço do Petróleo (+0,43 Bi boe)

O volume de Incorporações adicionado a revisão econômica atingiu 1,97 Bi boe, recompondo com margem a produção e desinvestimentos no ano e nos permitindo atingir o indicador de Reservas sob Produção (R/P) confortável de 11 anos.

Aquisição dos volumes excedentes da Cessão Onerosa em Sépia e Atapu



Em 2021, adquirimos os volumes excedentes da Cessão Onerosa em Sépia e Atapu.

Os campos de Atapu e Sépia são ativos de alta produtividade, resilientes a cenários de baixos preços de petróleo, óleo de boas características e significativo potencial de incorporação de reservas.

A aquisição reforça nossa estratégia de portfólio e nosso foco em garantir sustentabilidade de produção para o futuro.

Em ambos os casos a Petrobras é operadora e a vigência dos respectivos contratos foi iniciada em maio de 2022.

Declaração de comercialidade do Polo de Sergipe Águas Profundas

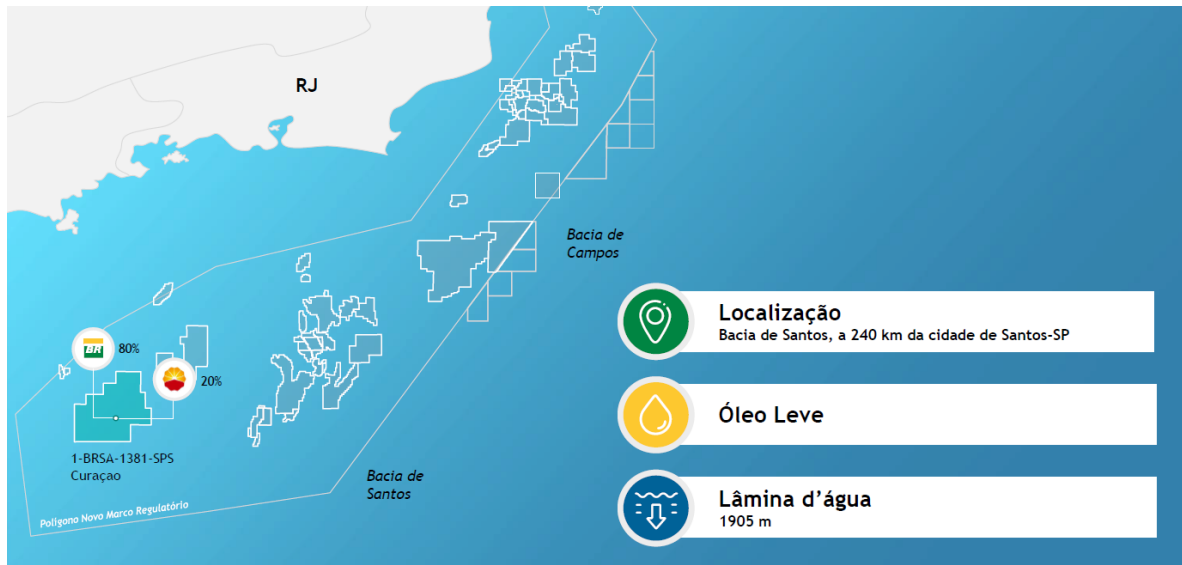


A declaração de comercialidade do Polo Sergipe Águas Profundas ocorreu em dezembro/2021. Foram adicionados 7 novos campos de óleo e gás a nosso portfólio de águas profundas: Budião, Budião Nordeste, Budião Sudeste, Polombeta, Cavala, Agulhinha e Agulhinha Oeste.

Será instalado no polo dois módulos, Sergipe Águas Profundas (SEAP) I e II, plataformas do tipo FPSO. O SEAP I (P-81) terá início de produção previsto para 2026, com capacidade de produzir 120 mil barris de óleo/condensado e escoar 8 milhões de m³ de gás por dia. Já o SEAP II ainda está em fase de planejamento de contratação e o início de produção está previsto para após o horizonte do Plano Estratégico 2022-2026.

Os campos demonstram adequação estratégica nesta área, com óleo leve e gás. Localizado em águas ultraprofundas, onde foi atingido recorde nacional de profundidade perfurada, com lâmina d'água de quase 3000 metros de profundidade.

Identificamos a presença de hidrocarbonetos no bloco de Aram



Identificamos no bloco de Aram, a presença de óleo leve em poço pioneiro, no pré-sal da Bacia de Santos, em lâmina d'água de 1905m.

O intervalo portador de petróleo foi constatado por meio de perfis elétricos e amostras de fluido, que serão posteriormente caracterizados através de análises de laboratório. Os dados permitirão avaliar potencial e direcionar próximas atividades exploratórias na área.

A perfuração do poço demonstra sucesso de estratégia baseada em inovações tecnológicas, com máxima utilização dos dados processados e em tempo real, permitindo tomada de decisões de forma ágil e segura.

Desenvolvimento da produção

Em 2021 iniciamos a operação do FPSO Carioca, primeira plataforma no campo de Sêpia, no pré-sal da Bacia de Santos, e concluímos o *ramp-up* da P-70, no campo de Atapu, em menos de 13 meses.

Continuamos otimizando custos relacionados ao desenvolvimento de projetos por meio da implementação de programas estratégicos de construção de poços, que permitiram a aplicação de novas tecnologias de perfuração e completação, configurações inovadoras de poços, otimização de campanhas e iniciativas de integração da cadeia de suprimentos. A título de exemplo, em 2021 a duração média de construção do poço (tempo total para perfuração mais completação) no campo de Búzios foi de 99 dias, o que aliado a menores taxas diárias, permitiu uma redução de 32% no custo médio de construção em relação a 2018.

Adicionalmente, reduzimos o custo médio de interligação de poços no Pré-Sal da Bacia de Santos em 7,2% ao ano nos últimos 4 anos.

Também avançamos nas atividades relacionadas aos novos projetos de desenvolvimento da produção, tanto na construção das unidades de produção e de poços *offshore*, bem como na contratação de bens e serviços e na evolução dos projetos de engenharia.

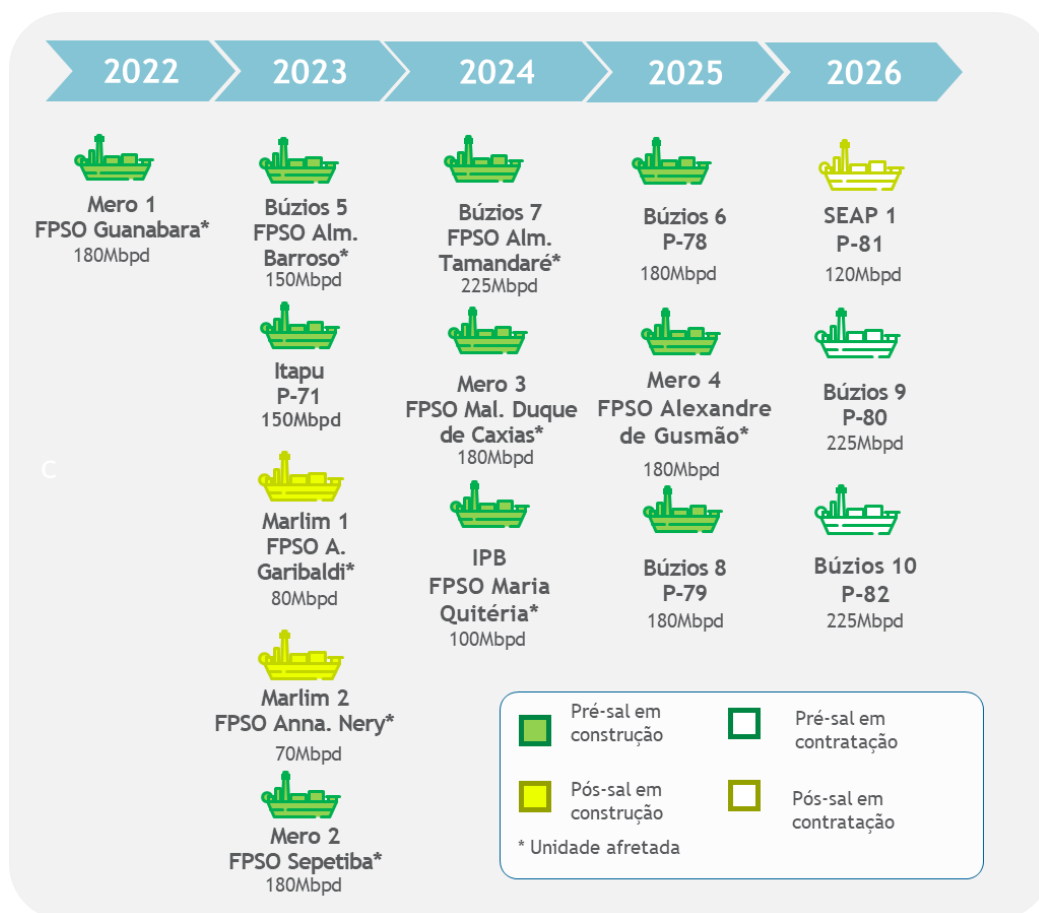
Como destaques tivemos a finalização do projeto básico de alta capacidade para a nova geração de Unidades de Produção Próprias com um aumento da capacidade de produção em relação aos projetos anteriores. Finalizamos a contratação de cinco novas plataformas marítimas do tipo FPSO (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de óleo). No campo de Búzios foram três contratações, o afretamento do FPSO Almirante Tamandaré para Búzios 7, com capacidade de produzir 225 mil barris de óleo por dia, e as construções das plataformas P-78 e P-79 para os projetos de Búzios 6 e 8, respectivamente, ambas com capacidade de produzir 180 mil barris de óleo por dia.

A companhia também assinou contrato para afretamento da quarta plataforma do sistema definitivo do campo de Mero, o FPSO Alexandre de Gusmão, com capacidade de processamento diário de 180 mil barris de óleo.

Adicionalmente, para o Projeto Integrado Parque das Baleias, a Petrobras assinou contrato para o afretamento do FPSO Maria Quitéria, a ser instalado no campo de Jubarte, localizado no norte da Bacia de Campos. A unidade terá capacidade de produzir 100 mil barris de óleo por dia.

Quinze novos FPSOs entrarão em produção entre 2022 e 2026, onze deles estão em construção.

Cronograma de entrada em operação das novas unidades de produção



O descomissionamento de sistemas de produção de petróleo e gás envolve atividades diversas, como inspeções, limpezas e desconexões de sistemas submarinos, *pull-out* de *risers*, desancoragem e destinação das plataformas e tamponamento permanente dos poços, mediante autorização dos órgãos reguladores e de acordo com os requisitos legais aplicáveis.

Em 2021, obtivemos a aprovação dos órgãos reguladores brasileiros que supervisionam o plano de descomissionamento do FPSO Capixaba no campo de Jubarte, e para as atividades iniciais de descomissionamento da P-33 no campo de Marlim.

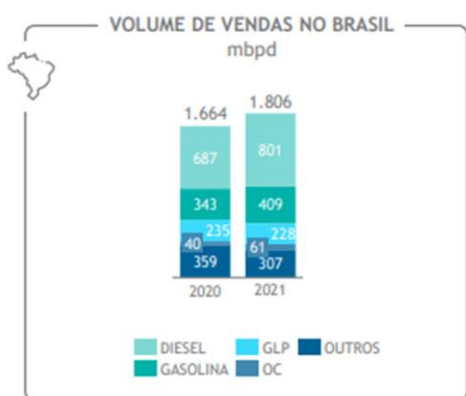
Realizamos a retirada do FPSO Piranema em abril, das 3 plataformas fixas do campo Cação em junho e da P-15 em dezembro. Concluímos a retirada dos *risers* das plataformas P-07, desancorada e removida em fevereiro de 2022.

Para o segmento de RTC, destacamos a entrada em operação da unidade de tratamento de gases ácidos (Unidade DEA) modernizada, na REDUC, e da nova Unidade de Recuperação de Enxofre (URE) na REGAP, ambos projetos para o atendimento a condicionantes ambientais. Referente à adequação do parque de Refino para produção do Diesel S-10, iniciamos o processo licitatório para a construção do HDT IV da REPLAN e concluímos a Engenharia Básica para modernização do - HDT U-272 D da REVAP.

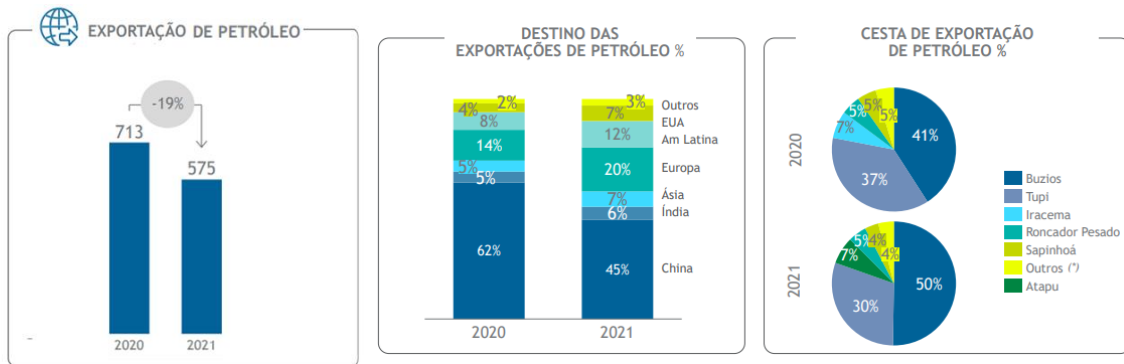
Para o segmento de G&E, também tivemos avanços na implementação do Projeto Integrado Rota 3 (PIR3), no Polo GasLub de Itaboraí, que será uma nova rota para o escoamento e tratamento do Gás do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos. A expectativa de entrada em operação é no segundo semestre de 2022.

Destaques em Refino e Gás Natural

Recuperação nas vendas de derivados

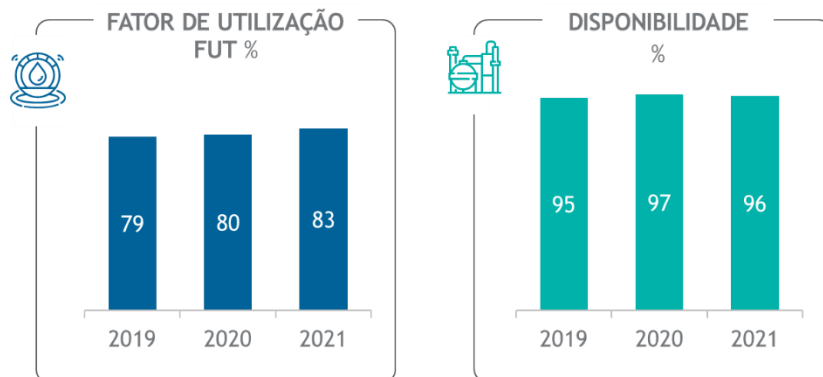


Houve crescimento no volume de vendas no mercado interno, principalmente gasolina, diesel e QAV, em função do impacto nas vendas causado pela pandemia da COVID-19 em 2020, além da menos importação de gasolina e diesel por terceiros entre os períodos. A gasolina também teve ganho de participação de mercado sobre o etanol pela sua competitividade em preços e o diesel foi favorecido pela retomada da economia em 2021, com destaque para o setor industrial.



A exportação de petróleo em 2021 foi 19% inferior a 2020 devido principalmente à menor produção de petróleo e à maior demanda no mercado interno. Aumentamos a diversificação dos destinos das nossas exportações de petróleo, além de termos incluído novos clientes para a corrente de Búzios e incorporado as correntes de Atapu e Sêpia na cesta de exportação.

Maior fator de utilização dos últimos 5 anos

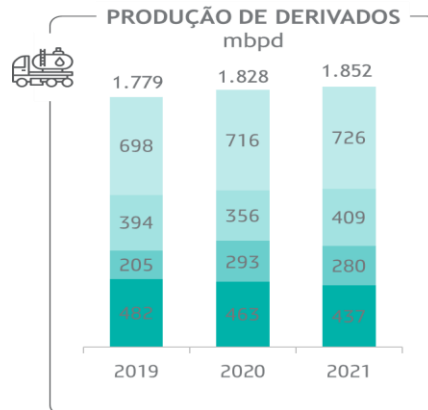


O destaque do Refino em 2021 foi o elevado fator de utilização do parque (FUT). O FUT alcançou a média de 88% no quarto trimestre de 2021, contribuindo para fechar o ano com fator de utilização médio de 83%, maior índice dos últimos cinco anos, refletindo os ganhos de eficiência na gestão das unidades, a partir de investimentos, que permitem atender o mercado crescente de combustíveis.

Outro ponto que favoreceu à utilização econômica do parque foi o aumento da capacidade de processamento do Petróleo do pré-sal, visto que este petróleo apresenta alto rendimento de derivados médios de maior valor agregado e baixo teor de enxofre. Em 2021, o processamento do petróleo do pré-sal atingiu 59% da carga processada, 9 pontos percentuais acima de 2020.

Em relação à disponibilidade operacional do parque de refino, esta ficou em 96% em 2021, em linha com a meta estabelecida, mesmo com elevada concentração de paradas programadas no ano, em decorrência da postergação de paradas de 2020 em função da pandemia.

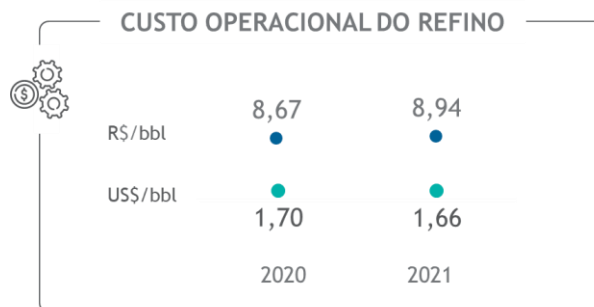
Foco em produtos de maior valor agregado



O Parque do refino segue com o foco na geração de produtos mais sustentáveis e de maior valor. A produção total de derivados se elevou em 2021, em comparação com o ano anterior, mesmo considerando o desinvestimento da RLAM em dezembro.

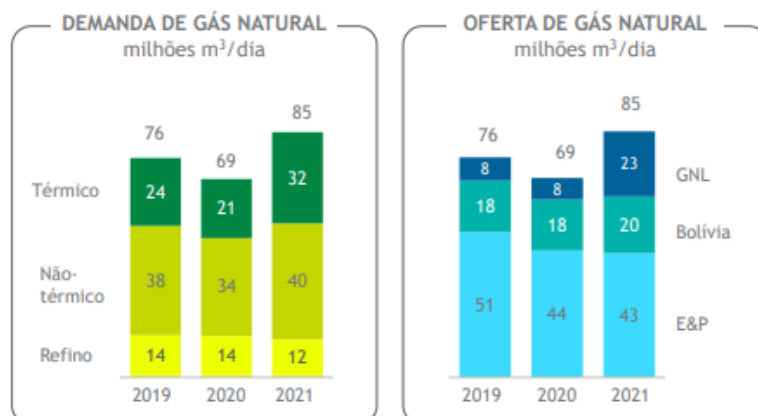
Na avaliação da produção por derivado, destaque para a produção de diesel S10, que alcançou o equivalente a 54% da produção de diesel total (aumento de 5 pontos percentuais em relação a 2020). Este maior volume de combustível com baixo teor de enxofre está em linha com a demanda por derivados mais limpos e tem sido uma parcela crescente da nossa oferta.

Refino mais eficiente em custo



Na análise do indicador em dólares, verificou-se uma leve redução em 2021 (US\$ 1,66/bbl) frente ao ano anterior (US\$ 1,70/bbl), com o efeito da depreciação do real se sobrepondo aos maiores desembolsos com catalisadores e químicos. Esse aumento em Produtos Químicos e Catalisadores decorre de maiores preços de insumos e também em função de maior carga.

Recuperação do mercado de gás natural em 2021



A demanda de gás natural atendida pela Petrobras atingiu 85 MM m³/d em 2021, um aumento de 23% em relação ao ano de 2020. Esse crescimento é resultado da retomada da economia, que elevou o consumo da indústria em 18%, bem como pelas afluições abaixo da média, que reduziram o nível dos reservatórios das hidrelétricas e exigiram a elevação do despacho das usinas termelétricas. O aquecimento do mercado de gás natural foi observado em diversos países, elevando a demanda mundial por GNL em 7% em 2021.

Para atender os nossos compromissos contratuais, a Petrobras aumentou a importação de GNL, que atingiu a média de 23 MM m³/dia no ano, representando 27% do portfólio de oferta de gás natural da Petrobras em 2021 (112 cargas). Essa marca equivale um volume cerca de 200% superior ao montante adquirido em 2020, de 7,5 milhões m³/dia. Anteriormente, o ano com maior volume de importação de GNL havia sido 2014, com 20 milhões de m³/dia (99 cargas). O recorde de 2021 é resultado das iniciativas adotadas pela companhia para ampliar a oferta de gás natural ao mercado, como, por exemplo, o aumento de capacidade do terminal de regaseificação do Rio de Janeiro de 20 para 30 MM m³/d.

Avaliação e monitoramento das metas

As Métricas de Topo da companhia são definidas a partir das estratégias do Plano Estratégico (PE), e desdobradas em metas para cada uma das áreas da companhia. A liderança se envolve, tanto na definição das metas quanto no seu acompanhamento periódico.

As Métricas de Topo traduzem e quantificam os atributos da visão da Petrobras e fornecem uma orientação mais explícita sobre os principais objetivos da companhia. Tais elementos foram compartilhados com todas as unidades organizacionais até o nível de estrutura geral, como forma de garantir que suas ações estejam alinhadas com os principais compromissos estabelecidos no Plano Estratégico.

O processo de avaliação e monitoramento das metas é realizado de forma que as áreas tenham clareza sobre a sua contribuição para o alcance dos nossos resultados, e os gestores são avaliados de forma meritocrática, conforme seu desempenho no cumprimento das metas definidas para as unidades organizacionais sob sua gestão.

No Plano Estratégico 2021-2025 tivemos cinco métricas de topo: (a) Taxa de Acidentados Registráveis (TAR); (b) Volume Vazado de Óleo e Derivados (VAZO); (c) Intensidade de Gases de Efeito Estufa (IGEE); (d) Dívida Bruta (DB); e (e) Delta EVA (DEVA).

Todas as metas das métricas de topo planejadas para 2021 foram alcançadas, conforme demonstrado na tabela a seguir:

MÉTRICAS DE PERFORMANCE	RESULTADO 2021	META PE 2021-25 ¹
IGEE - Intensidade de Gases de Efeito Estufa	E&P 15,7 kgCO ₂ e/boe Refino 39,7 kgCO ₂ e/CWT	E&P 17 kgCO ₂ e/boe Refino 40 kgCO ₂ e/CWT
VAZO: Volume Vazado de Óleo e Derivados	11,6 m ³	120 m ³
Dívida Bruta	US\$ 58,7 bilhões	US\$ 67 bilhões
TAR (Taxa de acidentados registráveis) ²	0,54/MM HHER	< 0,7
Delta EVA (Valor Econômico Adicionado) ³	US\$ 9,9 bilhões	US\$ 6,9 bilhões

¹ Meta divulgada para o ano 2021 do PE 2021-25

² TAR = Ac/MHHER: Acidentados/milhão de homens hora de exposição

³ Delta com relação ao ano 2020. A meta original de US\$ 1,6 bilhão foi revisada para US\$ 6,9 bilhões, devido à alta do preço das *commodities*.

Em 2021, o resultado do TAR foi de 0,54, nosso melhor resultado histórico, 4% abaixo do realizado em 2020, quando tínhamos alcançado uma TAR de 0,56, abaixo do *benchmark* do *peer group*. O excelente resultado foi amparado nos programas para reforço da gestão de segurança e no Programa Compromisso com a Vida. A redução da TAR é consequência direta da implantação das diversas iniciativas de promoção da nossa cultura de segurança que se refletem em nossa ambição de zero fatalidade, definida em nosso Plano Estratégico.

Em 2021, além da ambição de ZERO fatalidade acrescentamos a nova ambição de ZERO vazamento. Dentro do quinto ciclo do Programa Compromisso com a Vida, desenvolvemos o projeto Mar Azul, que se mostrou uma robusta iniciativa para evitar vazamentos *offshore*, o que nos permitiu alcançar um resultado do indicador VAZO de 11,62 m³, mais de 90% inferior ao resultado de 2020 e significativamente abaixo do limite de alerta de 120 m³.

Nossos planos de resposta a vazamentos se estruturam em níveis local, regional e corporativo. O plano de contingência corporativo fornece a estrutura e as informações para disponibilização de recursos adicionais aos Planos de Resposta a Emergências das unidades, no Brasil e no exterior. Esses recursos adicionais estão distribuídos nos Centros de Defesa Ambiental (CDAs) e em bases avançadas, localizados em vários pontos do território nacional, além dos Centros de Resposta a Emergência da Transpetro.

Em 2021, nosso desempenho em termos de emissões de GEE foi o seguinte:

- Emissões totais de GEE de 62 milhões tCO₂e, compatível com nossa meta de redução em 25% até 2030, em comparação com 2015;

- Intensidade de carbono em E&P de 15,7 kgCO_{2e}/boe, a caminho de atingir a meta de médio prazo de 15 kgCO_{2e}/boe em 2025 e mantida até 2030;
- Intensidade de carbono no refino de 39,7 kgCO_{2e}/CWT, a caminho de atingir a meta de médio prazo de 36 kgCO_{2e}/CWT em 2025 e 30 kgCO_{2e}/CWT até 2030.

A meta de dívida bruta para o final de 2021 (US\$ 67 bilhões) foi atingida já no segundo trimestre do ano (e a meta para 2022 – US\$ 60 bilhões – foi atingida no terceiro trimestre, uma antecipação de 15 meses). O resultado, US\$ 58,7 bilhões, foi 22,2% inferior a 2020, principalmente em função dos nossa gestão ativa de passivos. Com a redução bem-sucedida da dívida bruta, a relação dívida líquida/EBITDA fechou o ano em 1,1x, em 31 de dezembro de 2021.

Já o Delta EVA entre os anos de 2020 e 2021 foi de US\$ 9,9 bilhões, superando a meta de US\$ 6,9 bilhões. Além da forte valorização do Brent e dos excelentes resultados operacionais, a implantação do novo sistema de gestão com foco na geração de valor contribuiu para este resultado por meio do fomento de planos de ação e iniciativas desenvolvidas pelos negócios com foco na geração de valor.

Investimentos realizados

Para operacionalização das estratégias da companhia, foram realizados os seguintes investimentos por segmento:

US\$ milhões	2021	2020	Varição (%)
			2021 X 2020
Exploração & Produção	7.129	6.557	8,7
Refino, Transporte e Comercialização	932	947	(1,6)
Gás e Energia	412	353	16,9
Outros	298	200	48,9
Total	8.772	8.057	8,9

Os valores de investimentos (CapEx) consideram aquisição de ativos imobilizados, incluindo gastos com arrendamentos, intangíveis, investimentos das controladas e aporte nas coligadas, despesas com geologia e geofísica e gastos pré-operacionais.

Em 2021, os investimentos totalizaram US\$ 8,8 bilhões, aumento de 9% em relação a 2020, refletindo a melhora do cenário econômico pós fase crítica da pandemia de COVID-19.

Mais informações a respeito do desempenho financeiro da Petrobras em 2021 estão disponíveis em nossa [Central de Resultados – Petrobras \(investidorpetrobras.com.br\)](#), ano 2021, “Release de Resultados em R\$” e “Relatório de Produção e Vendas”.

➤ Desempenho das áreas corporativas

Pessoas e Competências

Principais desafios e ações futuras

O mundo do trabalho segue evoluindo e o contexto de negócios encontra-se em transformação acelerada com a abertura de mercado no Brasil e a transição energética mundial, demandando ainda mais colaboração e inovação de nossos empregados. A gestão de pessoas na companhia é fundamental para a execução das nossas estratégias e alcance dos resultados esperados. Nossa área de Recursos Humanos (RH) atua com foco na valorização dos profissionais e na criação das condições necessárias para que cada um possa realizar todo o seu potencial.

Dessa forma, o RH vem implementando soluções alinhadas aos desafios estratégicos de cada segmento de negócio e tornando os processos de gestão de pessoas mais ágeis e eficientes, compatíveis com as melhores práticas de mercado, oferecendo aos empregados e líderes uma melhor experiência.

Para integrar o Plano Estratégico 2022–2026 (PE 2022-26), com foco no médio e longo prazo, observam-se desafios no que tange à cultura organizacional, ao desenvolvimento de competências críticas, à eficiência em custos e à adequação do quadro de pessoal, que se traduzem nas escolhas estratégicas de RH estabelecidas para o período.

Por fim, vamos preservar e fortalecer aspectos valiosos de nossa cultura, como a capacidade de inovar e de superar desafios, e nos concentrar em produzir com excelência nos campos técnico e econômico, atuando como um só time para gerar valor. E faremos tudo isso com pleno respeito às pessoas e ao meio ambiente, pois a segurança é o nosso maior valor.

Conformidade

Os princípios éticos são norteadores das nossas relações de trabalho, guiando-se pela nossa **Política de Recursos Humanos**, na extensão de seus princípios e suas diretrizes, que objetivam atender às necessidades do negócio, com respeito e valorização das pessoas, proporcionando um bom ambiente de trabalho para que os empregados realizem suas atividades em conformidade com as orientações corporativas, comprometidos em alcançar os objetivos do negócio. Sob os aspectos normativos, a gestão das relações de trabalho é regulada por padrões corporativos que estabelecem as condições adequadas a essas relações. É nossa prioridade promovermos o trabalho com segurança e prevenindo riscos.

O respeito às pessoas e ao meio ambiente é um dos princípios do nosso Código de Conduta Ética, e em conjunto com segurança e saúde, é um dos pilares do Plano Estratégico para o quinquênio 2022-2026.

O Código define os princípios éticos que norteiam nossas ações e compromissos de conduta, tanto institucionais quanto de nossos empregados, explicitando o sentido ético da nossa missão, da nossa visão e do nosso Plano Estratégico, conforme seção **“Código de Conduta Ética”**.

Orientamos fornecedores sobre valores e comportamentos éticos esperados, seção **“Guia de Conduta Ética para Fornecedores da Petrobras”**.

Contamos com uma diretoria de Governança e Conformidade, conforme seção **“Diretoria de Governança e Conformidade”**.

As relações trabalhistas na Petrobras são regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), negociado com as entidades sindicais que representam os empregados, e pelo Acordo Individual de Trabalho (AIT), que pode ser utilizado nos casos em que o empregado tenha formação superior e salário mensal igual ou superior a duas vezes o teto dos benefícios previdenciários.

Atualmente, 8% de nossos empregados possuem Acordos Individuais de Trabalho, sendo os outros 92%, empregados abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho.

Um dos principais desafios atual e futuro para nossa gestão de RH é o de assegurar a adequação contínua do nosso quadro de pessoal ao portfólio de negócios.

Nesse sentido, ao final de 2020, implementamos um novo método de planejamento de efetivo, denominado *Headcount Ótimo* (HO). O objetivo do HO é estabelecer o efetivo de acordo com as necessidades da companhia, o qual seja suficiente para suportar a estratégia estabelecida, observando-se o protagonismo de cada Gerente Executivo na definição das premissas utilizadas para a projeção, a garantia da segurança operacional e implantação de novos projetos, além do foco na redução do *overhead*.

A análise desta projeção, associada à evolução histórica do quadro de pessoal e à rotatividade do efetivo da Petrobras nos últimos anos, indica a necessidade de implementação de um conjunto de iniciativas para a adequação do efetivo às estratégias da companhia. O aprimoramento das práticas de mobilidade interna de pessoal será fundamental para dotar a companhia da flexibilidade necessária à sua estratégia de gestão de portfólio. Além disso, verifica-se a oportunidade de adoção de uma política de oxigenação de pessoas, com diretrizes específicas, e apoiada em planejamento estruturado de entradas e saídas de empregados e de programas de formação e educação continuada, além de análise de impactos e custos, criando condições para manutenção de conhecimentos críticos, ingresso de novos conhecimentos e mudança gradual do perfil do efetivo. Por fim, programas que viabilizem o aumento da produtividade e otimização de processos permitirão, também, a melhor adequação do quadro de pessoal às necessidades de nossos negócios.

Encerramos o ano de 2021 com 38.703 empregados na Petrobras Controladora, sendo 32.167 homens (83%) e 6.536 mulheres (17%). Grande parte dos nossos empregados atua nas áreas de Exploração e Produção (35%) e Refino (23%), a maioria na região sudeste (84%) e nordeste (10%) do país.

O perfil étnico-racial predominante é branco (55,32%) e pardo (24,00%). A faixa etária predominante é entre 40 e 44 anos (24%) e entre 35 e 39 anos (23%).

Ocupam cargos de função gratificada (gerencial, supervisão e especialista) 7.331 de nossos empregados (19%) e os demais 31.372, estão distribuídos em cargos de nível superior e nível médio, totalizando 46% e 54% respectivamente.

Adequação de Efetivo

Para adequar o efetivo, a companhia possui diversos programas e processos tais como: o *Headcount* Ótimo (HO), o Processo Seletivo Público (PSP), os Programas de Desligamento Voluntário (PDVs), o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), a Mobilidade Interna, o Plano de Sucessão da Petrobras, a Redução Opcional de Jornada de Trabalho e o Modelo de Trabalho Híbrido.

Uma medida adotada para promover a oxigenação gradual de nosso efetivo, e em linha com nosso Plano Estratégico, foi a abertura de novo processo seletivo público para ingressos a partir de 2022, com 757 vagas de diversas ênfases de nível superior, sendo 8% das vagas reservadas para pessoas com deficiência, que contou com a inscrição de 212 mil candidatos. Ainda, em 2021 foram admitidos um total de 90 empregados, a maioria (90%) participantes de processos seletivos públicos de anos anteriores.

Outra medida utilizada para adequar nosso efetivo são os Programas de Desligamento Voluntário (PDVs). No ano de 2021, 2.579 empregados deixaram a empresa através do Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) e dos três Programas de Desligamento Voluntário (PDV) diferenciados por público-alvo: (i) um voltado para empregados lotados no segmento corporativo, (ii) um específico para empregados abrangidos por projetos de desinvestimento, desmobilizações e/ou processos de redução de atividades, e (iii) outro para empregados aposentados.

No total, 2.847 empregados deixaram a empresa em 2021, sendo 2.702 por desligamento voluntário (inclui PDVs e outros).

Nosso Modelo de Trabalho Híbrido

Em março de 2020, em decorrência da pandemia do coronavírus e do disposto na Medida Provisória 927/2020, adotamos o teletrabalho de forma integral, ou seja, nos cinco dias úteis da semana. Essa medida incluiu, além dos empregados em regime administrativo com horário flexível, aqueles em regime administrativo fixo lotados nas unidades operacionais e empregados de regime especial pertencentes ao grupo de risco para a Covid-19. Nesse contexto, cerca de 25 mil empregados exerceram suas atividades em teletrabalho desde março de 2020. Deste total, aproximadamente 79% são homens e 21% são mulheres.

Em agosto de 2020, foi aprovado pela DE o modelo permanente de teletrabalho por até três dias na semana. A adesão opcional foi disponibilizada para os empregados, por meio da assinatura de um termo de adesão, que serve como aditivo ao contrato de trabalho, no qual constam as regras que devem ser observadas. O retorno ao trabalho

presencial, e a efetiva aplicação do modelo permanente de teletrabalho, por até três dias na semana, vem sendo implementado em ondas desde outubro de 2021, observando o contexto da pandemia.

Em abril de 2021, adotamos, em caráter temporário e excepcional, escalas especiais de embarque nas unidades *offshore* e em Urucu com o objetivo de reduzir a circulação de pessoas, as trocas de turno e o número de voos para as plataformas, minimizando os riscos de exposição e contágio do novo coronavírus. A medida se deu em razão do agravamento da pandemia da Covid-19. Inicialmente, foi adotada a escala 21x21 (21 dias de trabalho e 21 dias de descanso) e, posteriormente, para reduzir a quantidade de trocas de turno, foi aprovada a escala 21x28x21x35 (21 dias de trabalho, 28 de descanso, 21 dias de trabalho e 35 dias de descanso) onde a relação trabalho x folga é mantida em um ciclo de 105 dias com apenas 2 embarques. Em setembro de 2021, após avaliação do cenário, os empregados retornaram às suas escalas originais de 14x21.

Jornada Reduzida

Com o objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida aos nossos empregados, além de ser mais uma ferramenta de adequação do efetivo, em 2017, foi implementada a redução opcional de jornada diária de oito para seis horas, com redução proporcional da remuneração de 25% aos empregados em regime administrativo e horário flexível que não exerçam função gratificada. Complementarmente, em 2018, foi implantada a redução opcional de jornada semanal com redução proporcional de remuneração de 20%, que possibilitou aos empregados reduzirem de cinco para quatro os seus dias de trabalho por semana, após a negociação das regras com as entidades sindicais. A redução de dias foi oferecida aos empregados que trabalham em regime administrativo de horário flexível e de horário fixo com jornada de trabalho de oito horas diárias e no regime administrativo de categoria diferenciada (assistentes sociais) cuja jornada de trabalho diária é de seis horas, desde que não exercessem função gratificada. Empregados em jornada reduzida dispõem dos mesmos benefícios de empregados em jornada normal. Em dezembro de 2021 contabilizávamos 363 empregados em jornada reduzida, sendo 81,54% em jornada diária de 6 horas e % 18,46% em jornada semanal de 4 dias.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Os processos seletivos públicos na nossa controladora são realizados com remunerações iguais para homens e mulheres e, de acordo com a legislação brasileira, 20% das vagas são reservadas a candidatos negros e, no mínimo, 5% a pessoas com deficiência. Entretanto, conforme previsto no Art. 50 do Estatuto Social, as funções da alta administração poderão, excepcionalmente, e, a critério do Conselho de Administração (CA), ser atribuídas a técnicos ou especialistas que não integrem nosso quadro permanente, por meio de cargos em comissão de livre provimento. Conforme definido no Plano Básico de Organização (PBO), a Administração Superior é composta por: funções gratificadas preenchidas pelos titulares das unidades organizacionais da estrutura geral; funções de consultores e assessores da presidência; e assistentes técnico executivos da presidência, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e diretores executivos. Para os titulares da estrutura geral as contratações de profissionais que não integrem nosso quadro permanente são limitadas a 40% do total de titulares da estrutura geral.

Buscamos atrair os melhores talentos sem esquecer dos nossos talentos internos que cresceram com a empresa, entendem a organização, sua missão e cultura.

Para atender as necessidades de adequação de efetivo, priorizamos o preenchimento de vagas abertas internamente, através de processos internos de mobilidade de carreira organizados para reter talentos e reduzir custos de contratação externa.

Nossa mobilidade interna conta com diversas soluções de mobilidade aplicadas às nossas necessidades, dentre elas o Programa de Mobilidade, que se dá por meio de um processo estruturado de recrutamento e seleção interna para provimento das necessidades de pessoal. Esse processo orienta a realização das seleções internas de forma estruturada, com a aplicação de métodos de avaliação dos empregados frente às exigências de cada oportunidade. A aplicação desses processos de seleção busca promover a meritocracia e o atendimento aos interesses do negócio e dos empregados nas movimentações internas. A mobilidade interna se dá dentro do mesmo cargo (Profissional Petrobras de Nível Médio e Profissional Petrobras de Nível Superior), com possibilidade de mudança de ênfase dentro do mesmo cargo e sendo vedada por lei a mobilidade entre cargos. Em 2021, 7.326 vagas abertas foram preenchidas internamente, representando 98,8% do total.

Em relação ao preenchimento de posições gerenciais, nossos processos internos de sucessão e seleção gerencial buscam promover a meritocracia e a valorização dos nossos talentos. Desde 2018, implementamos processo de seleção interna para o preenchimento de posições gerenciais, onde consideramos o perfil necessário para a posição, definimos a modalidade de recrutamento e selecionamos os candidatos através da aplicação de técnicas de seleção em uma parceria entre o RH e o gestor responsável pela vaga.

Em dezembro de 2020 tivemos a implantação do processo de sucessão gerencial, contribuindo para a formação e desenvolvimento de sucessores para nossas posições-chave. O Plano de Sucessão da Petrobras é referência para as decisões de provimento destas posições. No caso do provimento de posições de diretores e titulares de estrutura geral (gerentes executivos e equivalentes), eventualmente é possível contarmos com o apoio de uma empresa especializada em recrutamento e seleção de executivos. Além disso, para essas posições, as indicações devem ser submetidas à análise e à validação da Diretoria Executiva (DE), do Comitê de Pessoas (COPE) e do Conselho de Administração (CA), conforme competência de aprovação definida no nosso Estatuto Social.

Em 2021, 80% dessas posições foram ocupadas por meio de processo estruturado de Recrutamento e Seleção. Considerando a abrangência de operação predominantemente nacional, o percentual de novos diretores e executivos contratados na comunidade local foi de 100%.

Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Nosso Plano Estratégico coloca a meritocracia como um de seus pilares. Isso significa reconhecer as pessoas com base em resultados e competências, além de garantir que todo desempenho seja tratado e reconhecido de forma transparente. A análise de desempenho dos empregados ocorre por meio do processo de Gerenciamento de Desempenho (GD), que avalia competências e metas, baseadas em métricas objetivas, derivadas das iniciativas estratégicas. A partir dessas métricas, estabelecidas por meio dos *scorecards* das unidades, buscamos assegurar

que as metas individuais e as compartilhadas sejam desdobradas dos seus titulares para as suas equipes, contribuindo para o atingimento das nossas métricas de topo.

O Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) estabelece nossa estrutura de cargos e carreiras, com suas respectivas descrições de atribuições e responsabilidades, requisitos de seus ocupantes, avaliações e respectivas faixas salariais. Alinhado aos nossos objetivos estratégicos, o PCR é o instrumento que sustenta o planejamento e a gestão de nossos empregados, fornecendo suporte às políticas de atração e retenção, processos de reconhecimento e recompensa, evolução funcional e desenvolvimento profissional.

Anualmente os empregados são avaliados conforme o cumprimento ou superação de suas metas e competências, podendo obter avanço de nível ou promoção na carreira, subindo níveis na escala salarial.

Adicionalmente, como forma de reconhecimento à contribuição dos nossos empregados, refletida no processo de gestão do desempenho, a Petrobras, em 2021, promovemos uma revisão no programa anual de progressão profissional na carreira. O novo modelo, chamado de Aumento por Mérito, tem por objetivo promover a cultura da meritocracia através por meio do reconhecimento e recompensa dos empregados com desempenho diferenciado, considerando entregas e comportamentos nos diferentes níveis de complexidade requeridos e níveis de remuneração.

Os valores salariais praticados, sem distinção regional, são revisados e corrigidos anualmente por meio de negociação com os sindicatos representantes da categoria profissional.

Os empregados, ao longo de sua carreira, também podem ocupar função gratificada. Função gratificada, na Petrobras, corresponde à designação ao exercício de funções gerenciais, supervisão ou especialista (consultoria). Além disso, é remunerada com um valor específico de gratificação de função, além da remuneração do cargo permanente do ocupante da função.

Os valores praticados a título de remuneração pelo exercício de funções gratificadas constam de uma tabela progressiva específica da companhia em que os níveis são agrupados em faixas escalonadas, cujo enquadramento é regido por determinados critérios técnicos.

Faixa Salarial

Remuneração Média		
	Nível Médio	Nível Superior
Função Gerencial	23.644,96	35.495,19
Função Especialista	22.914,31	33.424,84
Função Supervisão	18.125,35	
Superior		23.638,21
Técnico	14.337,38	
	15.217,16	26.387,14

Base: Dezembro/2021

Em 31 de dezembro de 2021, 99,30 % das funções gerenciais eram ocupadas por empregados que integram o quadro permanente da Petrobras Controladora.

Remuneração Variável

Programa Prêmio por Performance (PPP)

Praticamos, desde 2019, o Programa Prêmio por Performance (PPP), um modelo de remuneração variável voltado para todos os empregados. Vinculado ao nosso Plano Estratégico, o PPP tem como objetivos alinhar o interesse entre acionistas, executivos, ocupantes de funções gratificadas e empregados sem função gratificada, estimular o comportamento voltado para resultados, recompensar as pessoas pelos resultados alcançados, remunerar de forma diferenciada por entrega diferenciada (meritocracia) e contribuir para atração e retenção de talentos.

No exercício de 2020, o PPP foi ativado após cumprimento dos pré-requisitos mínimos estabelecidos:

- para os empregados, o Programa foi acionado a partir da obtenção de lucro líquido positivo no exercício, desconsiderando em sua apuração os impactos dos valores a título do *impairment* e da variação cambial contida no resultado financeiro líquido.
- para os membros da Diretoria Executiva, a ativação ocorreu em função da obtenção de lucro líquido positivo no exercício de 2020.

Para os membros da Diretoria Executiva (Presidente e Diretores), Gerentes Executivos e Gerentes Gerais, o pagamento do PPP ocorre de forma diferida ao longo de 5 anos, cujos valores são referenciados pela cotação de mercado das nossas ações sem, contudo, contemplar a outorga de ações. O pagamento é realizado da seguinte forma: 60% do valor do PPP pagos em uma parcela à vista e o saldo restante de 40% quitado em quatro parcelas diferidas anuais, cujo valor será simbolicamente convertido na quantidade de ações ordinárias (PETR3) correspondente, utilizando como valor-base a média ponderada dos últimos 60 pregões do exercício de referência do Programa. O Presidente, Diretor Executivo, Gerente Executivo e Gerente Geral podem exercer o direito de recebimento das parcelas diferidas após cumprimento dos prazos de carência estabelecidos, mediante solicitação. O valor de cada parcela a ser paga é equivalente à transformação das ações simbólicas em valor pecuniário pela cotação da média ponderada das nossas ações ordinárias dos últimos 20 pregões anteriores à data de solicitação.

Programa de Participação nos Lucros (PLR)

Temos um acordo coletivo vigente de Programa de Participação nos Lucros (PLR) para o período 2021-2022 para todos os empregados que não ocupam funções gratificadas (gerentes e especialistas).

Para que o pagamento do PLR ocorra, as seguintes condições devem ser atendidas:

- aprovação da distribuição de dividendos pela Assembleia Geral Ordinária;
- cálculo do Resultado Líquido do ano de referência; e

- atingimento de percentual médio (ponderado) de no mínimo 80% para indicadores de metas estabelecidos pelo Conselho de Administração no acordo de PLR.

Para os exercícios fiscais de 2019 e 2020 a PLR se aplicava somente aos empregados marítimos, uma vez que apenas seus sindicatos aceitaram a proposta, embora tenha sido oferecido a todos os sindicatos que representam nossos empregados.

Detalhes sobre a igualdade de oportunidades na companhia

A igualdade de oportunidades é tratada de forma explícita em uma das Diretrizes de Direitos Humanos da Petrobras, onde se assume o compromisso de: “Promover a diversidade, garantindo o respeito à diferença e à igualdade de oportunidades no acesso, remuneração e ascensão no emprego”. (item b do Eixo Gestão de Pessoas das Diretrizes de Direitos Humanos)

Da mesma forma, nosso Guia de Conduta Ética prevê: “...Garantir um ambiente de trabalho que respeite, acolha e promova a diversidade de cultura, cor, etnia, religião, idade, gênero, orientação sexual ou aparência física, garantindo a igualdade de oportunidades e a valorização profissional baseada na meritocracia;” (Guia de Conduta Ética Petrobras- Nossos Compromissos de Conduta, Tópico UNIÃO)

Esse princípio é evidenciado de forma indireta no nosso Planejamento Estratégico 2022-2026, que colocou os assuntos relacionados a ESG (meio ambiente, social e governança, na sigla em inglês) como um dos temas prioritários. Um dos compromissos de Responsabilidade Social assumidos no documento é realizar “promoção de diversidade, proporcionando ambiente de trabalho inclusivo”.

Uma de nossas Diretrizes de Recursos Humanos também aborda indiretamente a questão da igualdade de oportunidades ao explicitar a intenção de “Proporcionar aos empregados um bom ambiente de trabalho, que promova a diversidade e relações baseadas na confiança e respeito, não tolerando qualquer forma de assédio ou discriminação” (Diretriz 7 – Política de RH).

A Petrobras vem se empenhando de fato nessa direção tendo como ação exemplar o desenvolvimento de um “Plano de Equidade de Gênero” com iniciativas voltadas ao alcance de maior representatividade de mulheres em função de liderança; com foco sobretudo nas áreas operacionais onde a presença de mulheres líderes é ainda pouco evidenciada.

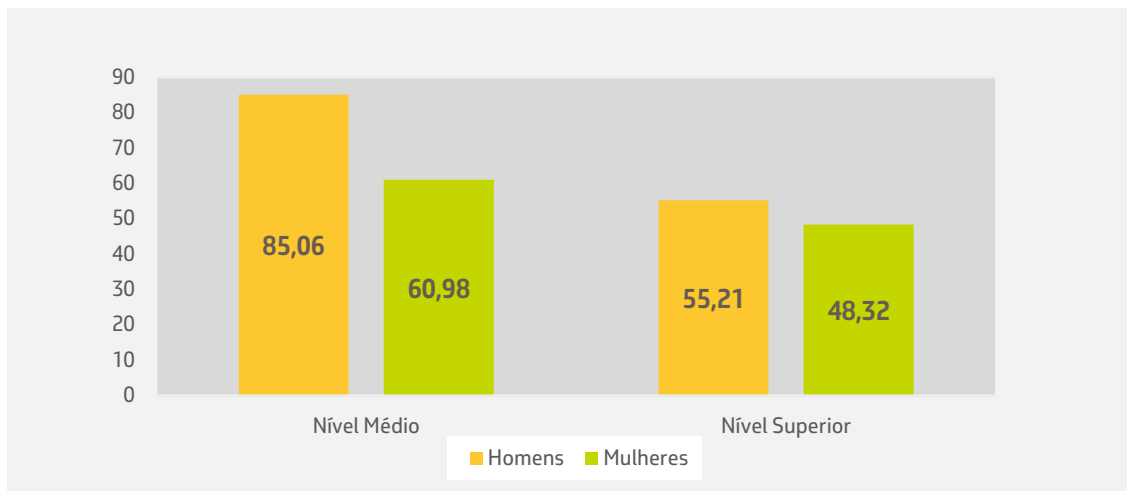
Uma das iniciativas do Plano que merece especial atenção é o Programa de Mentoria para a Liderança Feminina da Petrobras, que tem como objetivo alavancar o desenvolvimento de lideranças femininas e ampliar os resultados positivos promovidos pela diversidade de gênero. Diversos estudos mostram que empresas mais diversas são também mais inovadoras e produtivas.

Capacitação

Nossa área de Recursos Humanos tem o papel de orientar o planejamento e a realização das capacitações e treinamentos. Disponibilizamos infraestrutura interna para realização de treinamentos na Universidade

Petrobras e nas nossas unidades em todo o país, além de prover metodologias e tecnologias de ensino para auxiliar na aplicação e no acesso aos conteúdos pelos empregados. Investimos 43,6 milhões de reais em treinamentos em 2021.

Com base na avaliação de desempenho, são identificadas as necessidades de treinamento. Anualmente, os treinamentos são negociados entre o gestor e cada empregado, visando atingir os resultados esperados para os negócios no período de avaliação. Até 31 dezembro de 2021, foram realizadas 1 milhão de participações em cursos, sendo 568 mil de empregados, com média de 68,93 horas de treinamento por empregado nesse ano, distribuídos conforme gráfico.



Jornada de Cultura da Petrobras

A cultura organizacional é um dos nossos direcionadores estratégicos de Recursos Humanos e base para o desenvolvimento de uma série de ações voltadas para a gestão de pessoas. Estruturada a partir da realização de um amplo diagnóstico com os empregados, a cultura-alvo Petrobras tem como pilares o trabalho em Um Só Time de Alto Desempenho, Superação e Inovação. Valorizamos o exemplo da liderança e destacamos aspectos como meritocracia, eficiência, geração de valor e respeito às pessoas.

Nesse sentido, em 2021, foi estruturado um plano de trabalho que incluiu ações focadas na capacitação e engajamento da liderança e iniciativas para todos os empregados. O fortalecimento das relações de confiança, a partir da liderança, e a valorização dos exemplos positivos foram alguns dos aspectos enfatizados.

Plano de Saúde

O Saúde Petrobras é um benefício de assistência à saúde oferecido pela companhia, que atua nas dimensões de promoção, prevenção e recuperação da saúde. O benefício é disponibilizado para nossos empregados ativos, aposentados, pensionistas e respectivo grupo familiar. A segmentação assistencial do plano abrange os serviços de assistência à saúde ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontológica, com área de abrangência e atuação nacional e padrão de acomodação em internação do tipo individual. Em 2021, o Saúde Petrobras encerrou o ano com 269.350 beneficiários distribuídos em todos os estados da federação. A relação de custeio do benefício foi de 60% para a empregadora e de 40% pelos empregados, cumprindo o estipulado no ACT 2020-2022.

Em abril de 2021, conforme previsto no novo modelo de gestão para o benefício de saúde aprovado em 2020 por nosso CA, a carteira de beneficiários (cerca de 270 mil) foi migrada para a Associação Petrobras de Saúde (APS), associação civil sem fins lucrativos criada com esta finalidade, de forma a consolidar a transferência da gestão do plano de saúde para a nova operadora.

Desde então, melhorias na gestão do plano de saúde foram implantadas, destacando-se:

- A implantação da análise por junta médica quando solicitados procedimentos com órteses, próteses e materiais especiais, responsável por uma economia de R\$ 53,8 milhões em 2021;
- O serviço de telemedicina que, com melhoria da comunicação, se consolidou em 2021 e passou a ser uma alternativa de busca pelo diagnóstico usada pelos beneficiários do Plano Saúde Petrobras, pois diminuiu a exposição dos beneficiários à contaminação da Covid-19 e demais doenças em circulação. Em 2021, ocorreram 36.237 atendimentos, com valor total pago de R\$ 9,6 milhões pela disponibilidade e utilização do serviço.

TELEATENDIMENTO PETROBRAS

(não inclui subsidiárias)



* Percentual de beneficiários atendidos.

Plano de Previdência Complementar

Patrocinamos seis planos de benefícios pós emprego com característica previdenciária:

- Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados (PPSP-R);
- Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados (PPSP-NR);
- Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70);
- Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70);
- Plano Petros-2 (PP-2); e
- Plano Petros-3 (PP-3).

Operados pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), juntos, esses planos cobrem 96% dos nossos empregados, considerando que os planos são ofertados e a adesão é opcional.

Até março de 2018, havia apenas dois planos de pensão patrocinados pela Petrobras: (i) o Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), que se trata de um plano de benefício definido fechado à novas adesões, e o Plano Petros-2 (PP-2), um plano de contribuição variável, disponibilizado à força de trabalho desde 2007, ambos gerenciados pela Petros.

Em abril de 2018, o PPSP foi separado em dois novos planos: (i) o PPSP Repactuados (PPSP-R), composto pelos participantes que aderiram às novas regras do plano em 2006, 2007 e 2012; e (ii) o PPSP Não Repactuados (PPSP-NR), composto pelos participantes que não aderiram às novas regras.

Em dezembro de 2019, os planos PPSP-R e PPSP-NR foram novamente cindidos em dois novos planos, separados entre os participantes que foram admitidos na patrocinadora antes de 1970 e por aqueles que foram admitidos após 1970, formando os planos PPSP-R, PPSP-NR, PPSP- R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70, ou seja, o PPSP original converteu-se em quatro novos planos.

No PP-2, plano que opera na modalidade de contribuição variável, atualmente aberto a novos ingressos, o mesmo valor é recolhido pela patrocinadora (no caso de participante patrocinado) e pelo participante, que pode contribuir com percentuais de acordo com sua idade que variam de um mínimo de 6% a um máximo de 11%.

Plano de Equacionamento do Déficit dos PPSPs

Em março de 2020, o novo Plano de Equacionamento do Déficit (Novo PED), elaborado pela Petros em conformidade com as normas vigentes para os Planos PPSP-R e PPSP-NR, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobras.

O Novo PED foi estruturado de forma a substituir o PED 2015, bem como abranger o *déficit* registrado em 2018, e considerar os resultados atuariais obtidos pelos planos em 2019. O Novo PED requereu mudanças nos regulamentos do PPSP-R e PPSP-NR, de forma a propiciar a redução das contribuições extraordinárias para a maioria dos participantes e beneficiários, com revisão do prazo de equacionamento para a longevidade dos planos de benefícios, bem como o aperfeiçoamento das regras do plano em conformidade com as normas regulatórias buscando mitigar necessidades de futuros equacionamentos de déficits.

A operacionalização do Novo PED foi iniciada em junho de 2020 por meio da cobrança de contribuições extraordinárias paritárias entre patrocinadora e participantes ao longo da existência dos planos que, a valor presente, totalizaram, em dezembro de 2020, o montante de R\$ 16 bilhões.

Adicionalmente, ainda no contexto do Novo PED, conforme possibilidade prevista na norma, a Petros realizou mudanças nos regulamentos dos Planos PPSP-R e PPSP-NR, incluindo uma redução do valor a pagar a título de benefício de pecúlio morte a participantes e, em contrapartida, a Petrobras assumiu uma dívida no valor de R\$ 2,2 bilhões, na posição de dezembro de 2020, a ser paga parceladamente a partir de janeiro de 2021, inicialmente em 40 parcelas semestrais, sendo que em junho/21 a Petrobras decidiu quitar essa dívida, devido a sua melhor condição de caixa.

Quanto às operações financeiras contratadas com a Petros, a Petrobras realizou liquidações parciais antecipadas dos Termos de Compromisso Financeiro referentes aos planos PPSPs Pré-70: R\$ 94 milhões, em dezembro de 2020; R\$ 4.493 milhões, em janeiro de 2021; e R\$.6.882 milhões em fevereiro de 2022.

Novo Plano de Previdência (PP3)

Devido aos efeitos dos déficits dos planos PPSP-R e PPSP-NR tanto nas finanças da patrocinadora quanto nas dos seus participantes, a Petros e a Petrobras estruturaram um novo plano de contribuição definida denominado Plano Petros-3 (PP-3).

Em agosto de 2021, a Petros, após atestar a sua viabilidade econômica de implantação, iniciou a operação do PP-3, que se trata de um plano de contribuição definida puro, fechado a novos ingressos, originário da migração de parte dos participantes dos planos PPSP-R e PPSP-NR, que voluntariamente optaram por aderir ao novo plano.

Estimativa de resultados dos planos para 2021

Em 2021, em função do cenário econômico adverso, a projeção de fechamento é de rentabilidade negativa para todos os PPSPs. O plano PP2, por sua vez, vem apresentando rentabilidade positiva, mas aquém das metas atuariais também em função, especialmente, da conjuntura desafiadora de mercado.

A Petros realizará avaliações de solvência dos planos em cumprimento aos ritos orientados pela norma aplicável e, em cada caso concreto, indicará as medidas mais adequadas ao tratamento dos resultados de forma a concorrer para a estabilidade econômica e atuarial dos planos por ela geridos.

Compromisso com a Saúde dos Colaboradores durante a Pandemia

A partir da decretação da pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020, instauramos internamente uma Estrutura Organizacional de Resposta (EOR), baseada na ferramenta de gestão ICS (*Incident Command System*). Essa estrutura temporária, composta por colaboradores, passou a orientar, de maneira uniforme, todas as ações para prevenção e combate ao avanço do novo vírus SARS-CoV-2 e na mitigação de suas consequências, em todas as frentes possíveis.

Agimos rapidamente e adotamos uma série de medidas para preservar a saúde de nossos empregados nas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão em linha com as recomendações da OMS e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços para mitigar os riscos da doença. Foram adotadas medidas preventivas tais como:

- i) ampla testagem, sendo realizados 631.843 mil testes na força de trabalho até dezembro de 2021;
- ii) monitoramento de saúde pré-embarque e pré-turno, reforço nas medidas de higienização, distanciamento e uso obrigatório de máscara nas unidades;
- iii) redução do efetivo a bordo das plataformas, sondas e demais embarcações ao necessário para a operação segura de cada unidade;
- iv) intensificação da fiscalização do cumprimento das normas de prevenção em todas as unidades operacionais marítimas ou em terra, com auditorias em todas as unidades e correção imediata de eventuais desvios;
- v) desde outubro de 2021, o retorno ao trabalho presencial foi implementado em ondas, observando o contexto da pandemia;

- vi) conscientização e orientação para os colaboradores sobre cuidados individuais;
- vii) acompanhamento de saúde e acesso a serviços de telemedicina, autorização automática dos dois principais testes relacionados ao COVID-19 (RT-PCR e Sorologia), cobertura para coleta domiciliar de exames e salas de controle de COVID-19 para acompanhamento dos casos.

Todos os colaboradores foram orientados a relatar eventuais sintomas imediatamente. Divulgamos canais de comunicação específicos (*call center* 24h e e-mail), bem como um formulário online para autodeclaração de suspeitas de sintomas. Monitoramos os casos suspeitos e seus contactantes desde o primeiro relato, tomando todas as medidas preventivas para evitar o contágio, orientando os colaboradores e aplicando teste RT-PCR em tempo real (reação em cadeia da polimerase em tempo real precedida de transcrição reversa – RT-gPCR), quando indicado pela equipe de saúde.

Para o setor *offshore*, considerando a característica especial de confinamento, adotamos medidas ainda mais rigorosas, sempre mantendo constante contato com órgãos reguladores, empresas de serviços e outras entidades deste setor para alinhamento das práticas. Implementamos isolamento domiciliar monitorado e triagem por profissionais de saúde no pré-embarque em plataformas, com suspensão do embarque de quem apresentar qualquer sintoma nos catorze dias antecedentes, bem como a realização de testes diagnósticos antes do embarque. Avaliamos, por meio de equipe de saúde dedicada, todos os colaboradores com sintomas a bordo e providenciamos o desembarque imediato dos casos suspeitos e seus contactantes.

Além disso, incentivamos fortemente a vacinação de toda nossa força de trabalho e atingimos o percentual de 96,9% de empregados completamente vacinados em dezembro de 2021.

Todo esse esforço tem garantido a continuidade das atividades operacionais que asseguram o atendimento de bens e serviços essenciais à sociedade, sempre preservando a segurança e saúde de todos os nossos colaboradores.

De forma a assegurar que as melhores práticas sejam adotadas também por nossos fornecedores, acompanhamos as medidas e o planejamento das empresas responsáveis por unidades afretadas e das empresas prestadoras de serviços.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Gestão Predial

A estratégia da Petrobras para a Gestão Patrimonial nos espaços corporativos visa à eficiência da ocupação das instalações, proporcionando uma experiência dos colaboradores alinhada ao mercado, com foco no engajamento e produtividade através de ambientes colaborativos adotando o conceito de "*SmartOffice*".

No início do ano de 2021 eram 15 imóveis/bases administrados pela área de Gestão Predial do Compartilhado. Ao longo do ano foram realizadas diversas ações de desmobilização/hibernação predial que, somadas a outras de redução de gastos, otimização da eficiência operacional das instalações e aumento das taxas de ocupação destes ativos, sem comprometer os níveis de segurança das pessoas, inclusive no que tange à prevenção e combate ao

Covid-19, foi possível alcançar uma redução de gastos na administração predial de 24% do orçamento original previsto para o período. Por outro lado, fomos impactados com índices de reajustes contratuais e de aluguéis superiores ao previsto.

Administração predial

Principais custos com serviços prediais em 2021:

- Aluguéis: R\$ 371,29 milhões
- Concessionárias: R\$ 59,14 milhões
- Depreciação: R\$ 32,20 milhões
- Gastos Condominiais: R\$ 167,20 milhões
- Impostos e Taxas: R\$ 24,34 milhões

Principais desafios

Para os próximos anos, com o advento do regime de teletrabalho permanente na Petrobras, no qual o empregado poderá trabalhar por até 3 dias da semana a partir de sua residência, a ociosidade dos espaços atuais aumentará. Portanto, será necessário realizar ações adicionais de otimização do uso de nossos espaços. A principal ação para dar conta desta demanda será a implantação dos espaços de "SmartOffice" em todos os imóveis da companhia. Tal ação permitirá que cada instalação seja capaz de basear um número de colaboradores maior do que sua capacidade de assentos. Assim, como um mesmo empregado trabalhará nas instalações da companhia apenas 2 dias na semana, nos demais dias, outros colaboradores poderão fazer uso da mesma estação de trabalho. Com isso, nossos imóveis passarão a ter taxas de ocupação ainda maiores sem gerar problema de falta de assentos para todos. Consequentemente, tal medida também nos habilitará a seguir na linha de devolução ou hibernação de outros imóveis.

Além disso, reajustes inflacionários acima do estimado poderão trazer impacto nos reajustes contratuais, especialmente nas locações de imóveis (EDISEN, EDIHB e EDIVIT) e o potencial aumento na volumetria e custos associados ao atendimento das orientações da EOR (Estrutura Organizacional de Resposta), motivados pela alta dos casos de Covid-19, podem impactar os diversos serviços prestados pelo Compartilhado.

Instalações Operacionais e Obras

A área de Serviços Compartilhados também atua na gestão de instalações operacionais da Petrobras e implementa melhorias necessárias com foco na garantia da conformidade legal, no atendimento aos requisitos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde e no suporte às áreas de negócio para continuidade operacional. Além disso, o Compartilhado também é responsável pelo planejamento e execução de obras civis em âmbito nacional, sejam elas em instalações operacionais ou prediais.

Em 2021, o Compartilhado suportou as unidades operacionais gerenciando serviços de conservação e limpeza; operação e manutenção predial e industrial; operação e manutenção de estações de tratamento de água (ETA) e de efluentes (ETE); fornecimento de alimentação, além de disponibilizar serviços técnicos especializados para toda a companhia.

As principais unidades operacionais atendidas foram: unidades de tratamento de gás (UTGs), usinas termoelétricas (UTES), refinarias, áreas de armazenagem, portos, aeroportos, estações de telecomunicações, centro de pesquisas (CENPES) e centro integrado de processamento de dados (CIPD).

O Compartilhado atuou fortemente com a remodelagem de sua estrutura funcional de modo a permitir maior matricialidade de atuação das equipes e times para ganhos de sinergia e atuação com maior eficiência de suas atividades em 2021.

Em 2021, a Gerência Executiva assumiu atividades nas refinarias da REPLAN e RPBC, incluindo áreas verdes, serviços de manutenção dentro do escopo acordado com as unidades, além do suporte à parada programada para a manutenção da REPLAN. Destaca-se ainda a modernização do modelo de atuação na atividade de alimentação no polo GASLUB cujos contratos foram alterados para o modelo de comodato, ocasionando uma melhoria na qualidade percebida da alimentação pelos colaboradores locais (valor percebido).

Merecem destaque também ações com forte viés de sustentabilidade como o programa ECOENPES em parceria com o CENPES com diversas iniciativas que permitiram dentre outros ganhos, o menor índice de consumo de água potável da história da unidade, assim como a menor média quando comparada a anos anteriores – média de 15,86m³ em detrimento a 18,5m³ em 2020 e o menor consumo mensal (recorde) em dezembro de 2021 com consumo de 11,28m³.

Outro fato relevante foi o programa COMPARTILHADO +SEGURO capitaneado pela Gerência Geral de Administração de Instalações Operacionais, o qual através de uma série de iniciativas agrupadas em categorias contribuiu para a redução da taxa de acidentados registráveis tanto nas instalações operacionais (2020 – 1,04 para 2021 – 0,44) quanto para o COMPARTILHADO (2020 – 0,43 para 2021 – 0,32).

Como responsável pelo planejamento e execução de obras civis em âmbito nacional, a área de Serviços Compartilhados tem em sua carteira os empreendimentos de melhoria de infraestrutura classificados como Investimentos Correntes, em conformidade com a Sistemática Corporativa de Projetos de Investimento (DI-1PBR-00215).

Os Investimentos Correntes são aqueles gastos classificados como investimentos cujo objetivo principal é a manutenção da capacidade dos ativos existentes, englobando os investimentos para a manutenção da operação dos ativos, além dos investimentos na infraestrutura cuja implantação não esteja associada diretamente e significativamente a outro projeto de investimento de capital (ampliação da capacidade).

Em 2021, a carteira de obras do Compartilhado teve um aumento expressivo em relação ao ano anterior, compreendendo 181 projetos de investimento corrente, dos quais 151 foram concluídos ainda em 2021.

Esses projetos visavam atender demandas de conformidade legal, requisitos de SMS, integridade das instalações, melhorias nos processos de negócios e demandas corporativas, sendo que um mesmo projeto pode atender a mais de uma necessidade.

Licitação e Contratos

Nossas contratações são regidas pela Lei 13.303/16, também denominada Lei das Estatais, que representou um marco regulatório para a atuação de empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, com o estabelecimento de procedimentos e responsabilidades. Esta lei determina que todas as contratações devem ser realizadas, em regra, por meio de licitação pública, ou seja, estarão abertas a quaisquer interessados que tenham condições de atender ao edital, conforme indicado em seu art. 28. Informações sobre a Lei nº 13.303/2016 e sobre as regras de contratação podem ser obtidas na internet, em nosso Canal Fornecedor.

Em atendimento ao art.40 da referida Lei, foi editado o Regulamento de Licitações e Contratos da Petrobras (RLCP), que entrou em vigor na data de sua publicação (15/01/2018), cuja última revisão ocorreu em 27/10/2021. O RLCP disciplina sobre as formas de contratar, as etapas a serem percorridas nas licitações, a gestão contratual e os procedimentos auxiliares, inclusive o cadastro de fornecedores.

Incentivamos que nossos fornecedores implementem programas de integridade, estabelecendo e aperfeiçoando continuamente sua governança, seus processos e seus controles, de forma a garantir o cumprimento das leis, normas e procedimentos aplicáveis às suas atividades.

Os principais documentos que estabelecem parâmetros para o relacionamento com nossos fornecedores são o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), o Guia de Conduta Ética para Fornecedores, o Guia da Qualidade para Fornecedores e a Política de *Compliance*. Esses documentos tratam de assuntos como conflitos de interesse, nepotismo, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e a questão de presentes, brindes e hospitalidade. Além disso, as nossas minutas contratuais contemplam cláusula de conformidade, que prevê obrigações de *compliance* e visa estabelecer uma relação de negócios com nossos fornecedores baseada na ética, na integridade e na transparência.

O Guia de Conduta Ética para Fornecedores da Petrobras, publicado em 2020, foi o primeiro documento produzido pensando exclusivamente em nossos fornecedores, com orientações sobre valores e comportamentos éticos. Este guia se aplica a todos os nossos fornecedores, independentemente de serem residentes ou não no Brasil, incluindo suas coligadas e controladas, que estejam envolvidos em processos negociais (licitações, pré-qualificações e contratação direta), bem como aqueles que celebrem instrumentos jurídicos conosco (contrato, convênio, termo de cooperação, dentre outros).

Conforme estabelecido em nosso Guia de Conduta Ética para Fornecedores, estamos comprometidos com os mais altos padrões de integridade, responsabilidade social e ambiental e com a conduta ética. Nossos fornecedores devem prover condições de trabalho seguras, tratar seus trabalhadores com dignidade e respeito, agir de forma íntegra e ética, e estarem em total conformidade com as regulamentações e leis aplicáveis. Baseado nesse guia e nos padrões com as orientações para fiscalização de contratos de bens e serviços, verificamos a conformidade da

execução das cláusulas contratuais quanto aos aspectos relacionados à segurança, ao meio ambiente e à saúde, bem como à responsabilidade social. Além disso, monitoramos a conformidade dos fornecedores por meio do sistema de gestão de desempenho, conforme reforçado em nosso Guia da Qualidade para Fornecedores ([Canal Fornecedor Petrobras](#)).

A cadeia de fornecedores, ao prover bens e serviços, tem papel relevante no atendimento das metas do nosso Plano Estratégico (PE) e na garantia da continuidade operacional. O resultado esperado da gestão de fornecedores é que o suprimento de bens e serviços aconteça de acordo com as nossas necessidades, respeitando os normativos legais e os princípios do Código de Ética.

De forma a estruturar a tomada de decisão em todos os processos de contratação, divulgamos oito princípios a serem aplicados em todas as contratações e na gestão contratual, por todas as nossas áreas, tornando nossos processos mais simples, céleres e seguros a fim de buscar a economicidade e contribuir com o PE da companhia.

Comunicação Ativa e Transparente com nossos Fornecedores

O engajamento com o mercado fornecedor se dá por meio de ações de relacionamento direcionadas a toda base de fornecedores, sendo o Canal Fornecedor (www.canalfornecedor.petrobras.com.br) o principal veículo de relacionamento e o Portal [Petronect](#) a plataforma utilizada para operacionalização de nossos processos de contratação e cadastro de fornecedores.

No Canal Fornecedor da Petrobras disponibilizamos informações institucionais aos nossos fornecedores de bens e serviços. É neste canal que divulgamos nossas regras de contratação, orientações sobre os processos de cadastro, habilitação e pré-qualificação de fornecedores, especificações técnicas, minutas de contratos, bem como esclarecemos o funcionamento de licitações e contratos e ações referentes a *compliance*. Adicionalmente, o Canal Fornecedor contempla ferramentas que propiciam acesso às nossas bases de dados públicas, como o Histórico e Projeções em Contratos, que viabiliza o acesso prático e personalizado às informações de contratos e licitações, visando auxiliar as empresas a mapear potenciais oportunidades de participação em licitações públicas.

O Portal Petronect apresenta informações públicas e operacionais referentes aos nossos processos de contratação e cadastro de fornecedores. É amplamente acessível e possibilita, além da realização dos processos, a avaliação, a habilitação, a pré-qualificação e o cadastramento de fornecedores, de forma eletrônica, com segurança e rastreabilidade.

Quando iniciamos uma contratação no Portal de Compras Petronect, a comunicação com as empresas participantes ocorre exclusivamente por meio do mesmo, garantindo a isonomia, transparência e rastreabilidade do processo. Ainda por meio deste portal, conduzimos a gestão da nossa base de fornecedores (Portal Cadastro), onde estabelecemos requisitos técnicos, econômicos, legais, e de SMS (Segurança, Meio Ambiente e Saúde) para avaliar os fornecedores e potenciais fornecedores.

Ainda como ferramenta de engajamento, promovemos o Prêmio Melhores Fornecedores, onde anualmente reconhecemos os fornecedores que se destacaram nos seus nichos de mercado por seu alto desempenho no suprimento de bens e serviços para a Petrobras.

No caso dos fornecedores internacionais, promovemos eventos em parceria com representações diplomáticas voltados para empresas estrangeiras, no intuito de esclarecer dúvidas e fomentar a participação desse público em nossas licitações.

De forma a ampliar a capilaridade de nossas ações de comunicação, realizamos encontros mensais por meio de lives onde convidamos todos os fornecedores de nossa base, com o principal objetivo de estabelecer uma comunicação direta e frequente, bem como compartilhar informações relevantes acerca dos nossos processos de suprimentos e outros temas relacionados à cadeia de fornecedores.

Visando estreitar o relacionamento e parceria com foco na melhoria contínua, demos início à promoção de treinamentos ao mercado fornecedor, com o recém-lançado treinamento em “Qualidade de Bens” (na modalidade EAD), que busca capacitar os fornecedores nos principais conceitos e processos associados à gestão da qualidade e aos requisitos solicitados em nossas contratações. Outros treinamentos de capacitação serão disponibilizados ao longo do tempo.

Reforçando os canais de comunicação com o mercado fornecedor, nossa Ouvidoria coordena o atendimento aos pedidos e reclamações enviados por fornecedores e licitantes, os direcionando para os canais internos específicos de atendimento a fornecedores.

Perfil das nossas Contratações

Não divulgamos informações consolidadas por tipos de serviços. Contudo, publicamos no [Relatório de Sustentabilidade](#) dados consolidados sobre o nosso perfil de contratação, conforme consta nas páginas 225 e 227 desse relatório, tópico “Cadeia de Fornecedores”, conforme apresentado a seguir:

Em 2021, a controladora firmou compromissos com 9.751 fornecedores e, considerando o valor total dos contratos e pedidos celebrados no ano, 55,43% são referentes a contratações com fornecedores sediados no Brasil. Destacamos que, excluindo as contratações de navios de produção (FPSO), que contemplam desembolsos a serem efetuados nos próximos 20-25 anos, o percentual em valor dos compromissos assumidos com fornecedores nacionais foi de 89,43%. Ressaltamos que os contratos de FPSO firmados esse ano possuem obrigatoriedade de realização de conteúdo local entre 25% e 40%.

VOLUME COMERCIALIZADO

Empresa	Número de Fornecedores com Compromissos Celebrados em 2021	Contratos Celebrados em 2021	Pedidos Celebrados em 2021	Montante de Transações (R\$ milhões)
Petrobras Controladora	9.751	4.292	207.481	239.854,92 ⁹

PERFIL DAS NOSSAS CONTRATAÇÕES

Empresa	Fornecedores Com Negócios Até R\$ 100 MIL	Fornecedores Com Negócios Entre R\$ 100 Mil E R\$ 1 Milhão	Fornecedores Com Negócios Entre R\$ 1 Milhão E R\$ 5 Milhões	Fornecedores Com Negócios Superiores A R\$ 100 MIL
Petrobras Controladora	67,80%	15,40%	14,93%	1,87%

Em relação ao perfil de contratações de bens e serviços, não houve mudanças significativas em 2021 em relação ao ano anterior, sendo que as principais categorias contratadas ao longo de 2021 foram:

_Petrobras Controladora: Afretamento de plataformas de produção, afretamento de sondas, serviços de poços, engenharia, aquisição, construção e instalação (*Engineering, Procurement, Construction and Installation – EPCI*), operações submarinas, linhas flexíveis, válvulas, tubos, afretamento aéreo, afretamento de navios e embarcações especiais, produtos químicos e catalisadores, serviços de geofísica, engenharia, aquisição e construção (*Engineering, Procurement and Construction – EPC*) e manutenção de equipamentos.

Apesar das contratações da Petrobras de maior valor e complexidade serem conduzidas por meio de licitação, realizamos contratações diretas (sem prévia licitação) nos seguintes casos:

I – Inaplicabilidade de Licitação, prevista no Art. 28, § 3º da Lei nº 13.303, que representaram 0,5% do valor total das contratações diretas de 2021;

II – Dispensa de Licitação, nas hipóteses descritas, em rol taxativo, no Art. 29 da Lei nº 13.303, que representaram 10,9% do valor total das contratações diretas de 2021;

III – Inexigibilidade de Licitação, nos casos de inviabilidade de competição, na forma do Art. 30 da Lei nº 13.303, que representaram 88,6% do valor total das contratações diretas de 2021.

⁹ Do valor total contratado pela Petrobras Controladora em 2021, R\$ 4.882,15 milhões foram firmados com participações societárias.

Programas de Fomento à Cadeia de Fornecedores

De modo a suportar a cadeia de fornecedores e promover o aprimoramento do desempenho dos contratos, disponibilizamos dois programas de fomento para a indústria de óleo e gás – Progredir e Programa Mais Valor.

Em 2012 lançamos o Progredir que tem como objetivo viabilizar a oferta de crédito em volume e condições competitivas para nossa cadeia de fornecedores, com definição de regras de relacionamento entre os ofertantes e tomadores de crédito que minimizam riscos. Esta solução é gerida atualmente pela *fintech* parceira IDTRUST.

De forma a complementar as ações de fomento à cadeia de fornecedores, lançamos em 2020 o Programa Mais Valor, que consiste em uma ferramenta de soluções financeiras para os nossos fornecedores, com foco no estímulo à cadeia produtiva de óleo e gás no Brasil, oferecendo a oportunidade de antecipação das faturas de bens entregues ou serviços já realizados.

Esta plataforma amplia o acesso das empresas a operações de capital de giro com taxas mais atrativas junto aos bancos parceiros, utilizando o risco de pagamento da nossa companhia (risco sacado) e trazendo um novo conceito: o leilão reverso. As antecipações são realizadas 100% online, de forma simples, rápida e segura.

O programa faz parte de uma agenda de soluções financeiras que tem o propósito de trazer robustez à cadeia de fornecimento e de construção de relacionamentos produtivos para que possamos implementar projetos de forma mais ágil e econômica, estando disponível para faturas em moeda nacional.

Os fornecedores interessados devem se cadastrar por meio do endereço <https://programamaisvalor.monkey.exchange/>

O programa 'Mais Valor' atingiu em 2021 mais de R\$ 9,5 bilhões em operações realizadas, cerca de 55 mil faturas foram antecipadas e 1,7 mil fornecedores foram cadastrados no programa desde dezembro de 2020.

Principais desafios e ações futuras

Em 2021, aprimoramos o monitoramento ativo do mercado fornecedor por meio da utilização de bases de dados externas que proveem informações financeiras, ratings, estrutura societária e monitoramento de mídias de nossos fornecedores. A utilização destas ferramentas proporciona uma análise mais abrangente e estratégica junto ao mercado fornecedor, possibilitando um relacionamento mais próximo com o mesmo e a mitigação de riscos de fornecimento.

Adicionalmente, desenvolvemos uma agenda de iniciativas associadas à redução da emissão de carbono junto aos nossos fornecedores, parceiros e demais integrantes da nossa cadeia de suprimentos. Estas iniciativas estão alinhadas com o nosso PE 2022-26 e refletidas diretamente em ações em curso no processo de suprimento de bens serviços, tais como:

- Soluções de novas tecnologias para descarbonização;

- Ações de engajamento prévio e comunicação com o mercado fornecedor, com destaque para as dimensões de sustentabilidade; e
- Alinhamento de incentivos associadas à implementação de ações operacionais para redução da emissão de carbono.

Deste modo, a nossa política de contratação de bens e serviços está sendo gradativamente aprimorada, visando considerar requisitos de sustentabilidade. Neste contexto, inclusive, já existem mecanismos contratuais implementados que incentivam a redução de emissões, como exemplo, na operação de embarcações e sondas de perfuração.

De forma a sustentar as nossas ações para transição para economia de baixo carbono, emitimos diretrizes para incentivo à cadeia de fornecedores, como a revisão do Guia de Conduta Ética para Fornecedores, o lançamento do Guia da Qualidade para Fornecedores, além de recentemente ingressarmos no programa *CDP Supply Chain 2022*, que busca mapear e monitorar as emissões de nossos fornecedores críticos.

Tecnologia da Informação

A Gerência Executiva de Tecnologia da Informação e Telecomunicações - TIC realiza anualmente o desdobramento do Plano Estratégico da Petrobras em sua área de atuação e documenta seu resultado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Telecomunicações – PDTIC.

O PDTIC é orientado pelas estratégias da Petrobras, em especial a de “Transformar digitalmente a Petrobras, e desenvolver as competências críticas para uma cultura de alto desempenho, integridade e custos competitivos, criando soluções inovadoras para os novos desafios, com alto padrão de segurança da informação”. Nele encontra-se definido o propósito da TIC: “Tornar simples, acessível e ágil o uso de tecnologias digitais”.

Esse propósito, por sua vez, norteia os direcionadores e iniciativas estratégicos da TIC que apoiam a companhia a atingir seus objetivos. Destaca-se a atuação ágil e adaptável, a busca por inovação, o foco em experiência do usuário e a orientação para uma arquitetura moderna, que seja escalável, automatizada, segura e “*cloud-first*” (ambiente de nuvem como prioridade). Por fim, destaca-se também a aplicação da tecnologia como método através da qual realizamos estratégia da Petrobras, além do uso de dados como ativos de negócio.

Desta forma, a TIC tem como incumbência a entrega de soluções e conectividade para a companhia, o chamado “*Go Digital*”. Este é um dos eixos de atuação da Diretoria de Transformação Digital e Inovação, sendo centrado em habilitar a transformação digital e a jornada de agilidade da companhia com plataformas tecnológicas e a inserção de tecnologia no centro de todos os negócios. Com isso, cria-se valor em todos os processos da cadeia de valor da Petrobras.

Em 2021, a TIC realizou importantes entregas de soluções para as áreas de negócio. Destacam-se a aplicação de *Digital Twins* com inteligência artificial no Refino e Gás Natural (benefícios financeiros estimados em US\$ 196MM/ano) e no *Upstream* (gestão da integridade com foco no monitoramento da corrosão e planejamento da carteira de pintura).

Em 2021, foi ampliada de forma significativa a capacidade computacional de alto desempenho da companhia, com a entrada em produção do DRAGÃO, supercomputador que se junta ao Atlas e a Fênix como as maiores (Top 500) e mais ecológicas (Green 500) máquinas da América Latina. Juntas, permitem a redução do risco exploratório, agilizam o desenvolvimento dos campos e alavancam a produção de petróleo). Implantamos também solução de aprendizado de máquina para aprimorar a detecção de desenquadramento quanto ao teor de óleo e graxas (TOG) das unidades *offshore* e a entrega de soluções de produtividade baseadas em nuvem, que transformaram a nossa forma de trabalhar.

Em relação aos projetos e iniciativas de TIC que suportam o tema de segurança da informação, destaca-se a adoção do *Microsoft Defender*, nova solução de proteção para os desktops, notebooks e servidores, mais integrada ao Windows e que permite uma resposta mais ágil à incidentes de segurança da informação. Ao longo de 2021, também houve a consolidação das ferramentas de Gestão de Identidades e Acessos em uma nova ferramenta chamada Identidade Petrobras, robustecendo o processo de gestão de acessos, reduzindo riscos materiais e simplificando os controles SOX, além de novos canais e interfaces para a força de trabalho trocar a senha e recuperar o acesso em suas contas. Além disso, tivemos entregas importantes relacionadas à revisão e implantação de novas políticas de segurança na infraestrutura de servidores e estações e aperfeiçoamento do processo de gestão de vulnerabilidades, aumentando a resiliência dos ambientes administrados pela TIC contra os ataques cibernéticos.

Nossos principais desafios, ações e iniciativas para apoiar a companhia a atingir seus objetivos estratégicos estão agrupados em Programas Habilitadores e Iniciativas Estruturantes para o negócio.

Os Programas Habilitadores são: (i) Fazer o básico bem feito; (ii) Transformar a TIC; (iii) Fazer mais com menos; (iv) Eliminar restrições tecnológicas; e (v) Um Passo à Frente. Tais programas abrangem desde a prestação de serviços essenciais, conforme as necessidades e expectativas da companhia, com disciplina de custos e geração de valor, até as ações transformadoras que suportarão o salto tecnológico que a estratégia da companhia demanda.

Já dentre as iniciativas estruturantes da TIC para o negócio e áreas corporativas, podemos destacar:

- Computação em Alto Desempenho (supercomputadores para processamento geofísico, que foram eleitos os maiores e mais ecológicos da América Latina)
- Plataforma Integrada de Dados do E&P
- Malha Óptica Submarina da Bacia de Santos
- Governança para os COIs – Centros de Operação Integrados (consolidado de propostas necessárias para estruturar, através de ações e soluções, a governança e o atendimento da TIC aos COIs e SCR's (Salas de Controle Remotas) da UN-BC, UN-BS, UN-ES e Búzios
- Digital Twins para a área de Refino (Criação do Ambiente Colaborativo, Integrado e Automatizado de Otimização, permitindo ajustes antecipados nos parâmetros operacionais nas Unidades Industriais do Refino)

- A implantação de um novo sistema de Gerenciamento de Relacionamento com Clientes (CRM) baseado em nuvem,
- Um novo sistema para gerenciamento integrado de processamento de Gás Natural (SIP).

Destacamos também o projeto #TranS4mar (Implantação do SAP 4 HANA), integrações de Dados, *Analytics* e IA, além de novas entradas de módulos no SIRH (Sistema Integrado de Recursos Humanos), com implantação de soluções de *Employee Central, Recruiting, Onboarding e Compensation II* para atender aos processos do RH.

A Governança do Portfólio de TIC objetiva otimizar o uso dos recursos e alinhar os projetos e épicos de TIC às estratégias da companhia. Para contribuir com o alcance destes objetivos, a Governança possui, em sua estrutura, um comitê de TIC (CTIC) e comissões de TIC (COMTIC), que representam as áreas de negócios e corporativas, com as seguintes formações e responsabilidades/atribuições:

· CTIC (Comitê de Tecnologia da Informação e Telecomunicações) - formado por gerentes de nível executivo, cada um representando uma Diretoria da empresa. Tem como atribuição validar o desdobramento da estratégia da companhia para a função TIC, aprovar a alocação do orçamento anual da função TIC para o portfólio e monitorar o seu desempenho, em alinhamento às orientações estratégicas da companhia.

· COMTIC (Comissões de Tecnologia da Informação e Telecomunicações) - uma COMTIC por Diretoria, cada uma formada por gerentes de nível tático representando cada área daquela Diretoria. Devem apoiar o CTIC no desempenho de suas atribuições, avaliar e priorizar o Portfólio de TIC, e monitorar a alocação do orçamento anual da Função TIC para a área a qual representa, em alinhamento com as orientações do CTIC.

Em 2021 foram celebrados 199 contratos, entre bens, serviços e softwares, totalizando R\$ 4,92 bilhões. Os 10 maiores contratos celebrados totalizam R\$ 1,99 bilhão, onde destacam-se a contratação de licenciamento de *software*, atualização tecnológica e treinamento dos softwares *Geovation* e *Tornado*, assim como a aquisição de supercomputadores para geologia e geofísica.

Desempenho da área de Tecnologia da Informação

Montante de Recursos Aplicados em Tecnologia da Informação (R\$ milhões)			
	Despesas Contratadas	Despesas Pagas	% R/P
Grupo de Natureza da Despesa	2021	2021	
Investimento	R\$ 1.980,73	R\$ 1.746,62	88%
Custeio	R\$ 2.736,87	R\$ 2.473,80	90%
Total	R\$ 4.717,61	R\$ 4.220,42	89%

Justificativa para a parte não realizada:

- Investimentos da carteira de Transformação Digital afetados pela não entrada do contrato de outsourcing para ampliar a capacidade de entrega da área.
- Mudança no perfil de fornecimento de licenças de software, migrando de um modelo perpétuo (Investimento) para subscrição (Custeio), o que tem provocado algumas variações entre naturezas.
- Custeio impactado pela reprogramação de contratos da Gerência Executiva de Segurança da Informação, assim como alguns contratos de infraestrutura de TIC. Também se destaca uma baixa realização no contrato de nuvem, resultante da limitação de capacidade (HH) disponível para a implementação de soluções deste tipo.

Segurança da Informação

A área de Segurança da Informação desempenha um papel fundamental em nosso dia a dia, sendo tratada como prioridade e considerada um facilitador de inovação em nossa jornada de transformação digital. A Gerência Executiva de Segurança da Informação (*CISO – Chief Information Security Officer*), se reporta diretamente ao Diretor de Transformação Digital e Inovação e tem a responsabilidade de conduzir as iniciativas de segurança da informação, estabelecendo estratégias e diretrizes alinhadas aos objetivos de negócio e recomendando investimentos para mitigação dos riscos que fortaleçam as defesas, reduzam vulnerabilidades e garantam a proteção adequada dos ativos críticos.

Desde 2020 dispomos de um Centro de Excelência em Tratamento e Resposta a Eventos de Segurança, que se concentra na proteção cibernética de nossos ativos tecnológicos e operacionais, incluindo sistemas de controle e automação industrial. Dessa forma, contamos com processos sólidos de proteção de nossos ambientes digitais, em linha com as melhores práticas do mercado e com o aprimoramento constante de ações preventivas.

Com base em referenciais e benchmarks com pares da indústria de petróleo e gás, desenvolvemos um plano de trabalho consistente no que diz respeito à maturidade da gestão de segurança, tanto no ambiente corporativo quanto de automação.

Com a continuidade da pandemia de COVID-19, permaneceu o desafio de fornecer e aprimorar ferramentas que possibilitam o trabalho seguro em home office para grande parte da força de trabalho.

Potencializar a sensibilidade dos nossos controles de segurança para identificar e bloquear possíveis ameaças, além de promover conscientização em segurança da informação, são demandas contínuas e crescentes, dado o cenário global.

Privacidade é outro tópico relevante para a Petrobras, pois vemos a legislação sobre proteção de dados pessoais como uma oportunidade para evoluir nosso grau de maturidade, agregando melhorias contínuas a este processo. Para tanto, criamos um programa interno de adaptação à Lei brasileira 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados, “LGPD”), com abordagem multidisciplinar e dedicada, que, por meio de um modelo de governança, incluindo um escritório de privacidade (conjunto de processos, sistemas e pessoas para gerir e tratar privacidade), adoção de medidas técnicas e administrativas para responder aos requisitos legais, mitigar riscos de vazamento de dados e garantir os direitos de dados de seus funcionários e partes interessadas.

Transformação Digital

Em 2021, demos continuidade à adoção de metodologias e mentalidade que sustentam uma cultura de inovação digital voltada à geração de resultados. Nesse sentido, destacamos a ampliação de: i) Iniciativas de inovação corporativa; ii) Aplicação de metodologias e práticas ágeis; iii) Transformação *lean* e robotização e digitalização de processos; e (iv) uma Academia de Transformação Digital.

Nossa Iniciativa de Inovação Corporativa busca acelerar times de inovação da companhia, fornecendo apoio, sustentação, orientação, treinamento e canais de acesso ao ecossistema de inovação externo. Em 2021, destacam-se as entregas: (i) programa de startups internas; (ii) programas para estudantes baseados em desafios; e (iii) conexão de startups e ecossistema de inovação.

Nossos objetivos buscam ir além dos benefícios financeiros de forma a também promover o intraempreendedorismo que fomente a “cultura de dono” e responsabilidade nos empregados. O caminho a seguir é expandir seu papel como um “hub” e acelerador de inovação, permitindo que a empresa forneça com rapidez e precisão o primeiro passo no ciclo de vida da inovação, conectado aos ecossistemas de inovação.

A Petrobras continuou avançando no uso da agilidade para acelerar resultados e estimular a inovação. Em 2021, ampliamos de 100 para mais de 400 times ágeis que já estão presentes em 70% de nossas unidades de negócios. O Centro de Excelência em Ágil oferece treinamento e suporte direto de *coaches* (orientadores) ágeis, viabilizando iniciativas de transformação digital, a adoção de agilidade em escala e a implantação de novos modelos de trabalho em toda a organização.

O Centro de Excelência em Robotização e Digitalização de Processos (CERD), continuou repensando nossos processos internos, capacitando-os para a transformação digital. Desde sua criação, em 2020, o CERD já otimizou, digitalizou, robotizou ou automatizou mais de 250 processos. Essas soluções geram uma economia da ordem de 60 mil HH/mês. Foi reforçado o papel do Arquiteto de Processos, responsável por garantir uma visão integrada e

enxuta de nossos processos, com foco no atendimento das necessidades dos clientes e liderar a implementação da tecnologia em parceria com profissionais de tecnologia conforme as necessidades do negócio.

Estes programas são sustentados por investimentos em programas de educação digital para os colaboradores. Desde o segundo semestre de 2020, nossa Academia de Transformação e Inovação Digital garante que os funcionários tenham disponíveis os treinamentos necessários de capacitação e requalificação. Desde a sua criação, nossos colaboradores concluíram 21.850 cursos ministrados pela Academia UP TDI para desenvolvimento de suas competências nas áreas de Dados, Agilidade, Segurança da Informação, *Cloud*, entre outras. Além dos cursos disponíveis, o portfólio atual possui 61 programas de requalificação que permitem à empresa aumentar o número de profissionais qualificados, como cientistas de dados, analistas de dados, arquitetos de nuvem, analistas de segurança, "*product owners*", entre outros especialistas papéis em tecnologia.

Gestão de Custos

O Plano Estratégico 2022-2026 inclui iniciativas para otimizar e reduzir custos com o objetivo de maximizar o retorno para o acionista em linha com o pilar "Busca Incessante por custos baixos e eficiência".

A companhia possui uma área responsável por gerir o processo de gestão contábil de custos, de custeio da produção, de controle contábil das operações comerciais e pela contabilidade de suprimentos e de estoques de materiais, visando o suporte à elaboração das demonstrações contábeis da Controladora, Subsidiárias e do Consolidado e ao apoio contábil às unidades organizacionais da Petrobras, tendo como base a otimização de seus recursos, o uso do sistema integrado em sua plenitude e o estímulo à implementação e avanço de ações de transformação digital, zelando pela integridade e adequação das bases de gastos do SAP às normas, procedimentos, legislação e pronunciamentos contábeis emitidos internamente na companhia e/ou pelos órgãos reguladores dos mercados em que a Petrobras atue, bem como garantir a correta orientação e assessoramento às unidades e/ou empresas apoiadas sobre procedimentos de apropriação de gastos de forma correta e tempestiva nos módulos de origem de dados no SAP ERP.

Compromissos de Sustentabilidade

Nossa estratégia de sustentabilidade baseia-se no firme compromisso de acelerar a descarbonização de nossa companhia e de atuar sempre de forma ética e transparente, com segurança em nossas operações e respeito às pessoas e ao meio ambiente. Temos a ambição de atingir a neutralidade das emissões de gases de efeito estufa (net zero) das operações sob nosso controle (escopo 1 e 2), e também a intenção de influenciar para atingir o mesmo em ativos não-operados, em prazo compatível com o estabelecido pelo Acordo de Paris.

Atuamos em ações de descarbonização há mais de uma década e alcançamos uma trajetória de redução progressiva de emissões operacionais. Essas ações incluem, principalmente: redução da queima de gás natural em tocha, reinjeção de CO₂, ganhos de eficiência energética e controle de perdas nas operações.

Nosso modelo estratégico tem como princípio produzir petróleo e gás compatível com cenários de descarbonização acelerada da sociedade, adotando o conceito da dupla resiliência: econômica, resiliente a cenários de baixos preços de petróleo, e ambiental, com baixo carbono.



Para mais informações sobre compromissos de natureza Ambiental, Social e Governança, acessar o Relatório de Sustentabilidade 2021, capítulos "Sustentabilidade", disponível no seguinte link: [Relatórios Anuais - Petrobras \(investidorpetrobras.com.br\)](https://investidorpetrobras.com.br)

Gestão Orçamentária e Financeira

Orçamentária

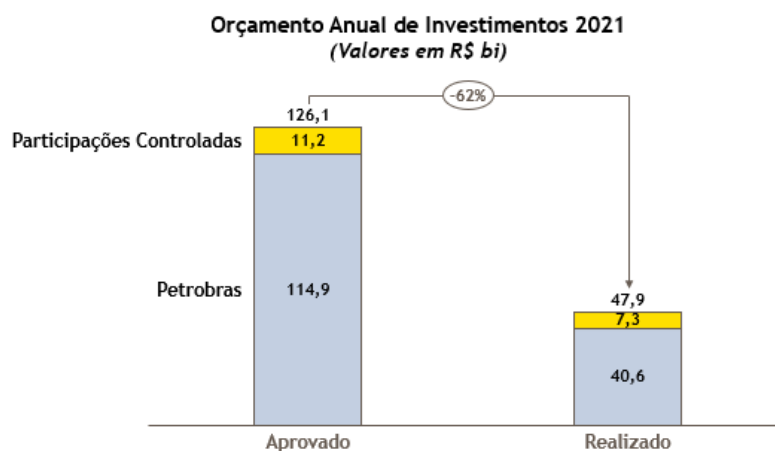
O orçamento de investimentos da Petróleo Brasileiro SA e de nossas participações controladas é aprovado anualmente pelo Congresso Nacional, conforme legislação orçamentária vigente no Brasil para as empresas controladas direta ou indiretamente pela União Federal. O Orçamento de Investimentos de 2021 foi aprovado pela Lei 14.144/2021 (Lei Orçamentária Anual 2021) e suas suplementações.

A dotação total aprovada em 2021 para a Petrobras e suas participações societárias controladas foi de R\$ 126,1 bilhões. Foram realizados investimentos totais de R\$ 47,9 bilhões em 2021, com destaque no desenvolvimento da

produção em águas ultra-profundas do polo pré-sal da Bacia de Santos, investimentos em paradas programadas de manutenção em nossas refinarias e na Unidade de Processamento de Gás Natural do Polo Gaslub (Rota 3).


O total realizado, R\$ 47,9 bilhões, corresponde a 38% da dotação aprovada. A realização a menor decorreu, principalmente, da menor necessidade de nacionalizações previstas decorrentes das mudanças introduzidas pelo regime tributário conhecido como REPETRO-SPED (Lei 13.586/2017), em relação ao aprovado pois elas foram concluídas ainda no ano de 2020.

No gráfico abaixo destacamos, a Petróleo Brasileiro S.A. das suas participações societárias controladas, tendo em vista que, a Petrobras corresponde a cerca de 85% tanto da dotação aprovada quanto do orçamento realizado. As demais empresas totalizam cerca de 15% tanto do realizado quanto da dotação aprovada. Em conformidade com a norma constitucional, que veda a realização de investimentos que excedam os créditos orçamentários aprovados, executamos nossos investimentos dentro dos limites aprovados pelas autoridades competentes.



Desempenho Financeiro

- Foco na geração de valor

SEGMENTO DE NEGÓCIO				CORPORATIVO			
Reservas	1,97 bilhão boe incorporados em 2021	Metas de produção atingidas	2,8 Mboed em 2021 com participação de 70% do pré-sal	Meta de dívida bruta atingida	Antecedência de 15 meses	Índice Dow Jones de Sustentabilidade	Retorno ao índice após 6 anos
Sistemas de produção	Conclusão do ramp-up da P-70 e início do FPSO Carioca	Leilão de energia	Venda de 8 MM m ³ /d gerando receita fixa de R\$ 17 bi até 2041	Melhora no rating	Elevação de nota de crédito pela Moody's	Aprimoramento da política de dividendos	Previsibilidade com dividendo mínimo e periodicidade trimestral
Sépie e Atapu	Aquisição de direitos de exploração	Recordes Diesel S-10	Aumento de 38% nas vendas e 10% na produção	Gestão de Portfólio	Entrada de US\$ 5,6 bilhões* destaque para RLAM e BR	Resultados Anuais	EBITDA recorrente US\$ 43,5 bi FCL US\$ 31,5 bi
Fator de utilização (FUT)	FUT médio de 83% maior nos últimos 5 anos	Abertura do refino	Closing RLAM signings REMAN e Unidade de Xisto (SIX)	Avanços em Governança	Conclusão das obrigações no acordo com o DoJ		Troféu transparência DFs 2021

Distribuição dos resultados gerados



* Valores em US\$ convertidos pela taxa de câmbio de fechamento de 2021. O valor a ser recebido pelos investidores de ADRs dependerá da taxa de câmbio vigente à época do pagamento

Fluxo de caixa operacional de R\$203,1 bilhões em 2021, com um fluxo de caixa livre de R\$169,0 bilhões. Sólido EBITDA de R\$234,6 bilhões e R\$106,7 bilhões para o lucro líquido, com um retorno aos acionistas de R\$ 72,7 bilhões em forma de dividendos e juros sobre capital pagos no ano de 2021.

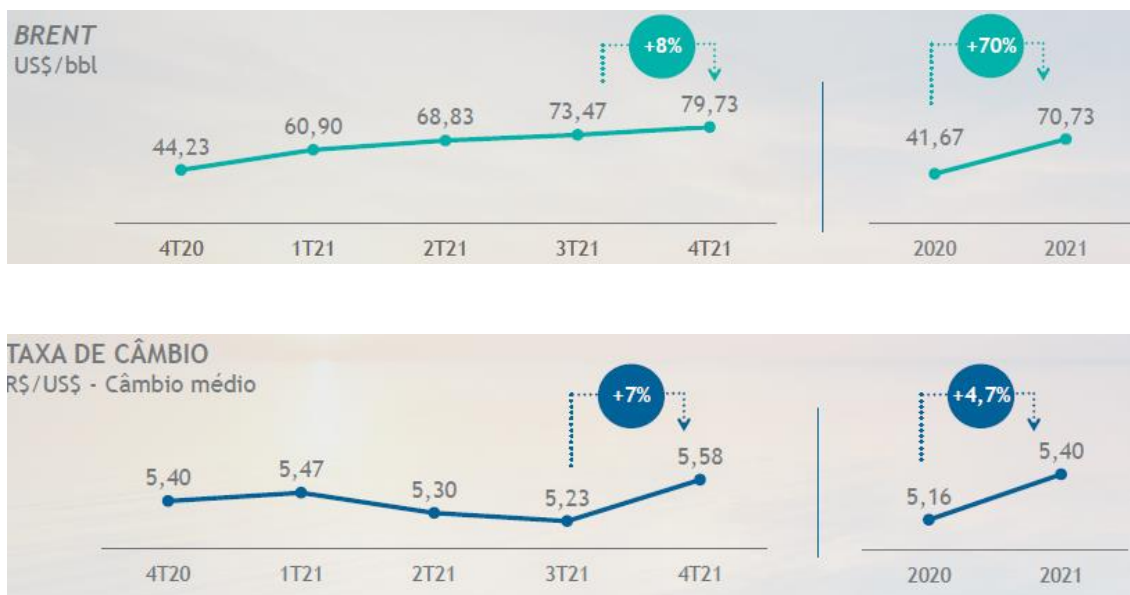
Nosso Conselho de Administração propôs uma distribuição de dividendos em 2021 no valor de R\$ 101,4 bilhões, superior ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro ajustado.

Considerando o lucro líquido do exercício e o cumprimento da meta de endividamento, o valor dos dividendos propostos pela companhia foi baseado na política de distribuição aos acionistas, equivalente a 60% da diferença

entre o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (R\$ 203.126 milhões) e caixa utilizado na aquisição de imobilizado e intangível (R\$ 34.134 milhões), resultando em uma distribuição de R\$ 101.395 milhões, o que equivale a US\$ 18.541 convertidos com base na taxa de câmbio vigente na data de aprovação cada antecipação e no câmbio de fechamento dos dividendos complementares.

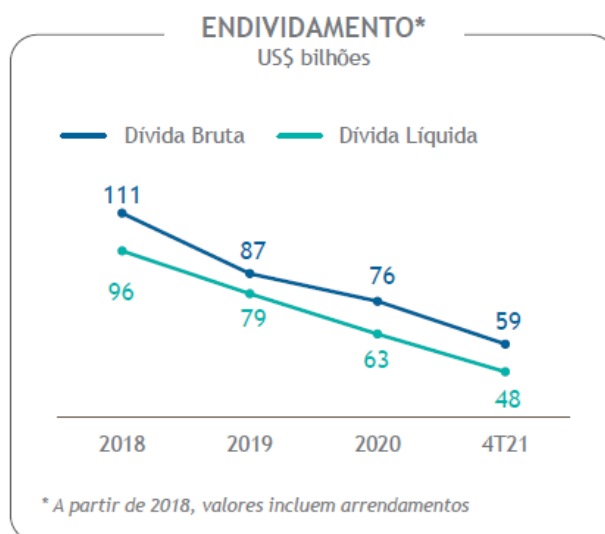
Preços do petróleo e câmbio

Valorização do *Brent* e depreciação do real



No ano, os resultados da companhia foram favorecidos pelo movimento de recuperação do Brent, que se valorizou 70% em relação ao ano marcado pior crise da indústria dos últimos 100 anos. Houve também a desvalorização de 4,7% do Real frente ao Dólar.

- **Desalavancagem**



US\$ milhões	31.12.2021	31.12.2020
Dívida Financeira	35.700	53.888
Mercado de capitais	22.031	30.137
Mercado bancário	9.762	18.597
Bancos de fomento	769	1.516
Agências de créditos à exportação	2.951	3.424
Outros	187	214
Arrendamentos	23.043	21.650
Dívida bruta	58.743	75.538
Disponibilidades ajustadas	11.117	12.370
Dívida líquida	47.626	63.168
Dívida líquida/(Dívida líquida+market cap) - Alavancagem	41%	47%
Taxa média dos financiamentos (% a.a.)	6,2	5,9
Prazo médio da dívida (anos)	13,39	11,71
Índice de Dívida Líquida/LTM EBITDA Ajustado	1,09	2,22
Índice de Dívida Bruta/LTM EBITDA Ajustado	1,35	2,66
R\$ milhões		
Dívida Financeira	199.224	280.038
Arrendamentos	128.594	112.510
Disponibilidades ajustadas	62.040	64.280
Dívida Líquida	265.778	328.268

Uma das grandes conquistas de 2021 foi a redução do nosso endividamento. Nossa dívida líquida que teve uma redução de US\$ 15 bilhões, fechando o ano em US\$ 48 bilhões. A dívida bruta apresentou uma queda de US\$ 17 bilhões, atingindo patamar de US\$ 59 bilhões, superando assim a meta de endividamento bruto estabelecido no Planejamento Estratégico com 15 meses de antecedência.

• EBITDA

R\$ milhões	2021	2020	2021 X 2020
Receita de vendas	452.668	272.069	66,4
Lucro bruto	219.637	123.962	77,2
Despesas operacionais	(17.233)	(71.069)	(75,8)
Lucro líquido - Acionistas Petrobras	106.668	7.108	1400,7
Lucro líquido recorrente - Acionistas Petrobras *	83.285	13.244	528,9
Fluxo de caixa operacional	203.126	148.106	37,1
Fluxo de caixa livre	168.992	118.132	43,1
EBITDA ajustado	234.576	142.973	64,1
EBITDA ajustado recorrente *	234.069	126.997	84,3
Dívida bruta (US\$ milhões)	58.743	75.538	(22,2)
Dívida líquida (US\$ milhões)	47.626	63.168	(24,6)
Dívida líquida/LTM EBITDA Ajustado (x) **	1,09	2,22	(50,9)
Dólar médio de venda	5,40	5,16	4,7
Brent (US\$/bbl)	70,73	41,67	69,7

Em 2021, o EBITDA ajustado e o ajustado recorrente foram de R\$ 234,6 bilhões e R\$ 234,1 bilhões, um aumento de 64,1% e 84,3% respectivamente, impulsionado pela recuperação do *Brent* e das margens internacionais de derivado em 2021.

Reconciliação do EBITDA ajustado por Segmento de Negócio 2021 - em R\$ milhões

R\$ milhões	E&P	RTC	GÁS & ENERGIA	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Lucro líquido (prejuízo) das operações	125.798	31.083	(717)	(39.395)	(9.505)	107.264
Resultado financeiro líquido	-	-	-	59.256	-	59.256
Imposto de renda/Contribuição social	64.477	13.440	(641)	(28.068)	(4.897)	44.311
Depreciação, depleção e amortização	48.562	11.678	2.324	484	-	63.048
EBITDA	238.837	56.201	966	(7.723)	(14.402)	273.879
Resultado de participações em investimentos	(638)	(4.993)	(528)	(2.268)	-	(8.427)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(16.375)	(1.635)	1.133	(13)	-	(16.890)
Realização dos resultados abrangentes por alienação de participação societária	-	-	-	220	-	220
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	(3.317)	-	-	-	-	(3.317)
Resultado com alienações, baixa de ativos e resultado na remensuração de participações societárias	(7.377)	(3.161)	(359)	8	-	(10.889)
EBITDA Ajustado *	211.130	46.412	1.212	(9.776)	(14.402)	234.576

Reconciliação do EBITDA ajustado por Segmento de Negócio 2020 - em R\$ milhões

R\$ milhões	E&P	RTC	GÁS & ENERGIA	CORP.	ELIMIN.	CONSOLIDADO
Lucro líquido (prejuízo) das operações	24.060	703	4.566	(24.862)	1.779	6.246
Resultado financeiro líquido	-	-	-	49.584	-	49.584
Imposto de renda/Contribuição social	12.854	1.461	2.001	(23.441)	916	(6.209)
Depreciação, depleção e amortização	44.043	10.838	2.409	1.015	-	58.305
EBITDA	80.957	13.002	8.976	2.296	2.695	107.926
Resultado de participações em investimentos	893	2.132	(682)	929	-	3.272
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	34.448	(859)	(192)	862	-	34.259
Realização dos resultados abrangentes por alienação de participação societária	-	-	225	-	-	225
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	-	-	-	-	-	-
Resultado com alienações, baixa de ativos e resultado na remensuração de participações societárias	(1.338)	(2.004)	346	287	-	(2.709)
EBITDA Ajustado *	114.960	12.271	8.673	4.374	2.695	142.973

No E&P, o aumento de 84% no EBITDA Ajustado no ano foi puxada por maiores preços devido ao aumento Brent. Esses movimentos foram parcialmente compensados por menores volumes produzidos e maiores custo do produto vendido em função da maior participação governamental fruto das maiores cotações do petróleo.

No RTC, o aumento de 278% é resultado de maiores margens, principalmente em gasolina e diesel, refletindo a elevação das margens internacionais destes derivados, associada a maiores volumes de vendas no mercado

interno, principalmente gasolina, diesel e QAV, em função do impacto nas vendas causado pela pandemia da COVID-19 em 2020, além da menor importação de gasolina e diesel por terceiros entre os períodos. A gasolina também teve ganho de participação de mercado sobre o etanol pela sua competitividade em preços e o diesel foi favorecido pela retomada da economia em 2021, com destaque para o setor industrial. As vendas de óleo combustível também foram maiores em razão da maior demanda para uso em térmicas em 2021. Em contrapartida, houve menores exportações de petróleo.

No segmento de gás e energia, redução de 86% é fruto da elevação de custos de aquisição de gás natural. Importante destacar que, principalmente no último trimestre, houve descolamento conjuntural entre os preços de referência de petróleo e GNL, não permitindo que os preços médios de venda do segmento acompanhassem a elevação de custo de aquisição do GNL que decorreu, sobretudo, i) da manutenção das temperaturas abaixo da média no hemisfério norte, ii) das restrições de oferta, iii) do menor estoque de gás na Europa e, iv) do aquecimento da economia chinesa.

• Forte geração de caixa

O desempenho do ano, alinhado ao nosso pilar de maximização de retorno sobre o capital empregado, resultou em uma geração operacional de caixa expressiva, com aumento da receita no mercado interno, principalmente por maiores preços e volumes vendidos de derivativos, e pelo aumento na receita com exportações, refletido por maiores preços acompanhando a valorização das cotações internacionais, compensados em parte pelos menores volumes de exportações de petróleo.

Evolução do fluxo de caixa em 2021 em R\$ bilhões



¹ Contas a receber, estoque e fornecedores

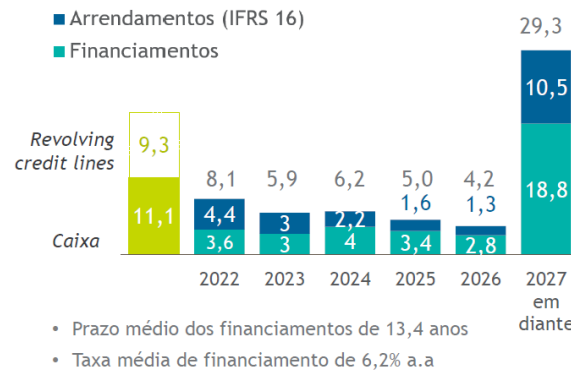
² Inclui captações, amortizações, pré-pagamentos e ágio na recompra de título

³ Inclui dividendos recebidos, participação de acionistas não controladores, investimentos em títulos e valores mobiliários e variação cambial sobre caixa e adições/reduções em investimentos

Este nível de geração de caixa, juntamente com a entrada de recursos dos desinvestimentos de R\$ 25,5 bilhões e da compensação financeira pelo Acordo de Coparticipação de Búzios de R\$ 15,5 bilhões foram utilizados para: (a) pagar dívidas antecipadamente e amortizar o principal e juros devidos no período (R\$ 116,1 bilhões), (b) amortizar passivos de arrendamento (R\$ 31,4 bilhões), (c) realizar investimentos de R\$ 34,1 bilhões e (d) distribuir dividendos de R\$ 72,2 bilhões.

- **Gestão eficiente de passivos**

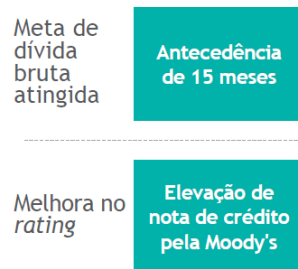
Alongamento da dívida a custos mais baixos e redução do caixa mínimo



Mantivemos focados na nossa contínua gestão eficiente de passivos, mantendo em 2021 o custo da dívida em 6.2%, e alongamos o prazo de 11,71 para 13,4 anos com aproximadamente 50% dos vencimentos concentrados após 2026. Além disso, temos linhas de crédito compromissadas de US\$ 9,3 bilhões que nos permitiram a liquidez necessária para atravessar momentos de estresse nos fundamentos de negócio e ainda assim otimizar nosso caixa. A retenção do volume excessivo de caixa atuava como redutor do retorno do capital empregado.

- **Principais operações no mercado de capitais**

Gestão eficiente de passivos contribuiu para a melhoria contínua da percepção de risco da companhia



Prêmio *Deals of the Year* da revista *Latin Finance*, na categoria *Liability management*.
Menor taxa histórica de emissão (*yield*) para um *bond* de 30 anos da Petrobras (5,75% a.a.) em junho.

Em 2021, a companhia permaneceu focada em adequar a estrutura de capital da companhia à patamares mais próximos ao dos praticados pelas melhores empresas do setor (*Majors*). Como resultado, atingimos a meta de redução de dívida bruta com 15 meses de antecedência. Além disso, reflexo dos esforços despendidos ao longo dos anos, a companhia elevou sua nota de crédito pela Moody's. Ainda em junho de 2021, emitiu um *bond* de 30 anos com o menor *yield* histórico da empresa, o que mostra que o mercado já reconhece a Petrobras com um patamar de risco de crédito muito inferior, inclusive próximo às empresas *Investment Grade*. Essa emissão resultou no prêmio "*Deals of the Year*" da revista *Latin Finance*, na categoria *Liability management*. Todos esses movimentos têm contribuído para uma melhor percepção do nosso risco de mercado.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS e CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Controladora foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e abrangem informações da Petrobras, e das suas controladas, operações controladas em conjunto e entidades estruturadas consolidadas. As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela companhia.

O controle é obtido quando a Petrobras possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

Entidades estruturadas são aquelas desenhadas de modo que os direitos de voto, ou similares, não sejam o fator dominante para determinar quem controla a entidade. Em 31 de dezembro de 2020, a Petrobras controla e consolida 3 entidades estruturadas: CDC, CDMPI e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-padronizados da Petrobras e suas subsidiárias. No decorrer de 2021, a entidade estruturada CDMPI foi incorporada à Petrobras, enquanto a CDC foi adquirida pela controlada PIBBV.

Transações e saldos entre entidades do grupo, incluindo lucros não realizados oriundos dessas transações, são eliminados no processo de consolidação.

A companhia utiliza o sistema de gestão integrado (SAP ERP) para controlar e registrar as suas operações orçamentárias, financeiras e contábeis.

A Administração da companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos em nível de entidade, financeiros e de tecnologia da informação, com o objetivo de fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras.

A elaboração das demonstrações financeiras passa pelas seguintes etapas principais conduzidas na Gerência de Relatórios: (i) atualização das informações do exercício a ser divulgado e das atualizações normativas que possam influenciar nos requerimentos de divulgação, verificando a aderência às mesmas, bem como aprimoramento contínuo do relatório; (ii) solicitação e recebimento dos insumos pelas respectivas gestões da informação, através do Sistema SAP DM ; (iii) elaboração de textos consolidados de algumas notas explicativas; (iv) análise qualitativa e de consistência das informações e, se necessário, a obtenção de esclarecimentos adicionais aos respectivos responsáveis pela informação; (v) revisão das demonstrações financeiras pelos responsáveis pela área contábil da companhia; (vi) envio das demonstrações financeiras para revisão dos auditores independentes; (vii) análise dos pontos de revisão dos auditores independentes e tratamento adequado através de reuniões com

os auditores independentes fornecendo informações adicionais para entendimento dos assuntos ou ajustes contábeis ou de divulgação nas demonstrações financeiras; (viii) preparação das demonstrações financeiras para submissão, pelo Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores, para aprovação da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria Estatutário, e do Conselho Fiscal e Conselho de Administração; (ix) após aprovação, a Gerência Executiva de Relacionamento com Investidores efetua a publicação ao Mercado de Capitais.

Tais etapas são norteadas por controles SOX que permeiam todo o processo e que são auditados anualmente, tornando o processo de elaboração das demonstrações financeiras mais robusto. E eventuais apontamentos de auditorias independentes e/ou órgão de controle públicos são monitorados e as ações são realizadas nos prazos recomendados.

O relatório de auditoria emitido pelos Auditores Independentes relativos às demonstrações financeiras da companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não apresentou ressalvas.

Os auditores independentes, no cumprimento de suas atribuições, emitiram opinião sem ressalvas sobre a efetividade dos controles internos sobre o processo de preparação e divulgação dos relatórios financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em atendimento às normas de auditoria vigentes e aplicáveis às companhias abertas no Brasil, e considerando ainda que a Petrobras tem ações negociadas no mercado de capitais dos Estados Unidos da América, os auditores independentes apresentaram relatório com recomendações sobre os controles internos em conexão com os exames sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que contém destaques classificados como Oportunidades de Melhorias e Deficiências de Controle (D), não sendo identificada nenhuma deficiência classificada como *Material Weakness* ou *Significant Deficiency*, de acordo com as normas do *Public Accounting Standards Board* dos Estados Unidos da América ("PCAOB").

A Gerência Executiva da Contabilidade e Tributário, composta por 4 gerências gerais e 19 gerências, integra o time da Diretoria Financeira e de Relacionamento com Investidores e tem como missão assegurar a gestão e execução de processos contábeis e tributários relacionando-se com os respectivos órgãos fiscalizadores e normativos.

As Demonstrações Financeiras podem ser acessadas na íntegra em: [Central de Resultados - Petrobras \(investidorpetrobras.com.br\)](https://investidorpetrobras.com.br)

Destaques 2021

A Petrobras apresentou excelentes resultados operacionais e financeiros em 2021. A meta de endividamento foi alcançada antes do planejado e riquezas geradas têm sido divididas com a sociedade e acionistas através de impostos, dividendos, criação de empregos e investimentos. A forte geração de caixa operacional, bem como a gestão de portfólio e dos investimentos em ativos resilientes e de classe mundial levaram aos resultados alcançados.

A produção de óleo e gás em 2021 foi de 2,77 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed). Os destaques do desempenho operacional foram: (i) o início da produção da FPSO Carioca, no pré-sal da Bacia de Santos; (ii) conclusão do *ramp-up* da P-70, no campo de Atapu; (iii) recorde na produção própria do pré-sal, com média de

1,95 milhão de barril de óleo equivalente por dia (boed), representando 70% da produção total da Petrobras; (iv) recorde anual de aproveitamento de 97,2% do gás produzido; (v) assinatura e início da vigência, do acordo de coparticipação do campo de Búzios; e (vi) aquisição dos direitos de exploração e produção dos volumes excedentes aos da Cessão Onerosa nos campos de Atapu e Sépia.

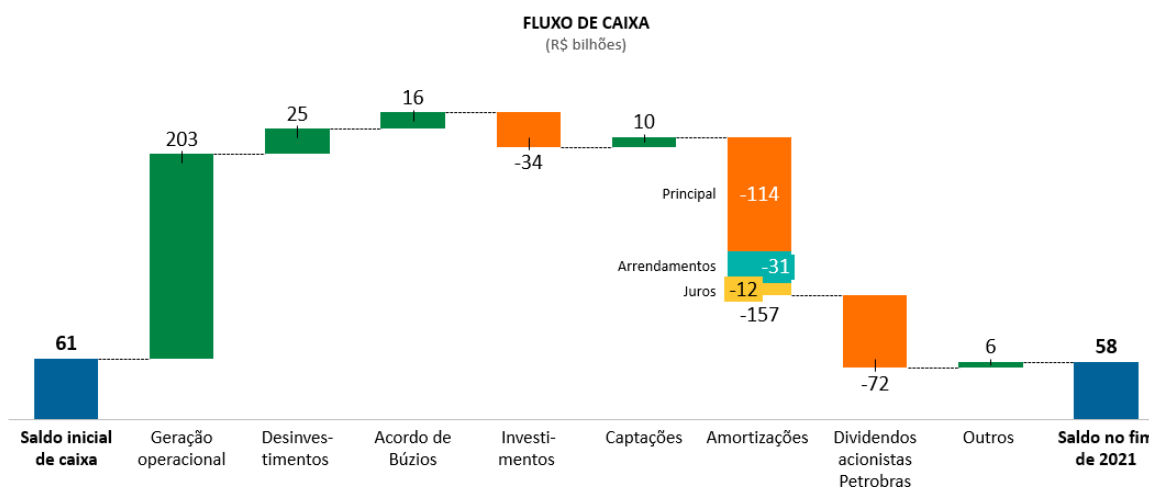
Ainda no decorrer do exercício de 2021, teve início o programa RefTOP – Refino de Classe Mundial, que trouxe melhorias nos indicadores relacionados ao meio ambiente e desempenho energético. O índice de intensidade energética, apresentou uma melhoria de 2,0%, o que significa que as refinarias estão gastando menos energia para produzir quantidades equivalentes. No total, foram evitadas a emissão de 242 mil toneladas de CO2 equivalente para o meio ambiente, apenas nas refinarias do programa.

Em 2021, de acordo com o critério SEC - *Securities and Exchange Commission*, a companhia realizou a maior adição de reservas de sua história (1,97 bilhão de boe), resultando na reposição de 219% da produção desse ano, já considerando os desinvestimentos. A incorporação dessas novas reservas foi em função do avanço no desenvolvimento do campo de Búzios, decorrente da aquisição do excedente da Cessão Onerosa e assinatura do acordo de coparticipação, e de investimentos em novos projetos para aumento da recuperação em outros campos das Bacias de Santos e Campos, além de apropriações pelo bom desempenho dos reservatórios. O preço do petróleo também impulsionou o aumento das reservas (ver “Informações complementares sobre atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural – não auditado” das demonstrações financeiras de 2021).

A Petrobras também estima reservas segundo o critério ANP/SPE (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis / *Society of Petroleum Engineers*). Em 31 de dezembro de 2021, as reservas provadas segundo este critério atingiram 10,29 bilhões de barris de óleo equivalente. As principais diferenças entre os dois critérios estão detalhadas na nota explicativa 4.1 das demonstrações financeiras de 2021.

O desempenho do ano, alinhado ao nosso pilar de maximização de retorno sobre o capital empregado, resultou em uma geração operacional de caixa expressiva, com aumento da receita no mercado interno, principalmente por maiores preços e volumes vendidos de derivados, e pelo aumento na receita com exportações, refletido por maiores preços acompanhando a valorização das cotações internacionais, compensados em parte pelos menores volumes de exportações de petróleo (vide nota explicativa 8 das demonstrações financeiras de 2021).

Tais recursos foram destinados ao alcance de meta de endividamento e à realização de investimentos em ativos resilientes e de classe mundial. Destaca-se a aquisição de participação no excedente de Cessão Onerosa de Atapu e Sépia (vide nota explicativa 24 das demonstrações financeiras de 2021).

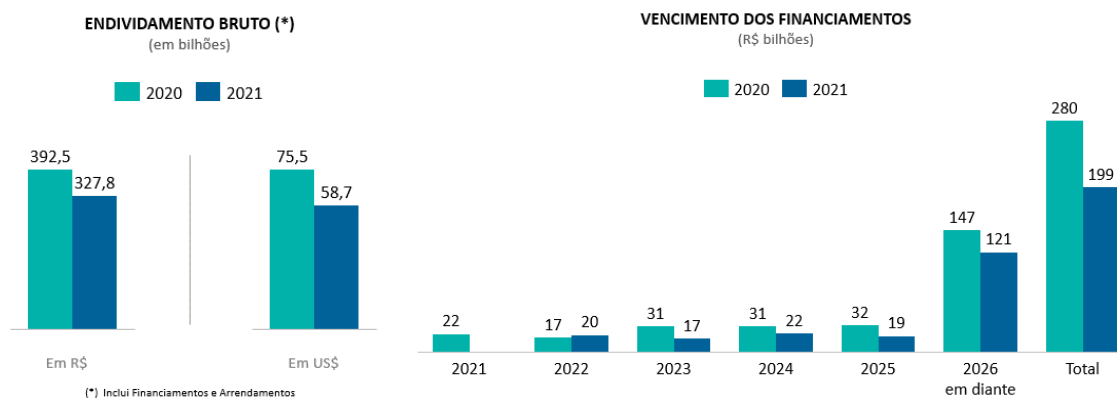


A gestão de portfólio, com foco em ativos resilientes e de classe mundial, contemplou desinvestimentos no montante de R\$ 25 bilhões em 2021 relativos, principalmente, à venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e seus ativos logísticos associados, no estado da Bahia, venda da participação remanescente na BR Distribuidora, atual Vibra Energia, além de diversos campos em terra e em águas rasas, entre outros ativos (vide nota explicativa 31 das demonstrações financeiras de 2021).

As premissas econômicas do Plano Estratégico (PE) 2022-2026, bem como a gestão ativa de portfólio e as novas estimativas de volumes de reservas, embasaram os testes de recuperabilidade do exercício de 2021 (vide nota explicativa 25 das demonstrações financeiras de 2021).

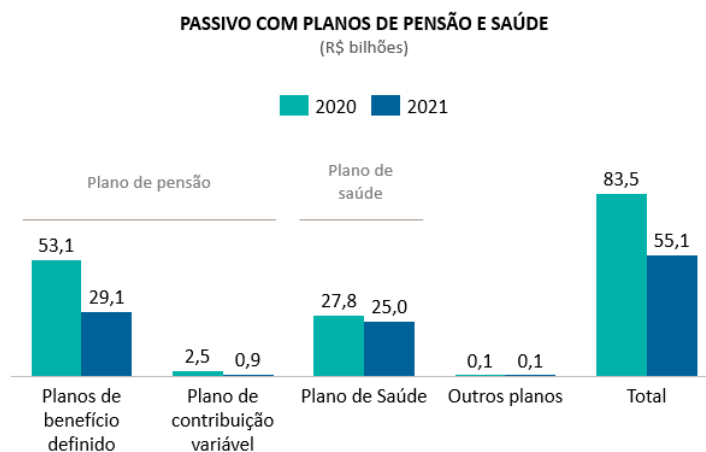
Outra importante fonte de recursos no ano foi a compensação financeira recebida de R\$ 16 bilhões pelo Acordo de Coparticipação de Búzios (vide nota explicativa 24 das demonstrações financeiras de 2021).

A estratégia financeira do PE 2022-2026 tem como pilares a manutenção da estrutura ótima de capital, a maximização da geração de valor, a mitigação de riscos pela gestão do contencioso e o comprometimento com a melhor alocação de capital. A antecipação da redução do endividamento bruto para US\$ 60 bilhões permitirá o cumprimento da nossa Política de Remuneração aos Acionistas, especialmente por ter atingido a alavancagem ideal, que possibilita maior retorno de dividendos, mas mantendo a sustentabilidade financeira da companhia (vide notas explicativas 6 e 34 das demonstrações financeiras de 2021).

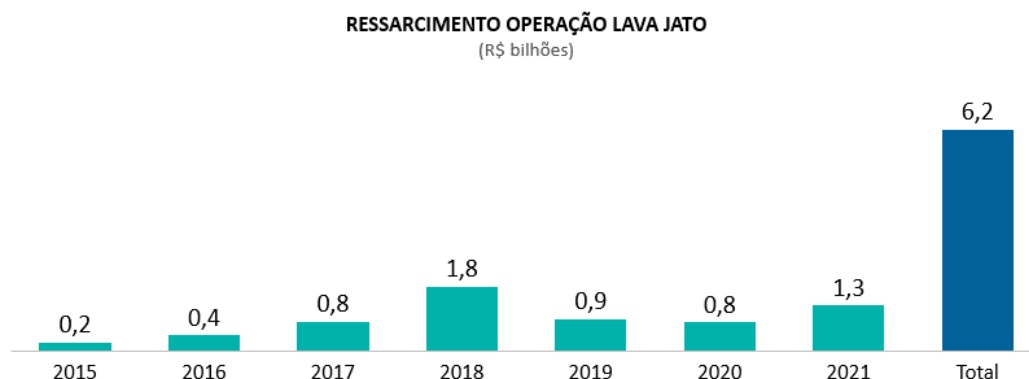


A revisão das premissas econômicas do PE 2022–2026, principalmente do Brent, proporcionou um incremento nas exportações previstas e, conseqüentemente, nas exportações altamente prováveis designadas nas relações de *hedge accounting*, gerando uma redução da exposição cambial passiva Dólar x Real (vide nota explicativa 36 das demonstrações financeiras de 2021).

Em continuidade com o processo de gestão de passivos de planos de pensão, a companhia realizou a liquidação financeira antecipada do aporte contributivo de revisão do pecúlio, de parte da obrigação do Termo de Compromisso Financeiro e do aporte pela migração de participantes para o novo plano de contribuição definida (PP3). Além das liquidações antecipadas, a revisão de premissas atuariais de taxa de desconto e de variação dos custos médicos hospitalares, compensadas em parte pela alteração do custeio de benefício do plano de saúde, contribuíram para redução do passivo atuarial com planos de benefícios pós-emprego (vide nota explicativa 17 das demonstrações financeiras de 2021).

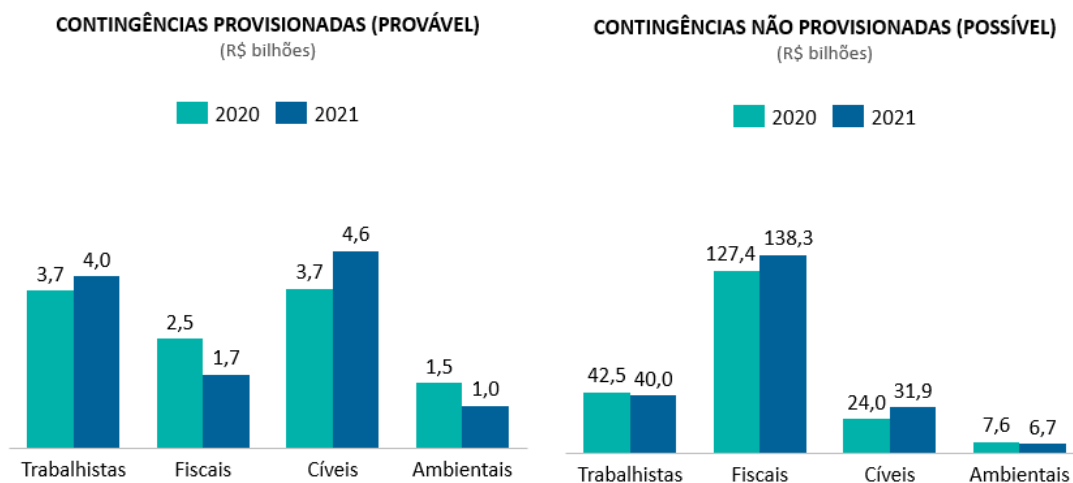


Em decorrência dos acordos de colaboração e repatriações no âmbito da Operação Lava Jato, a companhia foi ressarcida em R\$ 1,3 bilhão ao longo de 2021 (vide nota explicativa 21 das demonstrações financeiras de 2021).



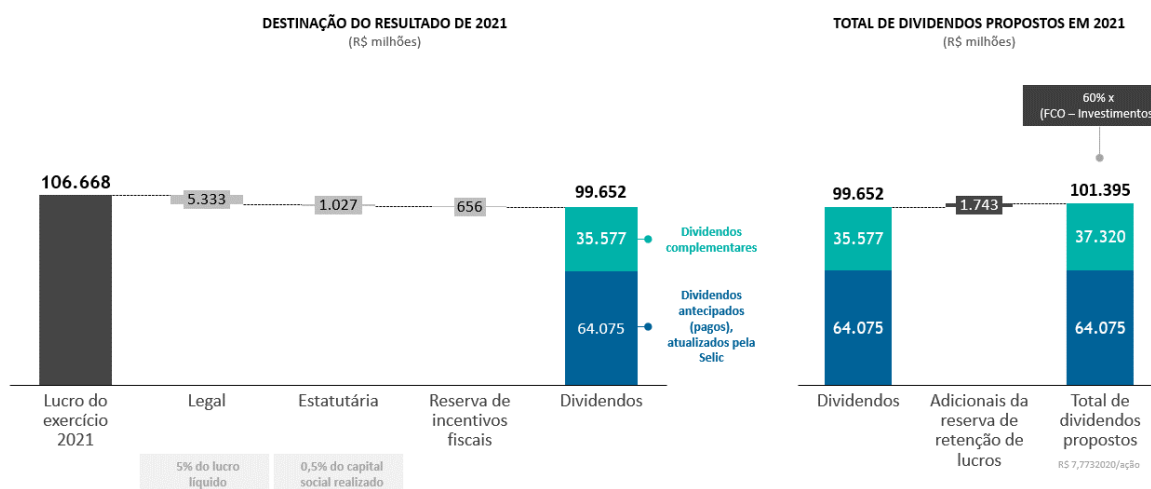
Ao longo do exercício de 2021, a Petrobras manteve sua estratégia de gestão ativa de seus passivos, considerando as especificidades de cada processo e a análise da relação custo e benefício. Neste contexto, aderiu a programas de anistias e de remissão estadual para pagamento à vista de débitos de ICMS, principalmente nos estados do Rio

de Janeiro e Bahia, com benefício de redução dos encargos e dos tributos, além de eliminar eventuais riscos futuros associados às matérias para as quais foram realizadas adesões (vide notas explicativas 16 e 18 das demonstrações financeiras de 2021).



Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal, gerando reconhecimento de créditos complementares àqueles registrados em 2020 (vide nota explicativa 16 das demonstrações financeiras de 2021).

A proposta de dividendos para o exercício de 2021 foi realizada com base na Política de Remuneração aos Acionistas, equivalente a 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e as aquisições de ativos imobilizados e intangíveis, considerando a forte geração de caixa operacional observada no exercício (vide nota explicativa 34 das demonstrações financeiras de 2021).



Em 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de antecipações de remuneração aos acionistas no montante de R\$ 63.400 milhões que, atualizadas monetariamente pela variação da taxa Selic desde a data do pagamento até 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 64.075 milhões. Também foi proposto pelo Conselho de Administração o pagamento complementar de dividendos de R\$ 37.320 milhões. A distribuição total de

dividendos, englobando as antecipações e o dividendo complementar, no montante de R\$ 101.395 milhões, foi encaminhada para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da companhia (vide nota explicativa 34 das demonstrações financeiras de 2021) – aprovação ocorrida na assembleia realizada em 13 de abril de 2022.

Em relação aos benefícios aos empregados, a companhia incluiu, em 2021, condicionantes no programa de prêmio por performance (PPP) para todos os empregados, além de proporcionar aos empregados que não ocupam funções gratificadas a participação nos lucros ou resultados (PLR), conforme acordo coletivo de trabalho (vide nota explicativa 17 das demonstrações financeiras de 2021).

Análise Financeira e Patrimonial

Condições financeiras e patrimoniais gerais

Com relação às condições patrimoniais da companhia, em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido consolidado era R\$ 389.581 milhões, comparado a R\$ 311.150 milhões em 31 de dezembro de 2020, e R\$ 299.137 milhões, em 31 de dezembro de 2019.

A aumento do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021, em relação a 31 de dezembro de 2020, decorre do lucro líquido do exercício, fortemente superior ao de 2020, permitindo a destinação das reservas e o pagamento de antecipação de dividendos no exercício de 2021, além dos efeitos do ajuste acumulado de conversão em investidas e pelos ganhos atuarias com planos de benefícios definidos.

O aumento do patrimônio líquido em 31 dezembro de 2020, em relação a 31 de dezembro de 2019, decorre do lucro do exercício, permitindo a distribuição de dividendos e, principalmente, pelo ajuste acumulado de conversão em investidas e ganhos em planos de benefício definido, compensado pelos impactos do hedge de fluxo de caixa sobre as exportações, em outros resultados abrangentes.

Estrutura de capital

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Petrobras representativa do padrão de financiamento de suas operações:

Em milhões de reais	2021	2020	2019
Exercício findo em 31 de dezembro de			
Patrimônio Líquido (Capital Próprio)	389.581	311.150	299.137
Passivo Circulante + Passivo não Circulante (Capital de Terceiros)	583.370	676.269	626.874
Passivo Total (Capital de Terceiros + Patrimônio Líquido)	972.419	987.419	926.011

Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas a seguir são relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, conforme Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) divulgadas em 23 de fevereiro de 2021.

Análise da Demonstração de Resultado Consolidado - Exercício 2021 x 2020

Em R\$ milhões	2021	2020	Análise vertical		Análise horizontal	
			2021	2020	R\$	%
Receita de vendas	452.668	272.069	100,0	100,0	180.599	66,4
Custo dos produtos e serviços vendidos	(233.031)	(148.107)	(51,5)	(54,4)	(84.924)	57,3
Lucro bruto	219.637	123.962	48,5	45,6	95.675	77,2
Vendas	(22.806)	(25.020)	(5,0)	(9,2)	2.214	(8,8)
Gerais e Administrativas	(6.340)	(5.525)	(1,4)	(2,0)	(815)	14,8
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(3.731)	(4.170)	(0,8)	(1,5)	439	(10,5)
Custos com pesquisa e desenvolvimento	(3.033)	(1.819)	(0,7)	(0,7)	(1.214)	66,7
Tributárias	(2.180)	(4.971)	(0,5)	(1,8)	2.791	(56,1)
Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	16.890	(34.259)	3,7	(12,6)	51.149	(149,3)
Outras receitas (despesas), líquidas	3.967	4.695	0,9	1,7	(728)	(15,5)
Despesas (Receitas) Operacionais	(17.233)	(71.069)	(3,8)	(26,1)	53.836	(75,8)
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	202.404	52.893	44,7	19,4	149.511	282,7
Receitas financeiras	4.458	2.821	1,0	1,0	1.637	58,0
Despesas financeiras	(27.636)	(31.108)	(6,1)	(11,4)	3.472	(11,2)
Var. monetárias e cambiais líquidas	(36.078)	(21.297)	(8,0)	(7,8)	(14.781)	69,4
Resultado financeiro líquido	(59.256)	(49.584)	(13,1)	(18,2)	(9.672)	19,5
Resultado de participações em investidas	8.427	(3.272)	1,9	(1,2)	11.699	(357,5)
Lucro antes dos impostos	151.575	37	33,5	0,0	151.538	409.562,2
Imposto de renda e contribuição social	(44.311)	6.209	(9,8)	2,3	(50.520)	(813,7)
Lucro do exercício	107.264	6.246	23,7	2,3	101.018	1.617,3
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	106.668	7.108	23,6	2,6	99.560	1.400,7
Acionistas não controladores	596	(862)	0,1	(0,3)	1.458	(169,1)

As principais variações da demonstração de resultado se encontram abaixo descritas:

Receita de Vendas

Receita de vendas de R\$ 452.668 milhões, R\$ 180.599 milhões superior à de 2020 (R\$ 272.069 milhões), refletindo:

- maiores preços médios dos derivados, com destaque para o diesel, a gasolina, o GLP, a nafta, o QAV e o óleo combustível, acompanhando, em grande parte, a valorização das cotações internacionais e a desvalorização cambial;
- maior volume de vendas de derivados, com destaque:
 - Diesel, decorrente do aumento da competitividade da Petrobras e consequente redução das vendas por importadores, do crescimento econômico, principalmente do setor industrial, e da base de comparação depreciada em 2020, em função da redução da rodagem média da frota de veículos pesados causada pelos efeitos da pandemia da Covid-19.
 - Gasolina, devido ao ganho de participação sobre o etanol no consumo de veículos flex, ao aumento da competitividade da Petrobras e consequente redução das importações por terceiros, e à base de comparação depreciada em 2020, em função das medidas restritivas da pandemia.
 - Óleo combustível, retratando, em grande parte, as maiores vendas para uso nas térmicas, devido ao aumento dos despachos por garantia energética, em razão das piores condições hidrológicas.
 - QAV, em função da base de comparação depreciada em 2020, devido às maiores restrições impostas pela pandemia.
 - Compensados, em parte, pelos menores volumes de nafta, devido às menores vendas para Braskem, e de GLP, em função da maior colocação do produto por outros players e importadores e das maiores vendas realizadas em 2020, em razão do isolamento social mais intenso no ano anterior, reflexo dos efeitos da pandemia.
 - Maior receita de gás natural, em função da maior demanda, tanto no setor termelétrico, em razão da piora no cenário hidrológico, quanto no setor não termelétrico, refletindo uma recuperação do mercado após as medidas mais restritivas de 2020 referentes à pandemia, bem como dos maiores preços de venda, influenciados, principalmente, pelo aumento do petróleo tipo Brent e pela desvalorização do real frente ao dólar.
 - Aumento da receita de energia elétrica, refletindo os maiores despachos termelétricos, devido à piora das condições hidrológicas que resultou em menor nível dos reservatórios hidrelétricos, bem como os efeitos da retomada econômica após o auge da pandemia e o aumento do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).
 - Maior receita de petróleo, em razão, principalmente, da venda da Refinaria de Mataripe S.A. (antiga RLAM), que passou a ser um cliente relevante, a partir de dezembro de 2021, nas operações comerciais do petróleo vendido no mercado interno.

A maior receita com exportações reflete os maiores preços, acompanhando a valorização das cotações internacionais, compensados em parte pelos menores volumes de exportações de petróleo, retratando, principalmente, a recuperação do mercado interno e a menor produção de óleo no Brasil e de derivados, principalmente diesel e gasolina.

Em 2021, a Vibra Energia, antiga BR Distribuidora, representa mais que 10% do total de vendas da companhia.

Custo dos produtos vendidos

Custo dos produtos vendidos de R\$ 233.031 milhões, R\$ 84.924 milhões superior a 2020 (R\$ 148.107 milhões), com destaque para os seguintes fatores:

- Maiores custos com petróleo, derivados importados e com participação governamental, acompanhando a valorização das cotações internacionais.
- Maior participação do GNL importado no mix da oferta de gás natural, de derivados importados no mix das vendas, com destaque para o diesel, e do petróleo importado na carga processada nas refinarias.
- Maiores custos de aquisição do GNL, em função da perspectiva de manutenção das temperaturas abaixo da média no hemisfério norte, das restrições de oferta do produto, do menor estoque de gás na Europa e do aquecimento da economia chinesa.
- Impacto negativo em 2021 da revisão atuarial do Plano de Saúde referente à alteração de benefício, comparado ao impacto positivo em 2020.
- Compensados, parcialmente, pelos menores volumes de petróleo e derivados exportados.

Despesas com Vendas

Despesas de vendas de R\$ 22.806 milhões, R\$ 2.214 milhões inferior a 2020 (R\$ 25.020 milhões), retratando a redução dos gastos logísticos relativos às exportações de petróleo e derivados, em função dos menores custos de frete e do decréscimo dos volumes exportados, a venda da Liquegás ocorrida em dezembro de 2020, refletindo em menor gasto com a comercialização de GLP, e a revisão atuarial do Plano de Saúde referente à alteração de coparticipação do benefício realizada entre os exercícios. Esses efeitos foram compensados em parte pela desvalorização média do real frente ao dólar e pelos maiores gastos logísticos atrelados ao transporte do gás natural, cujos contratos tiveram reajustes ao longo do exercício.

Despesas Gerais e Administrativas

Despesas gerais e administrativas de R\$ 6.340 milhões, R\$ 815 milhões superior a 2020 (R\$ 5.525 milhões), refletindo, principalmente, a revisão atuarial do plano de saúde referente à alteração de coparticipação do benefício realizada entre os exercícios, bem como pelo reajuste salarial conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2020-2022) realizado no terceiro trimestre de 2021, compensados, parcialmente, pelos menores gastos com pessoal em função da redução do efetivo e pela venda da Liquegás ocorrida em dezembro de 2020.

Custos exploratórios

Custos exploratórios para extração de petróleo e gás natural de R\$ 3.731 milhões, R\$ 439 milhões inferiores (R\$ 4.170 milhões), decorrentes das menores despesas com projetos sem viabilidade econômica, em função da baixa de bônus de assinatura do bloco de Peroba em 2020, compensado, em parte, pelas maiores despesas com geologia e geofísica.

Pesquisa e desenvolvimento

Pesquisa e desenvolvimento de R\$ 3.033 milhões, R\$ 1.214 milhões superior (R\$ 1.819 milhões), em função, basicamente, da valorização das cotações internacionais do preço do petróleo, com impacto nas despesas de P&D.

Tributárias

Despesas tributárias de R\$ 2.180 milhões, R\$ 2.791 milhões inferiores (R\$ 4.971 milhões), em razão, principalmente, da adesão aos programas de anistias estaduais do RJ e ES em 2020, referente à redução de contencioso de ICMS, e das incidências de PIS/COFINS sobre o ganho com a atualização monetária oriundo da decisão favorável e definitiva da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS em 2020 e sobre a receita com Acordos de Equalização de Gastos e Volumes (AEGV) em 2020.

Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment

Reversão de perdas por *impairment* de ativos de R\$ 16.890 milhões, R\$ 51.149 milhões de variação quando comparado à perda em 2020 (R\$ 34.259 milhões), com destaque para:

- A reversão de perdas de ativos, líquido, no montante de R\$ 16.359 milhões no terceiro trimestre de 2021, principalmente de campos de produção e de ativos em desinvestimentos, refletindo, basicamente, a atualização da estimativa na premissa Brent de curto prazo, e para a reversão de perdas de ativos, líquido, no valor de R\$ 1.537 milhões no quarto trimestre de 2021, retratando a reversão de perda do 2º trem da RNEST, devido à retomada das obras no PE 2022-2026 com previsão de entrada em operação em agosto/2027, e à reversão de perdas de campos de produção de E&P, em função, em grande parte, da aprovação da alienação dos Polos Garoupa e Ceará Mar, considerando o valor justo líquido das despesas de vendas.
- As perdas reconhecidas no exercício de 2020 (R\$ 34.259 milhões), em função, principalmente, da atualização das premissas-chave do Planejamento Estratégico 2021-25, em especial, a estimava do preço do Brent e a desvalorização do real frente ao dólar, das restrições do PIB global e da revisão e otimização de projetos, bem como pelas hibernações de ativos.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras despesas/receitas operacionais positivas em R\$ 3.967 milhões, R\$ 728 milhões inferiores (R\$ 4.695 milhões), com destaque para:

- Revisão atuarial do plano de saúde referente à alteração de coparticipação do benefício realizada entre os exercícios, principalmente com inativos, tendo impacto negativo no resultado.
- Menor ganho oriundo da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.
- Menor resultado com equalizações de gastos, refletindo principalmente, o ganho com Acordos de Equalização de Gastos e Volumes (AEGV) das jazidas compartilhadas de Tupi, Sêpia e Atapu em 2020.

- Maior provisão para perda e contingências com processos judiciais, em função, principalmente: i) acréscimo de provisão para perda sobre litígios de natureza cível envolvendo questões contratuais; e ii) despesa com pagamento e constituição da obrigação oriundo do processo judicial de dano ambiental ocorrido no Estado do Paraná – OSPAR (Oleoduto Santa Catarina – Paraná) em razão da homologação do acordo, em outubro de 2021, da companhia com os autores visando encerrar a discussão de mérito.
- Maior provisão relacionada ao programa de remuneração variável e participação no resultado.
- Maior ressarcimento de valores referentes à Operação Lava Jato, reflexo, principalmente, dos acordos de leniência celebrados no primeiro trimestre de 2021.
- Receitas com acordos relacionados a cessão de contratos de concessão, com destaque para a concessão dos seis blocos no Estado do Amapá (Foz do Amazonas).
- Melhor resultado com derivativos de commodities, refletindo a maior perda realizada no ano anterior por conta dos derivativos de petróleo contratados entre abril e maio de 2020 para proteger as incertezas nos preços das exportações das cargas de petróleo já carregadas, mas não precificadas, em função da elevada volatilidade vivenciada no ano anterior.
- Melhor resultado com abandono de áreas.
- Ganho com o resultado do Acordo de Coparticipação de Búzios.
- Menores provisões relacionadas ao Plano de Desligamento Voluntário (PDV), em razão do maior número de inscritos em 2020, bem como devido à atualização das provisões decorrente do aumento do valor da indenização no ano anterior.
- Maiores ganhos líquidos com alienação e baixa de ativos.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado financeiro líquido negativo de R\$ 59.256 milhões, R\$ 9.672 milhões superior a 2020 (R\$ 49.584 milhões), em razão de:

- Despesas financeiras líquidas inferiores, com destaque para:
 - i. menores juros com financiamentos no país e no exterior, refletindo, principalmente, o menor endividamento médio, em razão dos pré-pagamentos ocorridos ao longo dos exercícios;
 - ii. maior receita com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários;
 - iii. menores custos com ágio na recompra de títulos de dívidas no mercado de capitais;
 - iv. reversão de juros relativa à adesão ao programa de anistia estaduais do Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul em 2021, encerrando basicamente contingências atreladas ao ICMS. Esses efeitos foram compensados, parcialmente, pelo aumento das despesas com realização de custos de transação, devido

aos maiores pré-pagamentos de dívidas, e maior atualização financeira da provisão com desmantelamento de áreas.

- Variação monetária e cambial negativa maior ocasionada por:
 - i. maior despesa com variação cambial real x dólar, refletindo, em grande parte, a desvalorização de 7,4% do real frente ao dólar em 2021 sobre a maior exposição passiva média em dólar, que ficou relevante a partir de março de 2020;
 - ii. menor ganho com atualização monetária oriundo da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS;
 - iii. redução dos juros com atualização monetária referente à conta petróleo e álcool decorrente da decisão judicial favorável de 2020, transitada em julgado, sobre a ação do índice de atualização monetária do contas a receber;
 - iv. maior reclassificação da variação cambial negativa acumulada no patrimônio líquido para o resultado pela realização das exportações protegidas no âmbito da contabilidade de hedge; e
 - v. resultado inferior com variação cambial dólar x libra, impactado pelo resultado negativo com derivativos. Esses efeitos foram compensados por:
 - a. melhor resultado com variação cambial dólar x euro, refletindo a valorização de 7,7% em 2021 do dólar frente ao euro sobre a exposição passiva em euro, comparada à desvalorização de 9,2% em 2020; e
 - b. o aumento das atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais, retratando, principalmente, o maior saldo médio dos depósitos judiciais.

Resultado de participações em investidas

Resultado de participação em investimentos positivo de R\$ 8.427 milhões, R\$ 11.699 milhões superior quando comparado ao resultado negativo em 2020 (R\$ 3.272 milhões), em função, dos melhores resultados na:

- Braskem, retratando a menor desvalorização do real frente ao dólar entre os períodos sobre o endividamento em dólar da investida e o melhor resultado operacional.
- BR Distribuidora – atual Vibra Energia, em função, em grande parte, da reversão para perdas por *impairment* em 2021, refletindo a precificação da oferta pública de ações da BR Distribuidora ocorrida em junho/21, comparado à perda por *impairment* em 2020, compensados em parte pela venda remanescente da participação na investida em julho/2021, refletindo em menor período de comparação.
- Do melhor resultado apurado na MP Gulf, em razão da valorização das cotações internacionais e pelo reconhecimento de perda por *impairment* no ano anterior.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social negativo em R\$ 44.311 milhões, R\$ 50.520 milhões superior quando comparado ao valor positivo em 2020 (R\$ 6.209 milhões), devido, principalmente, ao melhor resultado antes dos impostos, em função, basicamente, do aumento do lucro bruto e da reversão líquida por *impairment* em 2021, comparado à perda por *impairment* no ano anterior, compensados em parte pelo reconhecimento de receita de IR/CS em 2021, oriundo da decisão do STF pela não incidência de IR/CS sobre atualização da Selic de indêbitos tributários, além de créditos tributários de IR/CS pela antecipação de dividendos na forma de juros sobre capital próprio (JCP).

Análise Patrimonial

Balanco Patrimonial Consolidado - Em milhões de reais										
Ativo	31/12/21	31/12/20	31/12/19	Análise Vertical %			Análise Horizontal %			
				31/12/21	31/12/20	31/12/19	31/12/21 x 31/12/20		31/12/20 x 31/12/19	
							R\$	%	R\$	%
Circulante										
Caixa e equiv. de caixa	58.410	60.856	29.714	6,0	6,2	3,2	(2.446)	(0,0)	31.142	1,0
Títulos e valores mobiliários	3.630	3.424	3.580	0,4	0,3	0,4	206	0,1	(156)	(0,0)
Contas a receber, líquidas	35.538	24.584	15.164	3,7	2,5	1,6	10.954	0,4	9.420	0,6
Estoques	40.486	29.500	33.009	4,2	3,0	3,6	10.986	0,4	(3.509)	(0,1)
Imposto de renda e contribuição	911	2.170	10.050	0,1	0,2	1,1	(1.259)	(0,6)	(7.880)	(0,8)
Impostos e contribuições	6.600	11.313	4.237	0,7	1,1	0,5	(4.713)	(0,4)	7.076	1,7
Outros ativos circulantes	8.777	6.395	6.014	0,9	0,6	0,6	2.382	0,4	381	0,1
Ativos classif. como mantidos para venda	13.895	4.081	10.333	1,4	0,4	1,1	9.814	2,4	(6.252)	(0,6)
Total do Ativo Circulante	168.247	142.323	112.101	17,3	14,4	12,1	25.924	0,2	30.222	0,3
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Contas a receber, líquidas	10.603	13.675	10.345	1,1	1,4	1,1	(3.072)	(0,2)	3.330	0,3
Títulos e valores mobiliários	247	227	232				20	0,1	(5)	(0,0)
Depósitos judiciais	44.858	37.838	33.198	4,6	3,8	3,6	7.020	0,2	4.640	0,1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.371	33.524	5.593	0,3	3,4	0,6	(30.153)	(0,9)	27.931	5,0
Impostos e contribuições	18.197	16.411	15.877	1,9	1,7	1,7	1.786	0,1	534	0,0
Adiantamento a fornecedores	506	748	1.313	0,1	0,1	0,1	(242)	(0,3)	(565)	(0,4)
Outros ativos realizáveis a longo prazo	2.210	2.551	4.748	0,2	0,3	0,5	(341)	(0,1)	(2.197)	(0,5)
Total do Ativo Realizável a Longo Prazo	79.992	104.974	71.306	8,2	10,6	7,7	(24.982)	(0,2)	33.668	0,5
Investimentos	8.427	17.010	22.166	0,9	1,7	2,4	(8.583)	(0,5)	(5.156)	(0,2)
Imobilizado	699.406	645.434	641.949	71,9	65,4	69,3	53.972	0,1	3.485	0,0
Intangível	16.879	77.678	78.489	1,7	7,9	8,5	(60.799)	(0,8)	(811)	(0,0)
Total do Ativo Não Circulante	804.704	845.096	813.910	82,7	85,6	87,9	(40.392)	(0,0)	31.186	0,0
Total do Ativo	972.951	987.419	926.011	100	100	100	(14.468)	(1,5%)	61.408	6,63%

Passivo	31/12/21	31/12/20	31/12/19	Análise Vertical %			Análise Horizontal %			
				31/12/21	31/12/20	31/12/19	31/12/21 x 31/12/20		31/12/20 x 31/12/19	
							R\$	%	R\$	%
Circulante										
Fornecedores	30.597	35.645	22.576	3,1	3,6	2,4	(5.048)	(0,1)	13.069	0,6
Financiamentos	20.316	21.751	18.013	2,1	2,2	1,9	(1.435)	(0,1)	3.738	0,2
Arrendamentos	30.315	29.613	23.126	3,1	3,0	2,5	702	0,0	6.487	0,3
Imp.de renda e contrib. Social	4.089	1.029	1.114	0,4	0,1	0,1	3.060	3,0	(85)	(0,1)
Impostos e contribuições sociais	22.325	13.696	13.800	2,3	1,4	1,5	8.629	0,6	(104)	0,0
Dividendos propostos	0,0	4.457	6.278	-	0,5	0,7	(4.457)	(1,0)	(1.821)	(0,3)
Benefícios a empregados	11.967	18.199	10.209	1,2	1,8	1,1	(6.232)	(0,3)	7.990	0,8
Outras contas e despesas a pagar	10.464	8.338	7.947	1,1	0,8	0,9	2.126	0,3	391	0,0
Passivos assoc. a ativos classif. como p/ venda	4.840	3.559	13.084	0,5	0,4	1,4	1.281	0,4	(9.525)	(0,7)
Total do Passivo Circulante	134.913	136.287	116.147	13,9	13,8	12,5	(1.374)	0,0	20.140	0,2
Não Circulante										
Financiamentos	178.908	258.287	236.969	18,4	26,2	25,6	(79.379)	(0,3)	21.318	0,1
Arrendamentos	98.279	82.897	73.053	10,1	8,4	7,9	15.382	0,2	9.844	0,1

Imp. de renda e contribuição social	1.676	1.853	2.031	0,2	0,2	0,2	(177)	(0,1)	(178)	(0,1)
Imp. de renda e contribuição social diferidos	6.857	1.015	7.095	0,7	0,1	0,8	5.842	5,8	(6.080)	(0,9)
Benefícios a empregados	52.310	76.219	103.213	5,4	7,7	11,1	(23.909)	(0,3)	(26.994)	(0,3)
Provisão para proc. Judiciais	11.263	11.427	12.546	1,2	1,2	1,4	(164)	0	(1.119)	(0,1)
Provisão para dismantel. de áreas	87.160	97.595	70.377	9,0	9,9	7,6	(10.435)	(0,1)	27.218	0,4
Outras contas e desp. a pagar	12.004	10.689	5.443	1,2	1,1	0,6	1.315	0,1	5.246	1,0
Total do Passivo Não Circulante	448.457	539.982	510.727	46,1	54,7	55,2	(91.525)	(0,2)	29.255	0,1
Patrimônio Líquido										
Capital social realizado	205.432	205.432	205.432	21,1	20,8	22,2	-	-	-	-
Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria	3.097	2.449	2.449	0,3	0,2	0,3	648	0,3	-	-
Reserv. de lucros	164.244	127.512	124.829	16,9	12,9	13,5	36.732	0,3	2.683	0
Outros result. abrangentes	14.556	(26.983)	(37.169)	1,5	(2,7)	(4)	41.539	(1,5)	10.186	(0,3)
Atribuído aos acionistas não controladores	2.252	2.740	3.596	0,2	0,3	0,4	(488)	(0,2)	(856)	(0,2)
Total do Patrimônio Líq.	389.581	311.150	299.137	40	31,5	32,3	78.431	0,3	12.013	0
Total do Passivo	972.951	987.419	926.011	100	100	100	(14.468)	0	61.408	0,1

As principais variações do ativo consolidado se encontram abaixo descritas:

Caixa e equivalentes de caixa

Redução de R\$ 2.446 milhões é decorrente, principalmente de:

- Aplicações de recursos: cumprimento do serviço da dívida, incluindo pré-pagamentos de empréstimos no mercado bancário internacional, recompra de títulos no mercado de capitais internacional e amortizações

de arrendamentos (R\$ 157.104 milhões), realização de investimentos (R\$ 34.134 milhões) e pagamento de dividendos (R\$ 72.718 milhões).

- Geração de caixa: atividades operacionais (R\$ 203.126 milhões), recebimento da compensação financeira pelo Acordo de Coparticipação de Búzios (R\$ 15.510 milhões), captações (R\$ 9.647 milhões), recebimentos pela venda de ativos e de participações (R\$ 25.494 milhões), recebimentos de dividendos (R\$ 4.333 milhões) e pelo efeito cambial sobre os saldos de caixa e equivalente de caixa decorrentes de aplicações no exterior (R\$ 3.650 milhões).

Contas a receber, líquidas – Circulante e Não Circulante

O aumento de R\$ 7.882 milhões teve como principais motivos, a valores a serem recebidos pela venda da participação do Bloco BM-S-8 onde está localizado o campo de Bacalhau (antiga área de Carcará), no pré-sal da Bacia de Santos, para a Equinor Brasil Energia LTDA e pela venda de produtos e derivados de petróleo para a Refinaria de Mataripe.

Estoques

O maior saldo de estoques em R\$ 10.986 milhões, refere-se, principalmente, aos acréscimos com:

- petróleo (R\$ 5.359 milhões) referente, principalmente, aos maiores custos com o petróleo importado e com as participações governamentais do petróleo produzido, acompanhando a valorização do Brent e a desvalorização do real, bem como aos maiores volumes importados; e
- derivados (R\$ 3.921 milhões), em função, dos maiores custos com importados e com a matéria-prima (petróleo), devido à valorização das cotações internacionais, e das menores vendas no mercado interno, que foram compensados, em parte, pela redução da produção.

Ativos classificados como mantidos para venda / Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda

Maiores ativos classificados como mantidos para venda, e respectivos passivos, principalmente, pela transferência dos ativos relacionados a opção de compra de parcela adicional de 5% do campo de Búzios, ao Polo Carmópolis e a REMAN.

Depósitos judiciais

O aumento de R\$ 7.020 milhões refere-se principalmente a depósitos judiciais realizados em 2021 no montante de R\$ 6.160, incluindo:

- i. R\$ 1.939 milhões referentes a IRPJ e CSLL pela não adição dos lucros de controladas e coligadas domiciliadas no exterior à base de cálculo do IRPJ e CSLL da controladora;
- ii. R\$ 1.829 milhões referentes à unificação de Campos (Cernambi, Tupi, Tartaruga Verde e Tartaruga Mestiça);
- iii. R\$ 1.211 milhões referentes à incidência de CIDE e PIS/COFINS sobre afretamento de plataformas;
- iv. R\$ 629 milhões referentes a IRPJ e CSLL na dedução de despesas com a Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros);
- v. R\$ 336 milhões referentes a diversos depósitos judiciais de natureza tributária; e
- vi. R\$ 318 milhões referentes a falta de recolhimento de Contribuição Previdenciária incidentes sobre gratificações pagas a funcionários, compensados principalmente por:
- vii. R\$ 722 milhões referentes ao resgate de depósito de natureza cível realizado em ação indenizatória que tem por fundamento a rescisão unilateral de contrato de cessão de créditos-prêmios de IPI.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Redução de R\$ 30.153 milhões no ativo fiscal diferido, decorre, principalmente, da depreciação acelerada/incentivada/unidade produzida, pela depreciação de bens com *impairment*, pelo benefício concedido a empregados e utilização de prejuízo fiscal, compensados, parcialmente, pela realização do custo com prospecção.

Investimentos

A redução de R\$ 8.583 milhões decorre, principalmente, pelos desinvestimentos ocorridos na BR Distribuidora, atual Vibra Energia, e pelos reconhecimentos de dividendos a receber, compensados, em parte, pelos resultados de participação nos investimentos.

Imobilizado

O aumento de R\$ 53.972 milhões teve como destaque principal os investimentos realizados pela companhia no exercício de 2021 relacionados, principalmente, para o desenvolvimento da produção de campos de petróleo e gás natural, prioritariamente no polo pré-sal (Búzios, Atapu Unitizado, Mero, Sépia Unitizado, entre outros), incluindo a contratação de novos arrendamentos. Destaca-se no ano a transferência do ativo intangível para o ativo imobilizado no valor do bônus de assinatura pago no leilão do Excedente da Cessão Onerosa do campo de Búzios, no montante de R\$ 61.375 milhões, após o início da vigência do Acordo de Coparticipação de Búzios.

Intangível

Redução de R\$ 60.799 milhões, em decorrência, principalmente, da transferência do bônus de assinatura de Búzios para o Imobilizado (R\$ 61.375 milhões), por conta do início da vigência do Acordo de Coparticipação de Búzios em set/2021.

As principais variações do passivo consolidado se encontram abaixo descritas:

Fornecedores

A redução de R\$ 5.048 milhões, reflete, principalmente, os pagamentos referentes às participações dos parceiros nos consórcios de E&P pela nacionalização das plataformas, alocadas aos campos de Roncador e Tupi, adquiridas pela Petrobras em função das alterações introduzidas pela Lei nº 13.586/2017 (Repetro-Sped), compensadas, em parte, pelo aumento das provisões de tarifa de transporte de gás natural da NTS, a compra a prazo de produtos e derivados de petróleo da Refinaria Mataripe e da cobrança por dano ambiental no Estado do Paraná (OSPAR).

Financiamentos – Circulante e Não Circulante

A redução de financiamentos no montante de R\$ 80.814 milhões, decorre, principalmente, pela liquidação de diversos empréstimos e financiamentos, no valor de R\$ 125.704 milhões, destacando-se:

- i. o pré-pagamento de R\$ 32.798 milhões de empréstimos no mercado bancário nacional e internacional;
- ii. a recompra e resgate de R\$ 52.551 milhões de títulos no mercado de capitais internacional, com o pagamento de prêmio líquido aos detentores dos títulos que entregaram seus papéis nas operações no valor de R\$ 5.770 milhões; e
- iii. pré-pagamento total de R\$ 3.123 milhões de empréstimos com agências de fomento.

Esses efeitos foram compensados, em parte, principalmente, pelas captações (R\$ 9.647 milhões), com destaque para a oferta de títulos no mercado de capitais internacional (Global Notes), com vencimento em 2051, pelos encargos incorridos no exercício (R\$ 14.665 milhões) e pelos ajustes acumulados de conversões (R\$ 12.353 milhões).

Arrendamento – Circulante e Não Circulante

O aumento de R\$ 16.084 milhões, dos quais, R\$ 32.725 milhões refere-se a remensuração e novos contratos relacionados, principalmente, a novos compromissos contratuais, incluindo mais duas unidades flutuantes de produção, R\$ 6.658 milhões a encargos incorridos no período, e R\$ 7.907 milhões a variações monetárias e cambiais, compensados por R\$ 31.400 milhões em pagamentos ocorridos no período.

Redução de R\$ 4.457 milhões decorrente do pagamento em 2021 dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2020. Adicionalmente, ao longo do exercício, foram pagos dividendos adicionais relativos ao exercício de 2020 (R\$ 5.861 milhões), aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 2021, além de antecipações relativas ao exercício de 2021 (R\$ 63.400 milhões).

Dividendos propostos

Redução de R\$ 4.457 milhões decorrente do pagamento em 2021 dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2020. Adicionalmente, ao longo do exercício, foram pagos dividendos adicionais relativos ao exercício de 2020 (R\$ 5.861 milhões), aprovados na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2021, e antecipações de dividendos e JCP relativas ao exercício de 2021 (R\$ 63.400 milhões).

Em 31 de dezembro de 2021, não há dividendos a pagar aos acionistas da controladora, considerando que as antecipações de dividendos aprovadas foram pagas dentro do exercício.

Os dividendos complementares de R\$ 37.320 milhões, equivalente a R\$ 2,8610762 por ação preferencial e ordinária em circulação, estão destacados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 até que a proposta de remuneração aos acionistas seja aprovada na AGO de 2022, quando serão reconhecidos como passivo, com pagamento em maio de 2022.

Benefícios a empregados – Circulante e Não Circulante

A redução de R\$ 30.141 milhões, decorre, principalmente, do ganho atuarial pela remensuração dos planos de benefícios pós emprego de pensão e saúde pelo aumento da taxa real de desconto, dos pagamentos extraordinários referentes aos Termos Compromissos Financeiros, aporte contributivo pela revisão do pecúlio e aporte para migração ao plano de contribuição definida PP-3. Esses efeitos foram compensados, em parte, pela desvalorização dos ativos garantidores dos planos de pensão e pelo reconhecimento do custo serviço passado do plano de saúde, refletindo a alteração na regra de custeio do plano pela sustação dos efeitos da Resolução CGPAR 23/2018.

Provisão para desmantelamento

A redução no saldo da provisão (R\$ 10.435 milhões), reflete, em grande parte, a atualização do Plano Estratégico 2022-2026 e, mais especificamente:

- i. a revisão de premissas técnicas e de escopo de poços e equipamentos, considerando estudos técnicos e renegociações contratuais;
- ii. o prolongamento do ano de corte econômico das concessões, devido, principalmente, ao aumento do preço do Brent; e
- iii. a conclusão das vendas dos campos de Lapa, Rabo Branco e Frade e dos Polos de Cricaré, Miranga, Remanso e Rio Ventura, que resultou na baixa da provisão associada aos campos e polos.

As reduções foram parcialmente compensadas pelos aumentos decorrentes de:

- i. redução da taxa de desconto real ajustada ao risco de 4,15% a.a. em 2020 para 3,02% a.a. em 2021, a qual reflete em parte o aumento na inflação americana; e

ii. desvalorização do Real frente ao Dólar norte americano, com aumento da taxa de final de ano de R\$ 5,58/US\$ 1,00 em 2021, frente a taxa de R\$5,20/US\$ 1,00 ao final de 2020, com impacto nas estimativas dos custos em Dólar.

Provisão para processos judiciais e administrativo

O decréscimo de R\$ 164 milhões decorre principalmente das alterações ocorridas nos seguintes casos:

- i. redução de R\$ 1.157 milhões pela revisão de valores de contingências tributárias no escopo do programa de anistias do estado do Rio de Janeiro;
- ii. redução de R\$ 712 milhões em função de acordo realizado em ações relativas a indenizações e reparações decorrentes do acidente ambiental ocorrido em 2000 no Estado do Paraná; e
- iii. redução de R\$ 376 milhões em função de acordo realizado em arbitragem de contrato de engenharia em plataformas decorrentes de controladas no exterior, compensados principalmente por:
 - iv. R\$ 726 milhões na provisão de litígios de natureza cível envolvendo questões contratuais;
 - v. R\$ 227 milhões na provisão de processo arbitral decorrente de contrato de controlada;
 - vi. R\$ 222 milhões na provisão de litígios pela não homologação de compensações de tributos federais; e
 - vii. R\$ 192 milhões na provisão de litígios envolvendo cobrança de royalties e participações especiais.

Patrimônio Líquido

O aumento no valor de R\$ 78.431 milhões reflete:

- i. o lucro atribuível aos acionistas da Petrobras no período no montante de R\$ 106.668 milhões;
- ii. outros resultados abrangentes de R\$ 41.539 milhões, impactado devido, praticamente, pelos efeitos do ajuste acumulado de conversão em investidas e pelos ganhos atuariais com planos de benefícios definidos. Esses efeitos foram compensados em parte pelas antecipações dos dividendos no exercício de 2021, atualizadas pela Selic (R\$ 64.075 milhões).